



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PsiCC

**Conjugalidade e parentalidade em pais e mães
separados: uma proposta de atendimento psicossocial
grupal**

MARIANA MARTINS JURAS

TESE DE DOUTORADO

**Brasília
Julho 2016**



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PsiCC

Conjugalidade e parentalidade em pais e mães separados: uma proposta de atendimento psicossocial grupal

Doutorando: Mariana Martins Juras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa

**Brasília
2016**



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PsiCC

Conjugalidade e parentalidade em pais e mães separados: uma proposta de
atendimento psicossocial grupal

Banca Examinadora:

Presidente: Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Membro Externo: Prof.^a Dra. Terezinha Féres Carneiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ

Membro Externo: Prof.^a Dra. Maria de Fátima Novais Gondim
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS

Membro Interno: Prof. Dr. Wladimir Porreca
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Membro Interno: Prof.^a Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG PsiCC/PCL/IP/UnB

Membro Suplente: Prof.^a Dra. Márcia Regina Ribeiro dos Santos
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF

Brasília – DF, 1 de julho de 2016

A maior demonstração de amor
que um pai tem por um filho está
no respeito que tem por sua mãe,
quando amá-la não é mais possível.

(Maria da Penha)

E o mesmo vale para a mãe...

Agradecimentos

Uma tese de doutorado se escreve a duas mãos, o que não reflete as outras centenas de mãos (e patas) que apoiaram, incentivaram e orientaram esse longo percurso.

Inicialmente, agradeço à minha família, minha base genética, cultural, afetiva e intelectual, que me ofereceu asas para conhecer o mundo e um ninho ao qual posso sempre retornar. Meus pais, Ilidia e Anastácio, me inspiram diariamente a ser uma pessoa ética, crítica, criativa, afetuosa, equilibrada e corajosa e não há palavras e ações suficientes para retribuir minha gratidão à família que vocês construíram. Meus irmãos, Fernando e Adriano, parceiros de toda uma vida e maior herança que meus pais poderiam me oferecer, me ensinam o compartilhar. Meu esposo, Marco, que escolhi para testemunhar meus dias, minhas alegrias e minhas tristezas, me instiga, com muito amor, carinho e verdade, a ser uma pessoa melhor, a fortalecer minhas asas e enfrentar meus medos. Meus filhotes peludos e de quatro patas (Kika – *in memoriam*, Shaki, Calvinho e Bobó) me trazem alegria, companhia e leveza com seu amor incondicional, me acompanhando em muitos momentos dessa produção. E aos meus filhos que ainda não nasceram, mas já habitam meus pensamentos, aguardando pacientemente esse momento acadêmico de sua mãe.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dra. Liana Fortunato Costa, com quem aprendo desde a época da graduação, quando a admirava nas supervisões ao SERAF. Tempos depois, identifiquei minha primeira terapeuta, Edith, em sua forma de rir, me trazendo conforto junto com suas duras palavras durante o mestrado. Novamente juntas, no doutorado, você acreditou e apoiou meu projeto de pesquisa desde a primeira reunião. Ao longo de todos esses anos, mostrou-se presente e disponível e desenvolvemos um relacionamento de confiança e admiração mútua ao qual desejo dar continuidade por muitos anos.

Aos membros da banca de qualificação de doutorado, Profa. Dra. Angelina Beli, Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição, Profa. Dra. Larissa Polejack, que muito contribuíram na avaliação do projeto inicial. Também aos membros da comissão examinadora de tese, Profa. Dra. Terezinha Féres-Carneiro, Profa. Dra. Maria de Fátima Gondim, Profa. Dra. Silvia Lordello, Prof. Dr. Wladimir Porreca e Profa. Dra. Márcia Ribeiro dos Santos, pelas valiosas críticas e contribuições ao presente trabalho, no sentido de aprimorá-lo. Aos professores das disciplinas que participei ao longo do doutorado, Profa. Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Profa. Dra. Valeska Zanello e Profa. Dra. Deise de Matos Amparo, que suscitaram importantes ideias ao presente trabalho. Aos meus companheiros de jornada acadêmica durante esse período, Márcia, Andréa, Marlene, Juliana e Wladimir, com quem troquei ideias e anseios.

À querida equipe de pesquisa formada por alunos de graduação em Psicologia, Luísa Martins Carvalho, Isadora Amorim, Loyane Barbosa dos Santos, Michael David Cardoso Moreira, Amanda Guedes Bueno, Ana Cecília Macedo, Bárbara Fontoura, Carolina Sarmanho, Clara Lira Borges, Clara Monteiro, Daniele Leal, e Karen Christine Lira, que enriqueceram e cooperaram muito com o desenvolvimento de quase todas as etapas deste trabalho. À minha companheira de estágio na docência da disciplina de Psicologia Jurídica, Daniela, à monitora Nathália Galvão, e aos estudantes da turma, que ampliaram minha compreensão sobre essa área na qual escolhi atuar.

Aos serviços que favoreceram a realização da presente pesquisa, por meio de parcerias e encaminhamentos, especialmente à Luciana de Paula, Beatriz Ros, Sérgio Maciel Bittencourt, Marilza, Rebecca Ribeiro e à toda equipe do Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família (SERAF/TJDFT); à psicóloga Ingrid Quintão, à advogada Cristiane Chaves, à mediadora Cristina, aos defensores e mediadores da Defensoria Pública do Distrito Federal; e ao Bruno Costa, à Profa.

Dra. Eliane Lazzarini e à equipe administrativa do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP/UnB). Obrigada por acreditarem neste trabalho!

Aos participantes que permitiram a realização desta pesquisa e proporcionaram imensos aprendizados, a partir do compartilhamento de suas histórias sobre como ser pai e mãe de filhos pequenos em situações de separação em um contexto de baixa renda. Vocês contribuíram de forma voluntária para a ampliação do conhecimento sobre essa realidade, ainda tão pouco estudada!

Aos grandes incentivadores para a continuidade da trajetória acadêmica, especialmente Profa. Dra. Ana Maria Fonseca Zampieri, Profa. Dra. Maria Aparecida Penso, Dr. Fabrício Guimarães, Dra. Cleide Maria de Sousa, Profa. Dra. Marilene Grandesso, Profa. Eveline Cascardo Ramos, Profa. Edna Moreira de Lima Machado, e demais professores e estudantes dos cursos de Psicologia e Direito da Universidade Católica de Brasília e da Faciplac (Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que possibilitaram e financiaram o período de doutorado sanduíche no exterior. Essa experiência foi engrandecedora ao presente trabalho, tornando-o paradoxalmente mais contextualizado à realidade brasileira. Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PCL/UnB), especialmente à Profa. Dra. Gláucia Diniz, à Profa. Dra. Elisa Walleska Kruger, e à Thamiris Rodrigues Belém, que viabilizaram a documentação necessária. À Secretaria de Recursos Humanos, presidência e colegiado de desembargadores do TJDFT, e ao presidente em exercício à época do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Dr. Ministro Ricardo Lewandowski, que autorizaram minha licença remunerada para estudos no exterior. Ao Dr. Reginaldo Torres, pelas valiosas dicas e abertura de caminho para essa licença.

To the George Warren Brown School of Social Work at Washington University in Saint Louis, specially Prof. Dr. Ana Amelia Baumann Walker, Prof. Dr. Enola Proctor, Prof. Dr. Ross Brownson, and Teresa Sarai, for the great support and learning process in this new international experience. To the agency Kids In The Middle, in the name of Carol Love, LMFT, and Amanda Moeller, LPC, who accepted me as an intern and trusted in my opinions and practice with divorced families. To the PMTO family, particularly Prof. Dr. Ana Baumann, Prof. Dr. Melanie Domenech Rodríguez, Prof. Dr. Liz Wieling, Heather, Michelle and Ruolin, who presented me to this powerful intervention. To my dear new friends, Carol Menezes, JR, Teca, Alex & Kevan Morshed, Ana and her beautiful family, Diana Parra, and Carol & Jorge Meinhardt, who helped me go through lonely days. To the members of Viva Brasil, Carolina & Jay Holtmeyer, Susan & Mauricio Gobbo, and Cris and Chris Johnson, who made me feel like home.

À melhor equipe da América Latina e do universo, o Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais (SERAV/TJDFT), especialmente Márcia Borba, Michelle Tusi, Juliana Jesuíno, Raquel Guimarães, Zenaide, Maíra, Cristiane Matos, Cláudia, Daniel, Alda, Denise, Danielle Macedo, Cleide, Fabrício, Kariny, Roberta Gasparotto, Andréa, Renata e as ex estagiárias Amanda, Lídia, Nathalia e Luísa, pelos incentivos e suporte no início, meio e fim do doutorado.

Às minhas amadas e eternas amigas, Reichel, Kaká, Jo, Guta, Tita, Rafa, Tha, Ju, Deia, Mari, Cacá, Ny e Tathi, por oferecerem equilíbrio e leveza a toda a minha trajetória acadêmica. Obrigada também por continuarem conectadas comigo, ainda que distantes fisicamente.

Finalmente, agradeço à Vida, por me proporcionar energia e saúde para conviver com pessoas maravilhosas e continuar aprendendo a vivê-la.

Juras, M. M. (2016). *Conjugalidade e parentalidade em pais e mães separados: Uma proposta de atendimento psicossocial grupal* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

RESUMO

As separações e os divórcios encontram-se em crescimento ao longo das últimas décadas no Brasil e no mundo. A separação conjugal promove uma transição familiar ainda carregada de vários preconceitos, podendo desencadear uma crise nesse sistema. Enquanto a legislação avança no sentido de agilizar e desburocratizar as decisões das famílias pela dissolução conjugal, as políticas públicas brasileiras negligenciam as especificidades das famílias separadas ou divorciadas e poucos trabalhos são desenvolvidos nessa direção. O presente trabalho tem como referencial teórico o Pensamento Sistêmico e a abordagem psicossocial e objetivou conhecer a diferenciação entre parentalidade e a conjugalidade de pais e mães em situação de separação conjugal, de baixa renda e que possuam filhos pequenos, e construir uma metodologia de atendimento psicossocial grupal para essas pessoas. Para tanto, utilizou-se como método a pesquisa-ação no contexto universitário e psicossocial de clínica-escola de Psicologia. Concordearam em participar desta pesquisa sete pessoas, sendo quatro mães e três pais, que foram recrutados e selecionados de acordo com os critérios, sendo destacados: estar separado do(a) ex-companheiro(a) entre quatro meses e um ano, ter filho(s) em idade infantil deste relacionamento e possuir renda pessoal de um a três salários mínimos. Os instrumentos iniciais consistiram em uma entrevista individual, seguindo roteiro de entrevista semiestruturado, aplicação de questionário semiestruturado e genograma. Posteriormente, desses participantes, três compareceram às entrevistas grupais, que totalizaram sete sessões seguindo roteiro semiestruturado, onde foram discutidos os temas conjugalidade, parentalidade, comunicação, transgeracionalidade e redes sociais, entre outros. A partir da análise temática dos resultados, foram construídos três grupos, sendo o primeiro voltado às entrevistas individuais, o segundo, às entrevistas e interações grupais, e o terceiro, à avaliação da metodologia psicossocial grupal. Os principais núcleos temáticos construídos nesses grupos de resultados foram: conjugalidade ainda presente; triangulações com filhos, familiares e Justiça; confusões e diferenciações dos papéis parentais e conjugais; processo e construção grupal; repetição de temas; contexto psicossocial como espaço de fala e escuta; medos e confianças no espaço grupal; e expansão dessa intervenção psicossocial para outras pessoas. Os resultados construídos demonstraram que a realidade das famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos é paradoxal, contraditória, dialógica, dinâmica e recursiva, com constantes repetições, avanços, recuos e iniciações de mudanças. O contexto psicossocial grupal contribuiu para a diferenciação entre os papéis conjugais e parentais, porém o relacionamento coparental se mostrou enfraquecido, dificultando o compartilhamento de cuidados com os filhos após a separação. Sugere-se maior investimento em programas de apoio e atendimento a famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos, incluindo essa temática nas políticas públicas de saúde, assistência social e de direitos das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chaves: Separação conjugal, famílias de baixa renda, grupo psicossocial.

Juras, M. M. (2016). *Marital and parental roles of separated parents: A psychosocial group methodology* (Doctoral thesis). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

ABSTRACT

Separations and divorces have been increasing over the past decades in Brazil and worldwide. Marital dissolution promotes a family transition, still addressed with prejudices, and may trigger a crisis through the system. While the laws have been changed in order to become families' decisions faster and less bureaucratic, Brazilian policies neglect the uniqueness of these families and there are few programs toward them. This work is theoretical based in the Family Systems Theory with a psychosocial approach. Its aims are to understand the differentiation between parental and marital roles in the separation situation, with low-income families who have small children, and to build a psychosocial group methodology to attend to these public. Therefore, action research was the method used, in the university and psychosocial setting of a Psychology academic clinic. Seven separated parents (four mothers and three fathers) took part in this study. They were recruited and selected according to the criteria of being separated between four months and one year, having young child(ren) from this relationship, and whose personal income was from one to three minimum wages. Initial instruments consisted of an individual interview, which has followed a semi-structured guide, a semi-structured questionnaire, and the participants' family genogram. Of these participants, three attended the group interviews of seven sessions in total, which also have followed a semi-structured guide. The topics discussed were related to marital and parental roles, communication, transgenerationality, and social networks, among others. From the thematic analysis of the outcomes, three groups were built. The first was related to the individual interviews, the second, to the group interviews and interactions, and the third, to the assessment of psychosocial group methodology. The main thematic units developed from these sets of outcomes were: marital role still present; triangulations with children, relatives and Justice; confusions and differentiations of parental and marital roles; group process; repetition of topics; psychosocial setting as a context for talking and listening; fears and trusts in the group setting; and expansion of this psychosocial group intervention to other people. The results showed that the situation of separated low-income families with young children holds many paradoxes and contradictions, and it is a dialogic, dynamic, and recursive reality, with many repetitions, advances, retreats, and initiations of changes. The psychosocial group context contributed to the differentiation between marital and parental roles, but the coparenting relationship proved to be weak, making it difficult to share childcare after separation. It is suggested greater investment in supporting programs and services directed to separated low-income families with young children, including this issue in the public health, welfare, and children rights policies.

Keywords: separation, low-income families, psychosocial group

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
Tese	8
Objeto de estudo e objetivos de pesquisa.....	9
Referencial Teórico.....	9
Método	13
Contexto	13
Participantes	15
Instrumentos.....	24
Procedimentos.....	25
Cuidados éticos	30
Análise dos resultados.....	31
Doutorado Sanduíche no Exterior.....	32
Estrutura da Tese.....	35
TRAJETÓRIA DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A FAMÍLIAS SEPARADAS E DIVORCIADAS	37
Transformações históricas das uniões e dissoluções conjugais	38
Trajetória da legislação sobre uniões e dissoluções conjugais	42
Políticas públicas e famílias separadas e divorciadas	46
Considerações finais	52
INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS GRUPAIS COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL.....	54
Intervenções grupais com famílias separadas e divorciadas.....	55
Gênero e idade	57
Duração	59
Referencial Teórico.....	60
Contexto.....	62
Proposta de intervenção psicossocial grupal para pais e mães separados.....	64
Fundamentação conceitual.....	65
Semelhanças com as propostas existentes	70
Inovações da presente proposta.....	72
Descrição dos Encontros	74
Considerações finais	80
GRUPO DE RESULTADOS 1: ENTREVISTAS INDIVIDUAIS	82
Núcleo temático 1) Conjugalidade ainda presente.....	83

a) Rápido envolvimento amoroso	83
b) Recursividade na conjugalidade: uma série de vai e vens	84
c) Sentimentos ainda presentes	85
d) Violências e conflitos conjugais	86
e) Falhas comunicacionais	88
Núcleo Temático 2) Triangulações	89
a) Filhos triangulados.....	90
b) Avós triangulados	93
c) Triangulação com a Justiça.....	96
Núcleo Temático 3) Confusões e diferenciações dos papéis parentais e conjugais.....	99
a) Confusões dos papéis parentais e conjugais	100
b) Ensaios de diferenciação dos papéis parentais e conjugais	103
Síntese do primeiro grupo de resultados	104
GRUPO DE RESULTADOS 2: ENTREVISTAS GRUPAIS.....	106
Núcleo Temático 1) Processo e construção grupal	109
Núcleo Temático 2) Temas dos diálogos	115
Núcleo Temático 3) Intervenções e reações	124
Núcleo Temático 4) Início de mudanças para a diferenciação dos papéis conjugais e parentais	130
Síntese do segundo grupo de resultados	137
GRUPO DE RESULTADOS 3: AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA PSICOSSOCIAL GRUPAL	140
Núcleo Temático 1) Contexto psicossocial como espaço de fala e escuta	142
Núcleo Temático 2) Medos e confianças no espaço grupal.....	145
Núcleo Temático 3) Mudanças relacionadas ao processo grupal	147
Núcleo Temático 4) Expansão dessas intervenções para outras pessoas.....	149
Síntese do terceiro grupo de resultados.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
ANEXOS	181
Anexo I.....	181
Anexo II	182
Anexo III.....	183
Anexo IV.....	184
Anexo V	185
Anexo VI.....	187
Anexo VII	188
Anexo VIII.....	191

Anexo IX.....	192
Anexo X.....	195
Anexo XI.....	197
Anexo XII	198
Anexo XIII.....	199
Anexo XIV	200
Anexo XV	203
Anexo XVI.....	205

APRESENTAÇÃO

O interesse em estudar o fenômeno da dissolução conjugal iniciou-se a partir da minha experiência de estágio no Serviço Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) nos anos de 2006 e 2007. Após a conclusão da graduação de Psicologia, decidi aprofundar os estudos nas questões familiares do divórcio por meio do Mestrado. Na pesquisa-ação que realizei nas dependências do SERAF de 2007 a 2009, pude compreender as características do divórcio destrutivo com filhos pequenos na Justiça, e as retroalimentações entre os sistemas familiar e judiciário. Naquela pesquisa, evidenciou-se que os divórcios litigiosos são potencializados por processos familiares transgeracionais e rituais jurídicos beligerantes (Juras & Costa, 2010, 2011a, 2011b). Percebi que, embora o judiciário contenha a maior concentração de serviços para pessoas que se separam ou divorciam, este contexto, ainda fundamentado no positivismo e marcado por disputas, não se mostra favorável na prevenção do divórcio destrutivo.

Após a finalização do Mestrado em 2009 (Juras, 2009), atuei como docente de graduação e pós-graduação nas áreas da Psicologia e do Direito entre 2010 e 2014. Proferi ainda diversas palestras e entrevistas sobre o tema da Psicologia Jurídica, em especial sobre questões envolvendo o divórcio, como disputa de guarda, regulamentação de visitas, alienação parental, entre outras. A vivência em sala de aula e com pesquisa a partir das orientações de trabalhos de conclusão de curso foram fontes motivadoras pela continuidade da carreira acadêmica e do próximo passo em direção ao Doutorado.

Atuando desde 2008 no Governo do Distrito Federal e atualmente no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em situações de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças e adolescentes, a compreensão das questões sociais, culturais e, especificamente, de gênero contribuiu para uma visão mais contextual e sistêmica dos fenômenos familiares. Certamente este olhar foi influenciado pelo trabalho interdisciplinar e

pela convivência diária com assistentes sociais, que me apresentaram aspectos de ordem macro, sociais e contextuais, que se relacionam com as questões familiares, individuais e psicológicas. As abordagens psicológica e social hoje se encontram interrelacionadas em minha visão de mundo.

O incentivo de pesquisar mais a fundo as questões familiares, culturais e sociais das separações conjugais surgiu ao atender famílias separadas no contexto da Justiça e da necessidade de pensar novas intervenções com essas famílias, que dificilmente encontravam profissionais habilitados para o atendimento das especificidades da separação e divórcio. A motivação de ampliar os estudos sobre intervenções grupais com famílias separadas e divorciadas foi influenciada pela minha experiência com grupos em temáticas como violência doméstica contra mulheres e da compreensão da riqueza e do potencial grupal no trabalho preventivo com famílias.

O interesse em trabalhar com famílias de baixa renda relaciona-se à compreensão de que estas compõem majoritariamente a população brasileira e, contraditoriamente, poucos estudos sobre separações e divórcios lhes são direcionados. Ademais, ser patrocinada por uma escola pública federal para adquirir um dos mais altos níveis de educação me confere um compromisso social e ético de retribuir com uma proposta técnica e científica para aqueles que dela necessitam.

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho refere-se à separação conjugal de pais com filhos pequenos em famílias de baixa renda. A separação conjugal promove um momento de crise familiar para seus membros e para os sistemas interligados à família (escola, saúde, justiça, etc.), sendo necessária uma reorganização de funções e papéis em sua estrutura.

Os fenômenos das separações e dos divórcios são cada vez mais frequentes, e as famílias, bem como profissionais e instituições que trabalham sobre essa temática, ainda se mostram despreparados para lidar com essa realidade. As situações de dissolução conjugal podem tanto promover novas possibilidades mais saudáveis de desenvolvimento familiar, quanto trazer transtornos e violações de direitos, principalmente a crianças e adolescentes envolvidos.

Nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo do número de divórcios em vários países. A Europa é o continente que concentra as maiores taxas mundiais de divórcio. A Bélgica é o país com a maior taxa mundial de divórcios, 71% dos casamentos belgos finalizam em divórcio (Eurostat, 2011), seguidos de Portugal (68%), Hungria (67%), República Tcheca (66%), Espanha (61%) e Luxemburgo (60%). Abaixo dos 60%, encontram-se países como França (55%), Estados Unidos (53%) e Rússia (51%). No outro extremo, o Chile apresentou a menor taxa de divórcios do mundo, com 3% de casamentos chilenos finalizando em divórcio.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a, 2014a), as taxas de divórcio no Brasil encontram-se em um crescente desde a sua promulgação em 1977 (Figura 1). Considerando a taxa de nupcialidade legal e a de divórcio no ano de 2014, mais de 33% dos casamentos terminaram em divórcio. Ao longo dos anos, houve um aumento da taxa de divórcios e uma diminuição da taxa de separações judiciais. Na década de 1980, o número de

separações judiciais era significativamente maior que a taxa de divórcio, havendo uma inversão na década de 1990, e uma diferença cada vez maior após os anos 2000.

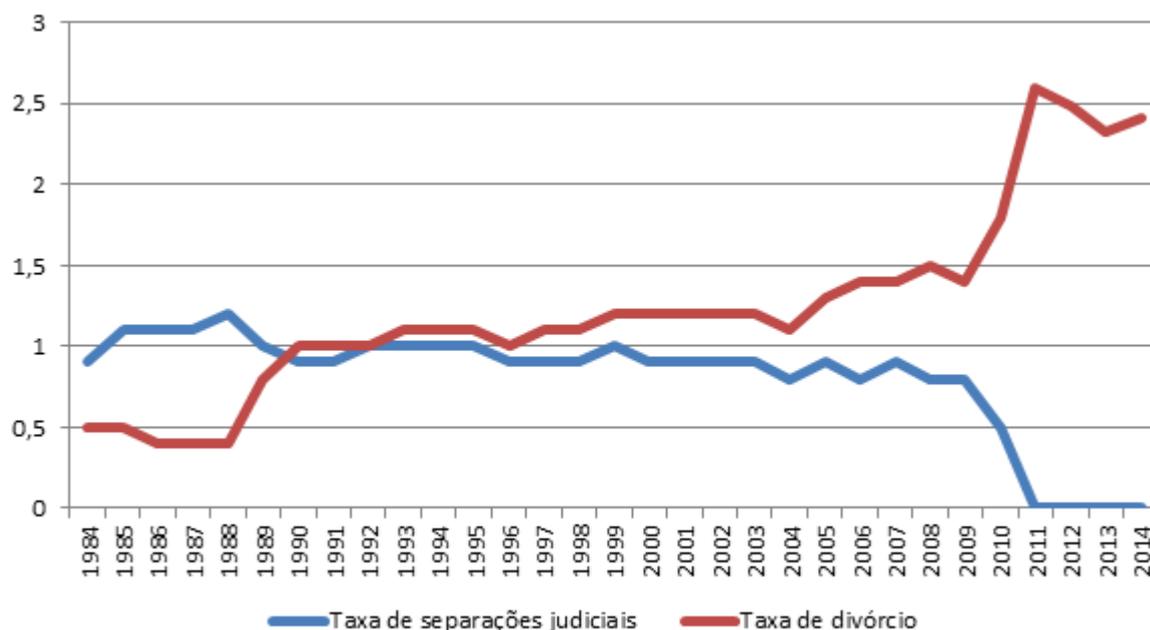


Figura 1: Taxas de separações judiciais e divórcios por 1000 habitantes acima de 20 anos de idade (Fonte: IBGE, 2010a; 2014a)

O ano de 2011 foi o ano de maior taxa de divórcios por mil habitantes maiores de 20 anos na história do Brasil (IBGE, 2014a), representando um aumento de 85% em relação à taxa exclusivamente de divórcios e de quase 20% em relação à soma da taxa de separações e divórcios do ano de 2009. Tal aumento significativo é resultado da mudança constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional nº 66 de 2010, que estabeleceu o divórcio direto no Brasil, eliminando a anterior necessidade de aguardar até dois anos da separação de fato, para se divorciar legalmente. Nos anos seguintes, 2012 e 2013, houve uma leve diminuição da taxa de divórcios, porém ainda acima dos anos anteriores a 2011. Analisa-se que esta diminuição também reflete a mudança constitucional, uma vez que anteriormente a quantidade de divórcios também poderia incluir pessoas que haviam se separado judicialmente, o que não mais acontece com a eliminação da separação judicial do ordenamento jurídico. Em 2014, a taxa de divórcios voltou a subir.

Nas três últimas décadas (1984-2013), analisando a média das taxas de separações e divórcios somadas por década, houve um aumento de 19,65% entre a primeira (1984-1993) e a segunda década (1994-2003), e um aumento de 10,24% entre esta e a década mais recente (2004-2013). Apesar da desaceleração, estes resultados demonstram um crescimento significativo das dissoluções legais no país, sem considerar ainda as dissoluções informais que não são registradas. O aumento do número de divórcios no Brasil e no mundo pode ser explicado por uma série de fatores, como a diminuição do número de casamentos legais, aumento da participação social e econômica das mulheres com a intensificação dos movimentos feministas, mudanças de valores culturais e sociais influenciadas por movimentos tecnológicos, capitalistas e de globalização, entre outros (Osório & Valle, 2002; Papp, 2002).

Zordan (2010) propõe uma leitura ecológico-sistêmica do fenômeno das separações e analisa uma série de fatores nos diferentes níveis que se relacionam o aumento do número de dissoluções conjugais ao redor do mundo. No nível pessoal, encontram-se aspectos como valores de individualidade, autonomia e independência e maior valorização do amor, o que impacta em maior exigência e expectativas em relação ao casamento e ao outro cônjuge. No nível do microsistema familiar, verifica-se maior diversidade de tipos de famílias e, no mesossistema, maior quantidade de famílias separadas e divorciadas. No exossistema, encontram-se as novas legislações que facilitam e aceleram o processo jurídico das separações, bem como a menor influência das religiões nos direitos sociais e civis. O macrosistema engloba valores mais amplos de imediatismo, consumismo, descartabilidade, culto ao corpo e aos prazeres sexuais, novos estilos de vida, aumento da expectativa de vida, diminuição da natalidade e inserção das mulheres no mercado de trabalho. No cronossistema, valores históricos influenciados pelos movimentos sociais que foram ganhando força ao longo do tempo, como o movimento feminista e a revolução sexual. Esses movimentos contribuíram para

a maior independência financeira da mulher e o aumento da reprodução desvinculada ao casamento.

Analisando as regiões brasileiras, o Centro-Oeste concentra o maior índice de divórcios no país, sendo que Distrito Federal (DF) possui a maior taxa de divórcios do país. Enquanto no Brasil cerca de 33% dos casamentos finalizam em divórcio, o índice do DF é de 45% (IBGE, 2014a). Não existe um estudo que analise as diferenças regionais brasileiras em relação ao número de divórcios, mas algumas hipóteses podem ser levantadas.

Segundo Shelton (1987), variações regionais em relação à quantidade relativa populacional do número de divórcios estão relacionadas a diversos fatores, como por exemplo por questões religiosas – menor taxa de divórcio em casamentos judaico-cristãos, como também de idade – maior taxa de separações quanto menor idade ao casar. Entretanto, este autor enfatiza aspectos sociológicos para compreender essas diferenças. Segundo ele, a diminuição do nível de integração social – definida como consenso de regras e valores compartilhados por uma comunidade, somada à alta mobilidade residencial, favorecem valores culturais de independência e autonomia, bem como alteram e enfraquecem os laços com as redes primárias. Estes fatores associam-se, portanto, a um aumento no índice de separações conjugais em uma sociedade, especialmente em áreas urbanas.

O DF possui uma das maiores taxas de nupcialidade legal do país, bem como o maior índice de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, quase o dobro do segundo maior, registrado no Estado de São Paulo (IBGE, 2014b). Este fator está associado ao alto índice de servidores públicos, bem como uma menor diferença salarial entre homens e mulheres. Possui também a segunda maior taxa de população urbana em seu território (96,62%), atrás apenas do Estado do Rio de Janeiro (96,71%) e à frente de São Paulo (95,88%) (IBGE, 2010). Esta recente unidade da federação também se caracteriza por possuir altas taxas migratórias, com diminuição dos laços com as famílias de origem. Todos esses fatores, relacionados, contribuem para uma alta

taxa de divórcios no Distrito Federal, demonstrando a relevância da presente temática de estudo nesta localidade.

Os estudos sobre divórcio e separação são cada vez mais frequentes. Entretanto, há uma disparidade entre artigos publicados internacionalmente e no Brasil. Enquanto em outros países existem revistas científicas integralmente voltadas a essa temática, uma pesquisa bibliográfica realizada por Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009) encontrou um resultado de apenas 36 artigos científicos brasileiros sobre divórcio e recasamentos em um período de 23 anos (1984 a 2007). Esse dado demonstra que as publicações não acompanham a necessidade de estudos sobre um fenômeno que atinge 3 em cada 10 casamentos brasileiros.

Embora estudos iniciais apontassem para os aspectos negativos do divórcio (Trindade, 2004; Wallerstein, Lewis, & Blakeslee, 2002), têm sido cada vez mais comuns estudos científicos que trazem a ideia de que o divórcio pode ser um processo potencializador de transformações familiares, possibilitando formas mais funcionais de relacionamento (Féres-Carneiro, 2003; Juras, 2009). A compreensão das competências das famílias separadas não se propõe a negar os sofrimentos vivenciados pelos membros da família, mas proporcionar perspectivas saudáveis ao longo do processo de desenvolvimento familiar.

As famílias brasileiras separadas frequentemente buscam recursos familiares próprios para lidar com as mudanças ocasionadas pela finalização da união conjugal, e por vezes, procuram auxílio da Justiça para que esta tome decisões diante de desacordos familiares. Diante disso, cabe ponderar que o contexto judiciário muitas vezes se mostra despreparado para lidar com conflitos subjetivos familiares e, muitas vezes, seus integrantes saem da Justiça sentindo-se injustiçados ou com seus problemas não solucionados.

É inexistente no Brasil uma política pública para famílias divorciadas que vise à promoção de uma separação conjugal que possa ser construtiva para os seus membros. Os trabalhos com famílias separadas ocorrem em sua maioria no contexto judiciário, como os

desenvolvidos pela mediação familiar e serviços psicossociais de assessoramento às Varas de Família. Recentemente, foi publicada a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 50/2014 (CNJ, 2014) para que os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais brasileiros adotem oficinas de parentalidade como política pública na resolução e prevenção de conflitos familiares. Apesar da importância desta ação, esta recomendação não possui força de lei. Ademais, ainda que essas propostas de trabalho visem promover acordos e resoluções mais justos às famílias que se separam, o contexto judiciário pode enrijecer estruturas conflituosas e destrutivas, por sua finalidade essencialmente deliberativa (Rapizo, 2012).

O momento da dissolução conjugal é de crise e transformações para a família e sua rede social. Entende-se ser fundamental trabalhar a distinção entre parentalidade e conjugalidade com famílias recém-separadas com filhos, com o objetivo de minimizar os conflitos entre os ex-cônjuges. Para tanto, o compartilhamento dessa vivência com outras pessoas que estão passando por situação semelhante pode potencializar essa distinção de papéis familiares. Nesse sentido, faz-se necessária a construção de propostas metodológicas de atendimento psicossocial às famílias separadas que auxiliem na promoção de processos reflexivos construtivos no início do processo do divórcio e em contexto comunitário (Juras, 2009; Magalhães, 2009; Rapizo, 2012).

Tese

Entende-se que um dos fatores que influencia ex-casais a se comunicarem de maneira destrutiva e conflituosa está relacionado a mágoas e sentimentos que dizem respeito à dimensão de conjugalidade, ou seja, aos papéis de marido e mulher ou companheiros da união que se desfez. A compreensão do outro genitor em suas funções paterna e materna acaba sendo menos considerada ou influenciada pela visão negativa dos papéis conjugais. Portanto, este trabalho tem como tese a perspectiva de que a distinção entre conjugalidade e parentalidade após a separação conjugal favorece a diminuição dos conflitos parentais. Compreende-se que o

compartilhamento de experiências, crenças, sentimentos e ideias em um grupo de pais e mães separados potencializa a distinção entre os papéis parentais e conjugais.

Objeto de estudo e objetivos de pesquisa

O *objeto de estudo* da presente pesquisa refere-se à diferenciação da parentalidade e da conjugalidade de pais e mães separados de baixa renda com filhos pequenos. Entende-se que a dissolução conjugal ocorre de maneira mais saudável para a família quando os pais conseguem finalizar a conjugalidade, porém manter o relacionamento parental respeitoso em prol dos filhos em comum (Juras, 2009; Magalhães, 2009). Neste sentido, este trabalho tem como *objetivos gerais* conhecer como ocorre a distinção entre parentalidade e a conjugalidade de pessoas em situação de separação conjugal de baixa renda que possuam filhos pequenos, e então construir uma metodologia de atendimento psicossocial em grupo a famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos.

Foram estabelecidos como *objetivos específicos*:

- ✓ Investigar a parentalidade exercida nas famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos, relacionado ao primeiro objetivo geral;
- ✓ Analisar as conversações grupais facilitadoras da distinção entre parentalidade e conjugalidade após a separação, mediando ambos os objetivos gerais;
- ✓ Avaliar a proposta metodológica de atendimentos psicossocial grupal a famílias de baixa renda, apontando suas possibilidades e limitações, relacionado ao segundo objetivo geral.

Referencial Teórico

A presente pesquisa fundamenta-se na epistemologia do Pensamento Sistêmico como novo paradigma científico, proposto por Esteves de Vasconcellos (2003). Este paradigma baseia-se em teorias sistêmicas que se desenvolveram ao longo do século XX, a partir de

limitações do pensamento positivista. Por muito tempo, a ciência pautou-se em princípios de objetividade e neutralidade do cientista e simplificação e controle dos fenômenos, a fim de compreender e prever as leis e regras que regem o mundo. Entretanto, esse modelo começou a mostrar-se insuficiente para questionamentos advindos da física quântica e outras áreas emergentes da ciência, demandando modelos mais amplos e complexos (Aun, Esteves de Vasconcellos, & Coelho, 2006; Esteves de Vasconcellos, 2003).

O pensamento sistêmico construiu-se a partir da contraposição aos pressupostos positivistas, da simplicidade à complexidade, da estabilidade à instabilidade e da objetividade à intersubjetividade. O pressuposto da complexidade visa superar a simplificação e divisão dos fenômenos em partes menores para uma visão ampla e complexa da interconexão dinâmica entre os diversos sistemas contextuais e seus subsistemas. Por sua vez, o pressuposto da instabilidade compreende que os fenômenos não podem ser previstos, controlados ou determinados a partir de relações causais, mas contempla as múltiplas possibilidades de resultados, uma vez que estão em processo de tornar-se. Finalmente, o pressuposto da intersubjetividade reconhece o cientista/profissional como parte da construção do conhecimento, ultrapassando a ilusão de objetividade e neutralidade. Dessa forma, o cientista/profissional assume suas implicações epistemológicas em sua ação, criando coletivamente espaços consensuais de intersubjetividade para desenvolver o conhecimento científico. É fundamental acrescentar que esses critérios de cientificidade formam uma tríade e não podem ser considerados isoladamente, uma vez que são interdependentes no processo de construção do conhecimento científico novo-paradigmático (Aun et al., 2006; Esteves de Vasconcellos, 2003).

A utilização do termo novo-paradigmático justifica-se pelo momento de transição na ciência. Várias teorias contemporâneas contemplam esse novo modo de pensar e agir no mundo, que, porém, ainda convivem com leituras tradicionais da ciência. A partir dos desenvolvimentos

da ciência novo-paradigmática, cientistas e profissionais estão criando novas práticas científicas, que visam abordar o sistema, redefinir o problema em função das relações e conversações, mobilizar recursos e favorecer a autonomia do sistema, acolher divergências e contradições (Aun et al., 2006). Considera-se que as abordagens e práticas psicossociais compõem esse cenário, uma vez que extrapolam os *settings* tradicionais e engajam-se no processo de construção de cidadania e autonomia de sujeitos, grupos e instituições (Costa et al., 2013).

A ciência e a sociedade em sua forma de viver se interrelacionam. Assim como a ciência, as sociedades contemporâneas encontram-se em processo de transição, a partir de várias mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas na atualidade. Essas transformações foram e são influenciadas por diversos fatores, como os movimentos sociais feministas e raciais, a revolução sexual, avanços tecnológicos e biomédicos, aumento da expectativa de vida, exacerbção da cultura consumista, processos de globalização, aumento da urbanização de grandes centros, entre outros (Osório & Valle, 2002; Papp, 2002). Essas modificações impactam profundamente na ética e nos valores sociais e culturais da humanidade, que se manifestam na contemporaneidade como individualismo, competição e liquidez (Bauman, 2001; Esteves de Vasconcellos, 2008). No Brasil, mudanças políticas, econômicas e sociais intensificaram-se a partir da década de 1950, como a emergência da classe média urbana, expansão das universidades, aumento da economia e dos empregos, bem como os movimentos feminista e *hippie* questionando a divisão e rigidez dos papéis de gênero (Aun et al., 2006).

As famílias são fortemente impactadas por essas transformações, bem como participam da transmissão de valores e ideologias ao longo das gerações. A revolução do sistema de valores familiares mais voltados para independência e autonomia promoveu e continua contribuindo para a construção de famílias mais intimistas e afastadas dos espaços públicos. Diminuição do número de filhos, opção pelo casamento cada vez mais tardiamente e aumento no número de

divórcios são algumas tendências observadas nas famílias contemporâneas influenciadas por valores de autonomia, independência e individualismo. Todavia, ainda se vive em uma sociedade que carrega crenças e valores tradicionais que coexistem com as mudanças de pensamento e comportamento (Aun et al., 2006).

Na atualidade, as famílias manifestam esse impacto apresentando suas diversidades nas múltiplas possibilidades de configurações familiares: nucleares, monoparentais, extensas, adotivas, homoafetivas, divorciadas, recasadas, etc. (Morici, 2008). As famílias separadas com filhos podem ser consideradas binucleares, nas quais os pais residem em casas separadas e a criança convive com ambos, independentemente do tipo de guarda estabelecido (Ahrons, 2005). Vale recordar que a convivência familiar é direito da criança e do adolescente estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que deve ser priorizada, independentemente de ser uma família casada ou separada. Entretanto, conflitos conjugais e familiares podem surgir em torno da separação, prejudicando a convivência dos filhos com seus pais e outros membros da família.

A ótica do presente trabalho em relação às famílias separadas ressalta suas competências, recursos e potencialidades, tendo em vista que a separação e o divórcio proporcionam transformações e podem favorecer uma reorganização familiar mais adequada aos seus membros (Juras, 2009). Essas modificações incluem a finalização da conjugalidade e a continuidade da parentalidade, sendo importante a discriminação desses papéis familiares. Durante a união conjugal e quando se tem filhos, essas dimensões são entrelaçadas e interdependentes, também sendo necessária delimitação entre elas. No processo de separação e divórcio, essa distinção é fundamental a fim de contribuir para a saúde emocional da família (Magalhães, 2009).

Uma visão científica que considere a totalidade e complexidade do fenômeno da separação conjugal com famílias de baixa renda é essencial, a fim de que se possam ampliar as

possibilidades de compreensão e intervenção com seus membros no sentido de promover suas competências e potencialidades. O referencial teórico principal da presente pesquisa será apresentado a partir dos primeiros artigos teóricos que compõem a tese, que analisam aspectos culturais e sistêmicos, e traçam as trajetórias legislativas e de políticas públicas das separações e dos divórcios.

Método

A complexidade do fenômeno das separações e divórcios demanda a utilização de uma metodologia de pesquisa que contemple suas características pluridimensionais. Dessa forma, a presente pesquisa teve como base a epistemologia qualitativa que visa priorizar a caracterização, compreensão e interpretação desse fenômeno estudado (Moura & Ferreira, 2005).

Segundo essa perspectiva, a participação do pesquisador e dos pesquisados na construção dos dados é ativa e imprescindível de ser analisada, corroborando com o pressuposto de intersubjetividade proposto por Esteves de Vasconcellos (2003). O método utilizado foi a pesquisa-ação a partir da realização de grupo de pais e mães separados. Este método consiste em unificar a construção do conhecimento e a ação, em um processo de retroalimentação. A contribuição na transformação de situações-problema reais dos participantes atrelada à construção de conhecimento sobre assuntos de interesse científico são dois objetivos do processo de pesquisa-ação. Dificuldades e problemas em diferenciar a conjugalidade da parentalidade enfrentados por pais e mães separados consistem em assuntos de relevância científica e serão contemplados por meio da estratégia de pesquisa-ação (Barbier, 2002).

Contexto

A presente pesquisa ocorreu no contexto universitário e psicossocial de clínica-escola de Psicologia. Este contexto mostrou-se compatível à proposta metodológica desta pesquisa,

uma vez que possui como princípios o acolhimento, a escuta e a transformação, que se diferencia da realidade jurídica, adversarial e deliberativa do contexto jurídico. Ademais, as práticas exercidas por uma clínica-escola vinculam-se à pesquisa-ação, por meio do comprometimento ético e político no relacionamento entre a pesquisa universitária e a sociedade (Greenwood & Levin, 2006; Rapizo, 2012).

A pesquisa foi executada no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP) vinculado ao Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), autorizada por meio de declaração (Anexo I). O CAEP realiza atividades práticas de atendimento psicológico, ensino, pesquisa e extensão em Psicologia, com objetivos de promover atuação junto à comunidade interna (UnB) e externa (Distrito Federal – DF), bem como formação profissional e acadêmica de estudantes de graduação e de pós-graduação.

Problemas institucionais dificultaram o pleno andamento da presente pesquisa no espaço físico do CAEP. Uma greve deflagrada pelos servidores administrativos da Universidade de Brasília no início da execução da pesquisa de campo dificultou o agendamento de salas para realização da pesquisa-ação. A presente pesquisa foi então desenvolvida parcialmente nas dependências do CAEP (realização de ligações telefônicas, reuniões de pesquisa e uma entrevista individual) e também em uma sala na mesma região da cidade, cedida para a realização dos procedimentos previstos: aplicação dos questionários, entrevistas individuais e em grupo. Os participantes foram consultados e concordaram com a realização das entrevistas em outro local, mas na mesma região.

Ainda que se tenha mudado o espaço físico, o contexto universitário e psicossocial foi mantido, tanto em razão da organização física da sala, dotada de estrutura preparada para realização de pesquisas, bem como pela manutenção da equipe de pesquisa que se apresentava como discentes de graduação e doutorado vinculados à Universidade de Brasília. Assim como a estrutura oferecida pelo CAEP, esta sala possuía espelho unidirecional e sistema de som e

filmagem para gravação das entrevistas, bem como era composta de cadeiras e mesa, com ventilação e iluminação adequadas e isolada acusticamente.

A doutoranda e sua orientadora foram as pesquisadoras principais desta pesquisa e contaram com o apoio fundamental de doze alunos de graduação em Psicologia da Universidade de Brasília matriculados em disciplinas de pesquisa ao longo de quatro semestres, de agosto de 2013 a julho de 2015. A presença de graduandos junto à pesquisa de doutorado trouxe significativas contribuições para lidar com as complexidades envolvidas ao longo do processo científico, bem como promoveu a experiência de pesquisa na formação de futuros profissionais e pesquisadores. Os graduandos auxiliaram as pesquisadoras principais na revisão dos artigos teóricos, nos procedimentos de recrutamento e seleção de participantes, na construção dos dados ao longo das entrevistas e na transcrição das entrevistas.

Participantes

Os critérios de inclusão estabelecidos no projeto de pesquisa para seleção dos participantes foram: homens e mulheres que conviveram em união estável ou casamento; tinham filho(s) em idade infantil (até 12 anos de idade incompletos) provenientes dessa relação; estavam separados do companheiro entre quatro meses e um ano; possuíam renda pessoal de um a três salários mínimos; não tinham judicializado violência conjugal nessa relação e concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II).

Os critérios de exclusão de participantes estabelecidos foram: estar separado de fato ou divorciado há menos de quatro meses ou mais de um ano; não possuir filhos dessa relação; possuir filhos maiores de 12 anos de idade; possuir renda pessoal acima de três salários mínimos; ter judicializado violência conjugal nessa relação e não concordar ou não assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Participaram da presente pesquisa sete pessoas que estavam vivenciando situação de separação conjugal, sendo quatro mães e três pais. Ao longo da pesquisa de campo, alguns critérios de seleção tiveram de ser revistos, particularmente em relação ao tempo de separação e ao fato de não terem judicializado episódios de violência nesta relação. Dois dos participantes que foram incluídos tinham mais de um ano de separação. Uma participante estava separada há um ano e meio e interessou-se bastante pela pesquisa, tendo sido inclusive a participante com maior assiduidade. Outro participante informou inicialmente que estava separado há oito meses, porém ao final da entrevista individual relatou que a separação ocorrera há oito anos. Em razão da relevância de sua entrevista, especialmente por ser uma situação de maior vulnerabilidade social e haver pouca literatura a esse respeito, seus dados foram mantidos. Em relação ao contexto de violência conjugal, no início da seleção, houve um cuidado para não incluir participantes com histórico de violência. Entretanto, durante as entrevistas, observou-se a presença de violência doméstica, judicializada ou não, em todos os casos, com exceção de uma participante.

Os nomes dos participantes são fictícios e foram escolhidos aleatoriamente segundo as letras do alfabeto. São eles: Antônia, Bruno, Cláudio, Dalva, Elza, Fátima e Gerson. Um resumo da história familiar, suas informações demográficas e genograma serão apresentados a seguir.

Antônia (47 anos de idade) relacionou-se maritalmente com Arnaldo por 12 anos, nascendo dessa união uma filha, Alice (10 anos de idade). Antônia possui ainda dois filhos de relacionamento anterior que estão com 23 e 27 anos de idade. Antônia e Arnaldo separaram-se há um ano e seis meses após relacionamentos extraconjugais por parte dele. Ela acionou a Justiça por meio de ação de reconhecimento e dissolução de união estável, com objetivo de requerer direitos da casa que ajudou a construir no lote da mãe de Arnaldo. O relacionamento entre ela, o ex-companheiro e a família dele era permeada por conflitos em torno do imóvel, no qual Antônia permaneceu residindo com a filha Alice após a separação. Arnaldo passou a viver na casa de sua mãe no mesmo lote com sua nova companheira, bem como possuía um filho de um ano de vida de outro relacionamento.

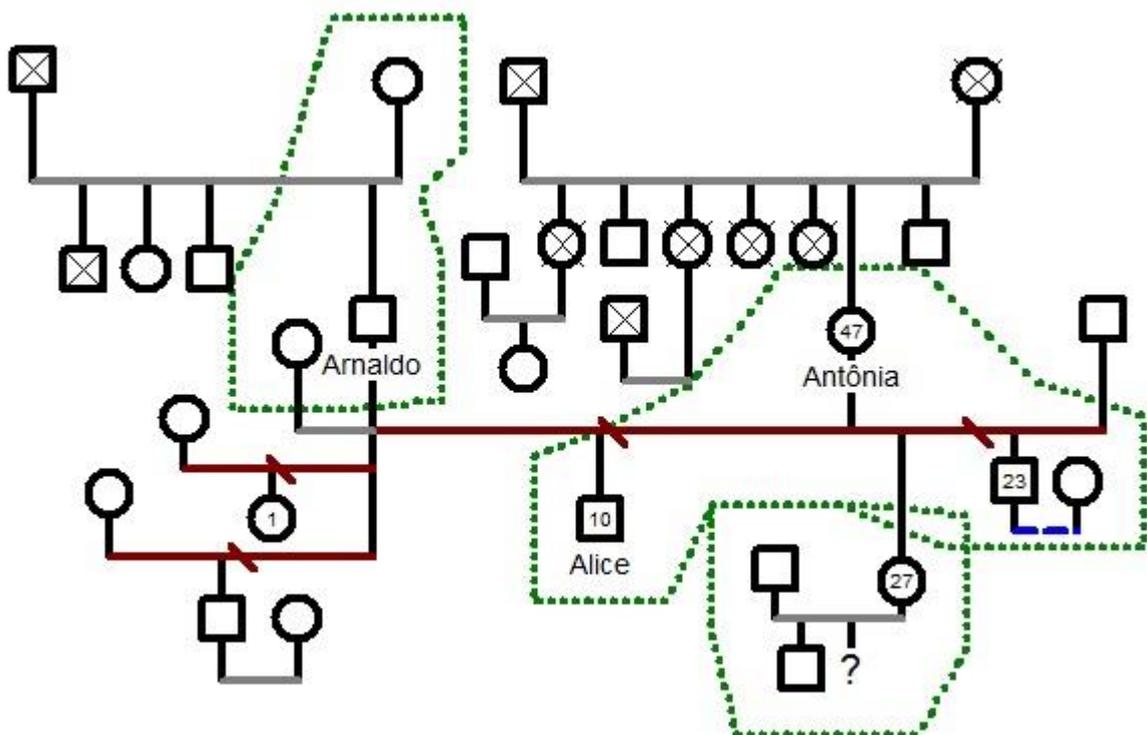


Figura 2. Genograma de Antônia

Bruno (35 anos de idade) morou quatro anos e três meses com Bárbara, possuem um filho, Benito, de 3 anos de idade, e separaram-se há cerca de um ano em razão de conflitos e brigas conjugais. Após o término, Bruno retornou à residência de mãe e Bárbara deixou o filho Benito morando com sua mãe, que também já cuidava de seu outro filho de relacionamento anterior. Bruno acionou a Justiça pleiteando a guarda do filho, pois considerava que seus cuidados não estavam sendo privilegiados na residência da avó materna. Durante a realização desta pesquisa, Bruno entrou em acordo com a ex-companheira e Benito passou a residir com o pai.

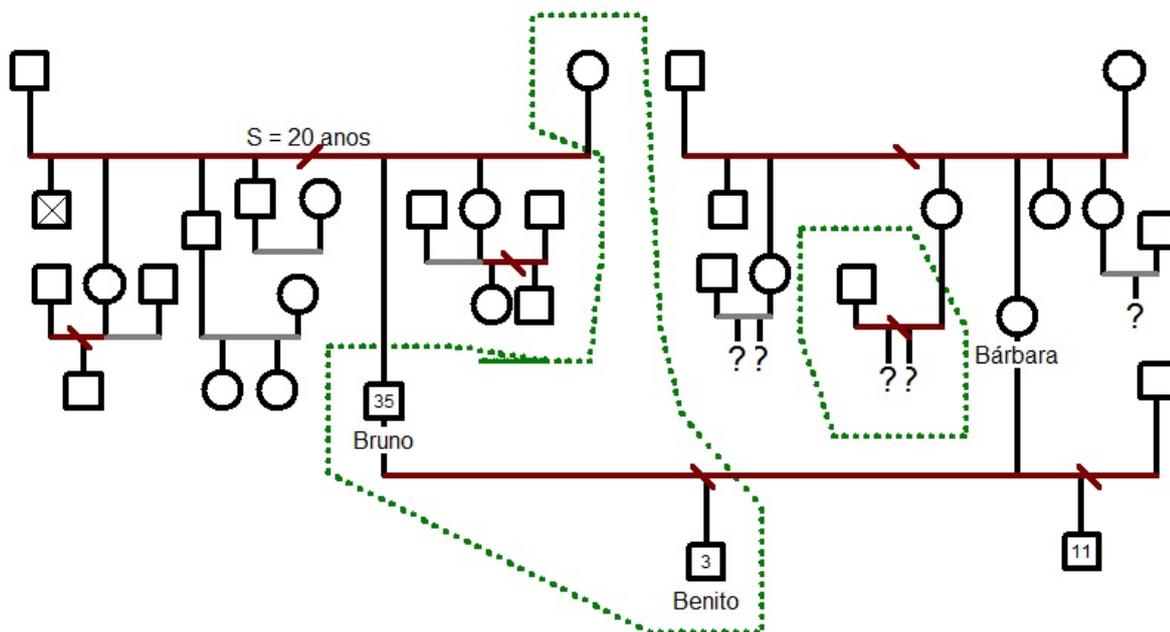


Figura 3. Genograma de Bruno

Cláudio (37 anos de idade) residiu maritalmente com Carmen por cinco anos e tiveram um filho, Carlos (5 anos de idade). Carmen mudou-se de outro Estado com seus dois filhos de relacionamento anterior, para residir com Cláudio. A separação ocorreu há um ano, tendo Carmen ficado com os filhos e Cláudio voltou a morar com sua mãe e seu padrasto. Cláudio buscou a Defensoria Pública para regulamentar a guarda e direito de visita ao filho.

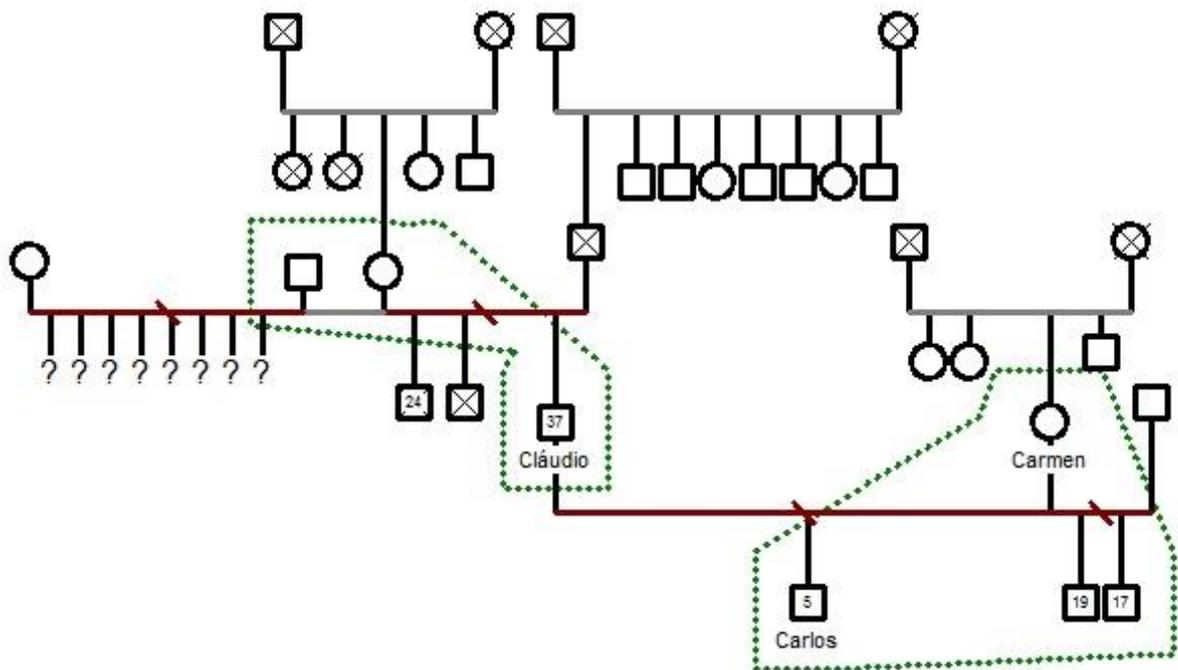


Figura 4. Genograma de Cláudio

Dalva (32 anos de idade) reside com seus dois filhos de 9 e 7 anos de idade, frutos do relacionamento de 10 anos e meio com Domingos. A separação ocorreu há um ano em razão do uso de álcool e outras drogas por parte dele. Dalva relatou episódios de violência conjugal e decidiu pela separação após muitos anos buscando ajudar o então companheiro. Ela considera que Domingos é um pai ausente e recentemente havia recebido a notícia de que ele iria retornar à sua cidade de origem para tratar-se com auxílio de seus genitores. Mesmo após a separação, Dalva mantinha relacionamento amigável com a irmã de Domingos, mas quase não mantinha contato com ele.

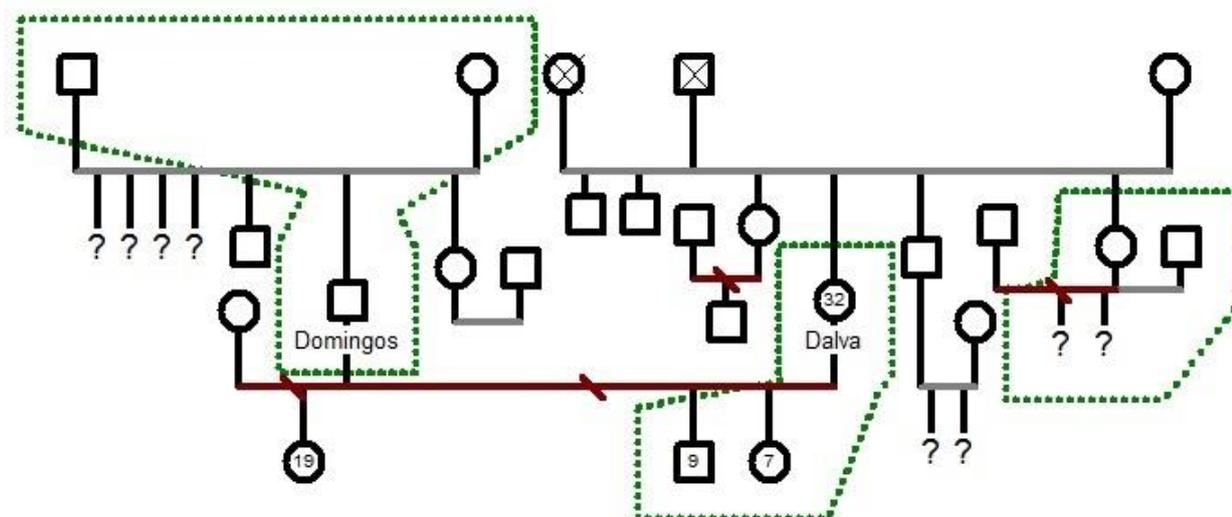


Figura 5. Genograma de Dalva

Elza (20 anos de idade) relacionou-se com Edilson por mais de seis anos e passaram a morar juntos após o nascimento da filha, que hoje conta com dois anos de idade. Após discussões, Elza saiu da casa em que moravam e voltou a residir com sua família de origem após a separação conjugal há sete meses. Elza facilitava os contatos entre a filha e os avós paternos, porém Edilson não visitava a filha há muitos meses em razão de desentendimentos familiares e por Elza não permitir que Edilson saísse com a filha da casa dos avós paternos. Elza acionou a Justiça para regularizar a guarda da filha e relatou que ele estava pagando regularmente a pensão alimentícia.

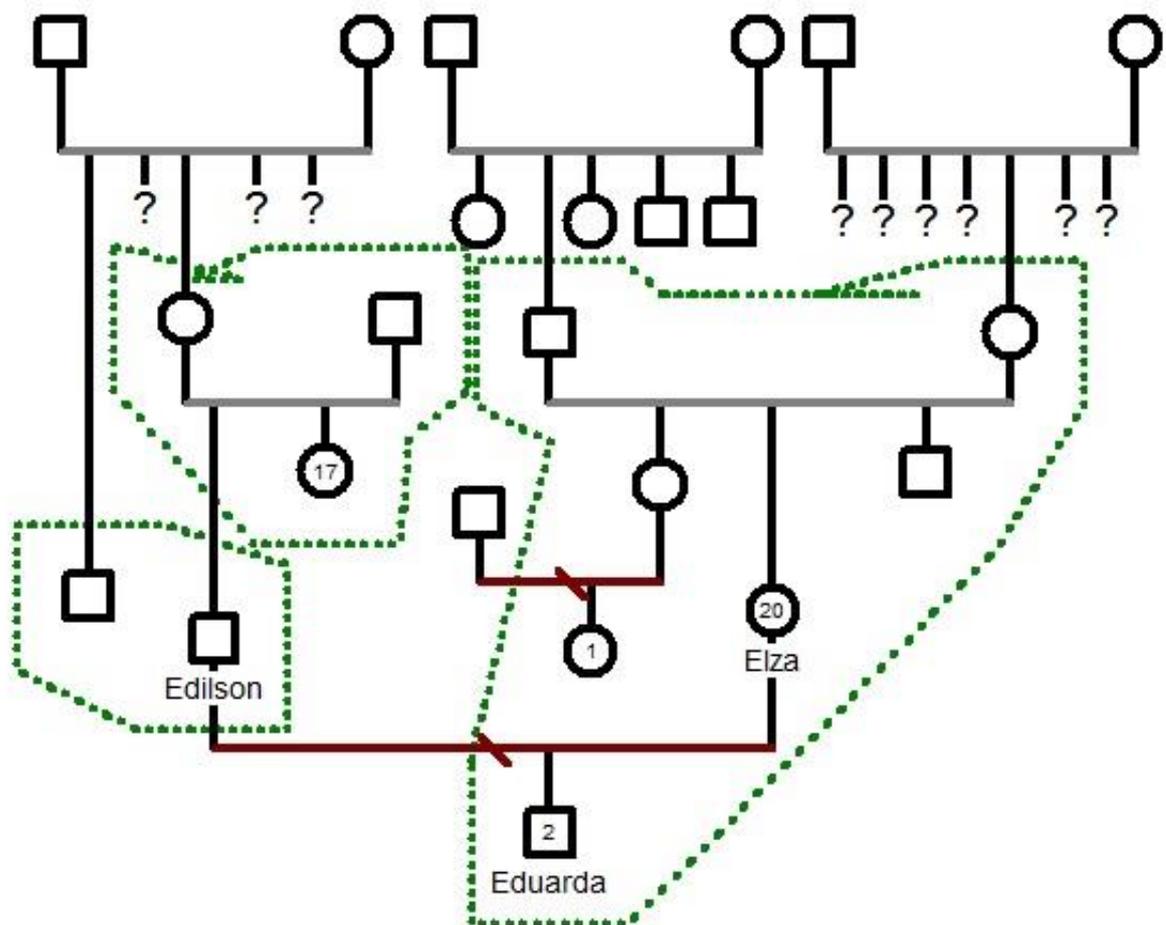


Figura 6. Genograma de Elza

Fátima (28 anos de idade) e Fernando foram casados por sete anos, tiveram um filho, Fábio (9 anos de idade) que, segundo Fátima, foi diagnosticado com autismo. Eles moravam em um quarto separado na casa da mãe de Fernando e, após a separação, Fátima saiu de casa e o filho permaneceu residindo na casa paterna, em razão de ele estudar em escola especial próxima à residência. Na ocasião da entrevista, Fátima e Fernando estavam separados há dois anos e divorciados há dois meses, e Fátima já estava em outro relacionamento conjugal com uma filha de um ano. Ela também tinha uma filha de 13 anos de idade, de relacionamento anterior, que residia com o pai e a avó paterna em outro Estado.

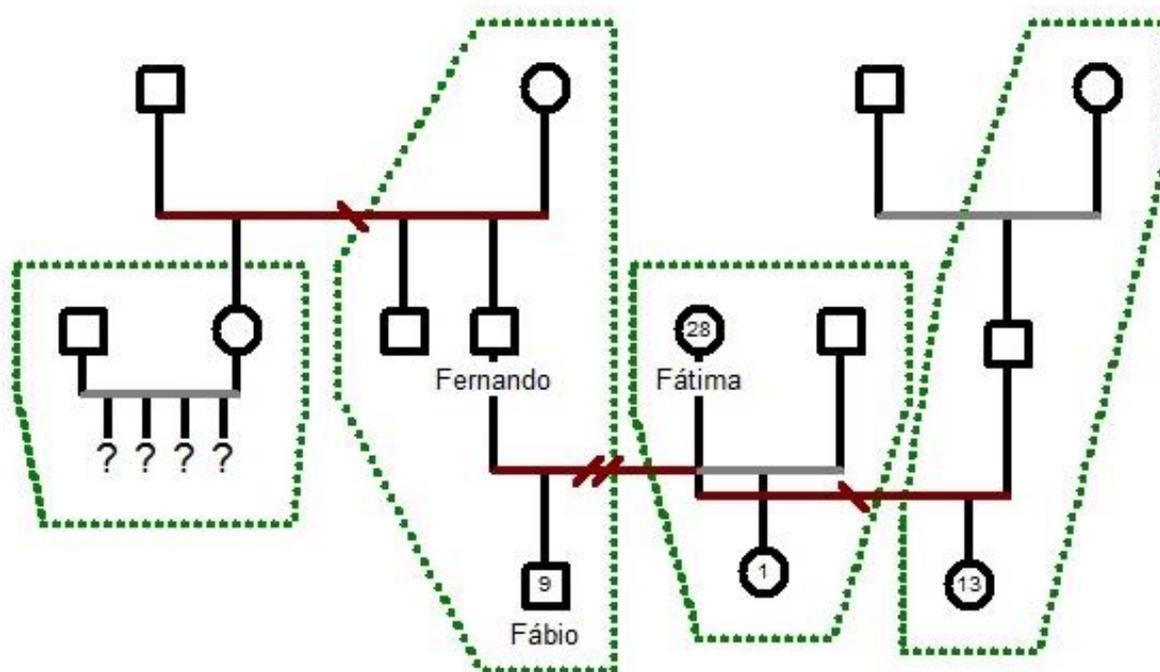


Figura 7. Genograma de Fátima

Gerson (49 anos de idade) relacionou-se por 14 anos com a mãe de suas filhas de 11 e 12 anos de idade e encontravam-se separados há oito anos. Gerson informou que assim que se separaram, ele deixou os bens para a ex-esposa, mas que estava na Justiça novamente para reaver sua parte da casa que construíram quando viveram juntos. Ele relatou que um dos principais motivos da separação foram os desentendimentos que tinha com seu enteado. Após a separação, sua ex-companheira contraiu nova união, enquanto Gerson continuava morando sozinho e cuidando de sua mãe idosa.

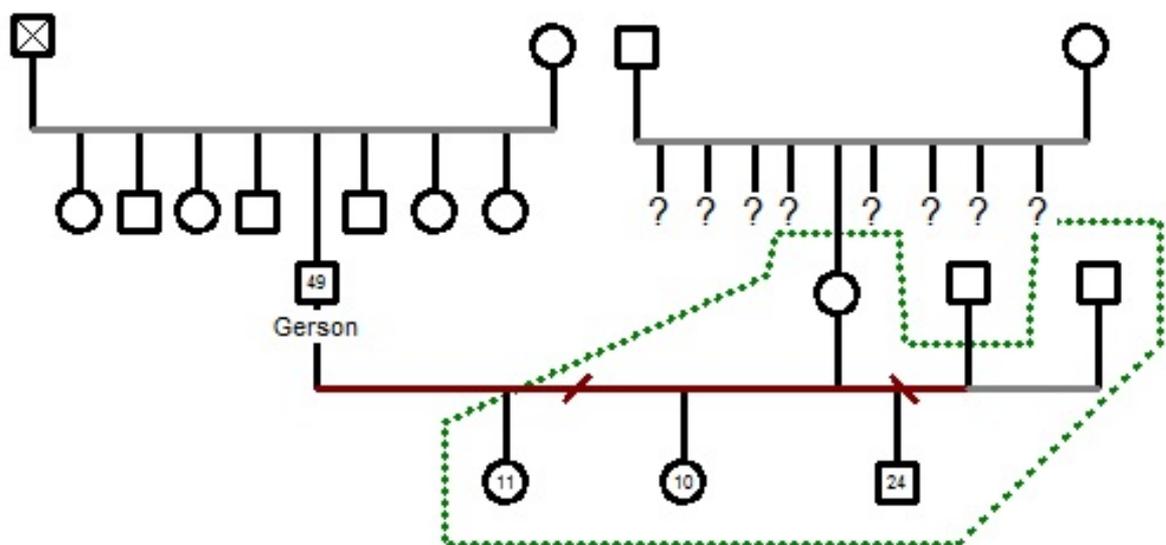


Figura 8. Genograma de Gerson

Outras informações complementares fornecidas pelos participantes encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 1.
Informações sobre os participantes

Participante	Ocupação	Renda individual*	Escolaridade	Religião	Raça/Etnia
Antônia	Copeira	1,9 SM	Ensino fundamental completo	Católica	Parda
Bruno	Vendedor	2 SM	Ensino superior completo	Cristão	Parda
Cláudio	Analista processual	1,3 SM	Ensino superior incompleto	Protestante	Branca
Dalva	Doméstica	2,2 SM	Ensino fundamental incompleto	Evangélica	Branca
Elza	Auxiliar de sala	1,6 SM	Ensino superior incompleto	Católica	Parda
Fátima	Auxiliar de serviços gerais	1,5 SM	Ensino médio incompleto	Evangélica	Morena
Gerson	Eletricista	Não declarada	Ensino fundamental completo	Não declarada	Parda

*Valores em salários mínimos. Segundo o Decreto Nº 8.166 de 23/12/2013, o salário mínimo nacional em 2014 foi estabelecido em R\$ 724,00.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados na presente pesquisa foram: entrevistas individuais e grupais semiestruturadas, questionário semiestruturado e genograma familiar. A entrevista consiste em uma conversação entre duas ou mais pessoas, que privilegia o discurso dos atores sociais sobre a compreensão de sua realidade. É uma técnica de formato aberto e flexível que implica a participação constante entre entrevistador e entrevistado. A modalidade semiestruturada da entrevista permite a realização de uma entrevista direcionada aos objetivos da pesquisa, além de permitir certa liberdade de respostas de acordo com a variedade de conteúdos que podem ser

construídos ao longo do processo de pesquisa (Fraser & Gondim, 2004; Moura & Ferreira, 2005).

Na presente pesquisa, utilizaram-se os tipos de entrevista individual e grupal. A modalidade individual teve como objetivo aprofundar a compreensão da história familiar relacionada à separação conjugal de cada participante, a partir de roteiro semiestruturado (Anexo III). Por sua vez, as entrevistas grupais voltaram-se para interesses comuns entre os participantes e na análise das interações entre eles sobre temas relacionados à dissolução conjugal (Fraser & Gondim, 2004). A construção metodológica dos encontros grupais será melhor descrita no terceiro artigo que compõe esta tese.

O genograma é um instrumento elaborado por terapeutas familiares que consiste em diagramar um mapa da família a partir de símbolos pré-definidos (Anexo IV), a fim de avaliar a cultura familiar ao longo das gerações e promover reflexões junto à família ou pessoa atendida (McGoldrick, Gerson & Petry, 2012; Penso & Costa, 2008).

O questionário é um instrumento que possui diversas perguntas elaboradas com o objetivo de reunir informações sobre percepções, crenças e opiniões sobre o fenômeno estudado (Moura & Ferreira, 2005). O questionário semiestruturado utilizado na presente pesquisa é uma adaptação da ficha de dados biodemográficos elaborado por Grzybowski (2007) em estudo quantitativo realizado com ex-casais. O questionário adaptado era formado por perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha (Anexo V).

Procedimentos

a) Acesso ao campo

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB), foram contatados serviços que atuam com famílias separadas e divorciadas no Distrito Federal, a fim de ampliar as possibilidades de

recrutamento de participantes. A principal porta de entrada de pessoas que buscam legalizar ou reivindicar questões relativas à dissolução conjugal é a Defensoria Pública. Entre dezembro de 2013 e abril de 2014 foram realizados diversos contatos por telefone, e-mail e pessoalmente com pessoas vinculadas à Defensoria Pública do Distrito Federal, como um Defensor Público da área de Direito de Família, o Defensor Público Geral, a Diretora do Departamento de Atividade Psicossocial e mediadores. O Defensor Público Geral autorizou, por meio de carta (Anexo VI), a divulgação da pesquisa para pessoas que buscam serviços na área de família da Defensoria, bem como o convite e encaminhamento de famílias de acordo com os critérios de seleção.

Em fevereiro e março de 2014, foram realizados contatos com o Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família (SERAF). Foi apresentado o projeto, com ênfase nos objetivos e critérios de seleção dos participantes, e as supervisoras e chefes de posto deste Serviço aprovaram e apoiaram o encaminhamento de famílias. Nesse período, foram enviados e-mails a todos os servidores, a fim de informar os objetivos da pesquisa, os critérios de seleção dos participantes, bem como as datas disponíveis para realização das entrevistas.

Considerando que a pesquisa de campo seria realizada nas dependências do CAEP, foram realizados contatos por telefone, e-mail e pessoalmente com os coordenadores do Centro, que mostraram apoio na utilização do espaço. Em contrapartida à utilização do espaço, a pesquisadora se colocou à disposição para proferir palestras sobre os temas de família e justiça aos profissionais e alunos vinculados ao CAEP. Foram ainda enviados e-mails de divulgação da pesquisa para os estagiários, ressaltando que a participação na pesquisa não implicaria em mudanças ou perdas de atendimento psicológico junto ao CAEP.

b) Recrutamento e seleção dos participantes

Após a aprovação das instituições, foi realizada divulgação por meio de e-mails, folder e cartaz (Anexo VII) aos profissionais que trabalham com a população separada. Foram

anexados cartazes junto ao posto central da Defensoria Pública, nos três postos do SERAF e no CAEP, bem como disponibilizados folders em cada um desses serviços para serem entregues aos prováveis participantes.

A principal fonte de encaminhamentos da presente pesquisa foi a Defensoria Pública do Distrito Federal. Mediadoras encaminharam os contatos telefônicos de pessoas que haviam realizado agendamento de questões relativas a reconhecimento e dissolução de união estável, divórcio, guarda e visita de filhos. O SERAF encaminhou cinco famílias e o CAEP não encaminhou nenhuma. Ademais, nenhuma família entrou em contato a partir da divulgação por meio de folders.

A partir dos encaminhamentos realizados, a equipe de pesquisadores realizou uma série de ligações telefônicas entre março e maio de 2014, seguindo roteiro (Anexo VIII), a fim de selecionar e convidar participantes para a pesquisa. Um total de 24 pessoas selecionadas conforme os critérios de inclusão e exclusão concordaram em participar. As entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade de dia e horário dos prováveis participantes entre abril e junho de 2014, porém apenas sete pessoas compareceram à entrevista individual.

c) Entrevistas individuais

Inicialmente foram realizadas entrevistas-piloto com a equipe de pesquisa a fim de avaliar as perguntas contidas no roteiro de entrevista individual semiestruturado. Foram realizadas adaptações a algumas perguntas, conforme avaliação e necessidade.

Quando o participante chegava ao local para realização da entrevista individual, ele era informado e esclarecido sobre os objetivos da pesquisa, dos procedimentos a serem realizados durante a pesquisa, seus possíveis riscos, desconfortos e benefícios, a inexistência de custos e reembolso para o participante e a confidencialidade da pesquisa, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso houvesse dúvidas, estas eram esclarecidas junto ao

participante antes do início da pesquisa. Após concordância e assinatura do Termo, era entregue o questionário semiestruturado ao participante, a fim de coletar dados sócio-demográficos e avaliar a percepção do participante acerca da conjugalidade, parentalidade e do relacionamento com o(a) ex-companheiro(a) à época da união conjugal e durante a separação.

Após a finalização do preenchimento do questionário, iniciavam-se as perguntas da entrevista individual, segundo roteiro semiestruturado (Anexo III), acerca da história da união conjugal e da separação conjugal, além de sua percepção sobre comportamentos e sentimentos dos filhos oriundos dessa união após o término do relacionamento conjugal. Durante a entrevista, foi construído junto aos participantes o genograma familiar com, no mínimo, três gerações (Anexo IV). Também foram feitas perguntas relacionadas às influências de questões de gênero, econômicas e étnico-raciais no processo de separação.

Ao final dessa entrevista, o participante era informado e convidado a participar das entrevistas grupais a serem realizadas após a conclusão das entrevistas individuais. Junto aos participantes, foram levantadas demandas, temáticas de interesse e expectativas do participante em relação aos encontros em grupo. Os participantes também informaram os dias e horários que poderiam comparecer a esses encontros.

Uma entrevista individual foi realizada nas dependências do CAEP e as demais foram realizadas em sala cedida para fins de pesquisa na mesma região da cidade. Notou-se que Dalva, a única participante entrevistada no contexto universitário, se mostrou inicialmente desconfortável com a sala provida de espelhos unidimensionais e com a presença da equipe de pesquisa. Ela foi esclarecida detalhadamente sobre todos os aspectos do TCLE e a pesquisa só iniciou após ela se sentir confortável. Tal desconforto não foi observado nos demais participantes entrevistados no outro espaço físico. Ademais, notou-se que a dificuldade de acesso por meio de transporte público às dependências da Universidade foi fator limitador para realização das entrevistas neste local, o que não aconteceu no outro espaço.

d) Entrevistas grupais

Após a realização das entrevistas individuais com os sete participantes, foram realizadas ligações telefônicas para convidá-los para as entrevistas grupais. A partir da disponibilidade dos participantes, foi definido que as entrevistas grupais ocorreriam aos sábados às 10 horas da manhã, com duração de duas horas cada. Os sete encontros grupais ocorreram quinzenalmente (periodicidade aproximada) no período de julho a dezembro de 2014. No primeiro dia, três participantes compareceram, Antônia, Bruno e Cláudio. No segundo, apenas dois participantes (Antônia e Cláudio). No terceiro encontro agendado, nenhum participante compareceu, tendo de ser remarcado. Do terceiro ao sétimo encontro, apenas Antônia e Bruno participaram.

Até o quarto encontro, todos os sete participantes eram contatados por telefone e informados dos encontros grupais. Buscou-se contornar questões relacionadas à falta de dinheiro para passagem e não ter com quem deixar os filhos, por meio de oferecimento de auxílio para pagar bilhetes de transporte público, bem como levar os filhos para os encontros. Entretanto, ainda assim, houve alto índice de ausência. Após o quarto encontro, deixou-se de convidar os demais participantes para os encontros, uma vez que os temas iniciais já haviam sido desenvolvidos.

Cláudio, o participante que compareceu a apenas dois encontros grupais, informou que não se sentiu beneficiado em participar, uma vez que não recebia conselhos terapêuticos e diretivos por parte da equipe de pesquisa. Ele foi informado que os objetivos dos grupos eram voltados principalmente para a pesquisa com pessoas separadas e que o espaço grupal tinha o objetivo de se pensar coletivamente sobre os problemas e alternativas diante da situação de separação com filhos. Por sua solicitação, a ele foi oferecido e agendado um dia para conversar individualmente sobre essas questões, mas ele não compareceu.

Os temas desenvolvidos pela pesquisadora e discutidos durante as entrevistas grupais foram construídos conforme aponta a literatura sobre o processo de dissolução conjugal (Juras & Costa, 2010, 2011a, 2011b), quais sejam apresentação e integração dos participantes, conjugalidade, parentalidade, comunicação, transgeracionalidade, rede social de apoio, avaliação e encerramento. A princípio, as entrevistas grupais seguiram roteiro previsto, com algumas modificações, que serão retomadas no segundo grupo de resultados. No primeiro encontro, foi realizado acordo verbal com os participantes, a fim de que estes resguardassem o sigilo ético da pesquisa, responsabilizando-se em manter o anonimato dos participantes.

e) Registro dos resultados

Todas as entrevistas individuais foram gravadas em áudio e as entrevistas grupais foram gravadas em áudio e vídeo e posteriormente transcritas na íntegra. Os genogramas foram inicialmente construídos a mão e posteriormente passados para o computador por meio do *software* GenoPro. As respostas dos questionários semiestruturados foram digitadas em tabela para análise.

Cuidados éticos

O presente projeto foi submetido, avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB), Parecer Consubstanciado número 527.255, em 11 de fevereiro de 2014 (Anexo IX). Para participação na pesquisa, os participantes concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/1996. Os nomes e dados de identificação dos participantes, bem como a íntegra das gravações em audiovisual foram mantidos em sigilo.

Como toda pesquisa desenvolvida com seres humanos, existiam benefícios e riscos que podem afetar os participantes. Consideraram-se benefícios da presente pesquisa: possibilidade de desenvolvimento de estratégias pessoais e relacionais de diferenciação da conjugalidade e da parentalidade; bem-estar por compartilhar situações-problema comuns; reflexões que promovam bem-estar pessoal, familiar e coletivo e colaboração na construção de conhecimento científico sobre o tema das separações, divórcios e grupos com essa população específica. Como possíveis riscos aos participantes, esta pesquisa poderia trazer desconfortos emocionais e psicológicos por tratar de situações-problema vivenciadas pelos participantes. A todos os participantes foi oferecido apoio individual, sendo que apenas um participante o solicitou. Entretanto, ele não compareceu ao atendimento proposto, mas manteve-se contato por telefone e mensagem em que se pode avaliar a diminuição do desconforto emocional ao longo do tempo.

Análise dos resultados

Os resultados construídos ao longo do processo de pesquisa-ação foram analisados conforme a metodologia de análise temática (Minayo, 2008). Segundo a autora, “a noção de *tema* está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo” (p. 315, Minayo, 2008, grifo da autora).

Os resultados da presente tese foram divididos em três grupos. O primeiro grupo de resultados refere-se à análise das sete entrevistas individuais realizadas com os participantes, que respondeu ao primeiro objetivo geral desta tese, qual seja, entender o processo de diferenciação dos papéis conjugais e parentais em situações de separações com pais e mães de baixa renda de filhos pequenos. O segundo grupo de resultados foi proveniente da análise das interações entre os participantes ao longo dos sete encontros grupais, que respondeu ao segundo objetivo geral, de propor uma metodologia de atendimento psicossocial grupal a pais e mães

separados de baixa renda com filhos pequenos. Por fim, o terceiro grupo de resultados visou analisar o impacto desta metodologia de atendimento psicossocial grupal na diferenciação dos papéis parentais e conjugais, utilizando todos os dados construídos nas entrevistas individuais e grupais.

A análise temática acontece em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Cada grupo de resultados foi analisado seguindo essas etapas, sendo adaptadas de acordo com o grupo de resultados analisado. De maneira geral, a primeira etapa consistiu em analisar o conteúdo de todo o material referente ao grupo específico, a partir de leitura exploratória inicial e flutuante dos registros e transcrições dos resultados. Esse processo inicial contribuiu para a análise dos principais temas discutidos pelos participantes. Posteriormente, todo esse material foi novamente explorado, buscando-se palavras-chave, frases ou unidades de contexto que representavam temas comuns. Nesse momento, as falas mais significativas dos participantes eram selecionadas, destacadas e agrupadas de acordo com os temas construídos. A terceira etapa refere-se à interpretação dos temas para a construção dos núcleos temáticos, que compuseram a presente tese. As particularidades do processo de análise serão abordadas na parte inicial da apresentação de cada um dos grupos de resultados.

Doutorado Sanduíche no Exterior

No período de janeiro a dezembro de 2015, realizei o doutorado sanduíche na *Washington University in Saint Louis*, Missouri, Estados Unidos, por meio de apoio da CAPES e liberação para estudos no exterior do TJDFT. Ambos processos, junto à CAPES e ao TJDFT, tramitaram exaustivamente em diversos setores, tendo inclusive o segundo necessitado da liberação do presidente do Supremo Tribunal Federal! Com passaportes, vistos e malas nas

mãos, além de sonhos e expectativas, meu marido e eu nos mudamos para uma cidade até então desconhecida por nós.

Vinculei-me à renomada faculdade de Serviço Social, *George Warren Brown School of Social Work* (após algum tempo, fui informada de tratar-se do melhor curso de Serviço Social dos Estados Unidos), engajei-me em atividades de desenvolvimento profissional da faculdade, do grupo de estudos e pesquisa da Ciência da Disseminação e da Implementação (*D&I Science*) e do treinamento na intervenção para pais chamado *Parenting Management Training Oregon Model* (PMTO). Também participei em uma série de *workshops* de três horas cada, relativos aos temas: parentalidade, gênero, abuso sexual, intervenção em crise, Justiça restaurativa e Psicologia positiva.

Junto ao grupo de estudos e pesquisa da Ciência da Implementação e da Disseminação, fui aprovada com nota máxima na disciplina *Implementing and Evaluating Evidence-Based Practice*, assisti a diversas palestras relativas à área, participei de reuniões mensais do *Dissemination and Implementation Research Core* (DIRC) e do *Washington University Network for Dissemination and Implementation Research* (WUNDIR), e estou colaborando na codificação em um artigo sobre resultados de disseminação. Essa área me impressionou pela inovação e interdisciplinaridade do grupo, já que profissionais de várias áreas (como Serviço Social, Psicologia, Medicina, Nutrição, Saúde Pública, entre outros) partilhavam experiências, dúvidas e reflexões sobre como melhor implementar práticas baseadas em evidências em seus serviços de atendimento e prevenção.

A principal motivação para ir especificamente para esta universidade relacionava-se à possibilidade de ser treinada em uma intervenção para pais baseada em evidências, disseminada e implementada em vários estados dos Estados Unidos, como em diversos países, como México, Islândia, Canadá, Dinamarca, Noruega e Holanda. De agosto a dezembro de 2015, fui treinada

na metodologia do PMTO, como parte da certificação, realizando leitura de textos e manuais e atendimentos grupais fictícios nesta metodologia.

Fora da cidade de Saint Louis, participei ainda de dois cursos na cidade de Chicago, Illinois, voltados ao tema do divórcio. Um curso realizado em março de 2015 relacionava-se ao tema *Parenting Coordination*, atividade comum nos Estados Unidos que consiste na designação parental ou judicial de um coordenador legítimo para tomar decisões individualmente ou em conjunto para famílias divorciadas com elevado nível de conflito. O outro curso realizado em junho de 2015 foi com a renomada terapeuta familiar Dra. Froma Walsh, sobre o tema Reconexão e reconciliação no pós divórcio.

Para além do contexto acadêmico, entre maio e dezembro de 2015, realizei um estágio voluntário em uma clínica especializada em atendimento para famílias divorciadas na cidade de Saint Louis, chamada *Kids In The Middle*. Dentro do contexto clínico, participei de seis grupos terapêuticos, formados por faixa etária e compostos por ambos sexos, sendo quatro de crianças, um de adolescentes e outro de adultos, e atendimentos de família para realização de revisão do tratamento (*Treatment Review*). Esta agência também possui parcerias com as Varas de Família da cidade, realizando aulas psicoeducativas (*Co-Parenting Education – COPE*) sobre o processo do divórcio e seu impacto nos adultos e nos filhos, das quais participei por duas vezes; bem como com escolas públicas, realizando intervenções individuais e grupais (*School Outreach Counseling Program – SOC*) sobre temas diversos, como separação, luto e morte, violência, doenças e encarceramento de familiares, das quais participei semanalmente entre setembro e dezembro de 2015.

A experiência nesta agência foi de grande importância para consolidar aspectos teóricos e práticos do trabalho grupal com famílias divorciadas. Ouvir falas de sofrimento e resiliência de crianças e adolescentes cujos pais são separados auxiliou na escuta e inclusão dessas vozes na compreensão desse fenômeno familiar tão frequente nos Estados Unidos. O ponto alto foi

participar ativamente de grupos voltados para a promoção da coparentalidade com adultos separados, especialmente por poder acompanhar os desafios e as conquistas na manutenção da parentalidade após a dissolução conjugal. Foi bastante interessante acompanhar a evolução dos discursos dos pais e das tentativas de melhoria da relação parental em prol dos filhos.

Além dos ganhos profissionais e acadêmicos, a experiência de um ano em um país com cultura, língua e clima diferentes dos quais estava habituada há mais de 30 anos me impactou profundamente. O diferente me fez refletir sobre o comum e o óbvio que usualmente não via. Pensar diferente levou-me a viver diferente e a querer continuar nesse processo de transformação. Mais detalhes poéticos dessa experiência encontram-se na poesia (Anexo X) que escrevi no mês de novembro, movida pela emoção das experiências e dos aprendizados que ocorreram.

Estrutura da Tese

A estrutura da presente tese é composta por artigos científicos e grupos de resultados que possuíram coerência e coesão com seu objeto de estudo. Este formato representa um modelo de transição entre a estrutura de tese tradicional e aquela composta por artigos científicos. A parte teórica foi estruturada como artigos científicos, a fim de potencializar a produção e a publicação científicas ao longo do processo de doutoramento. Optou-se por não apresentar os resultados em formato de artigo em razão da extensão e relevância dos resultados construídos nesta tese, que ficariam minimizados na estrutura e limitação de um artigo científico. Por sua vez, compreende-se que cada núcleo temático pode vir a constituir um artigo científico, que serão sistematizados e submetidos posteriormente.

Neste sentido, propôs-se a seguinte organização:

ARTIGO I: Aspectos multiculturais de separações e divórcios na contemporaneidade brasileira (Este artigo foi submetido à revista Psicologia Clínica em setembro de 2013 e foi recusado em janeiro de 2014.);

ARTIGO II: Trajetória da legislação e das políticas públicas voltadas a famílias separadas e divorciadas (Este artigo foi submetido à Revista de Informação Legislativa, da Coordenação de Edições Técnicas – COEDIT do Senado Federal, em março de 2015, ainda sem parecer.);

ARTIGO III: Intervenções psicossociais grupais com famílias em situação de separação conjugal;

GRUPO DE RESULTADOS I: Grupo de resultados proveniente das entrevistas individuais, visando responder ao primeiro objetivo geral;

GRUPO DE RESULTADOS II: Grupo de resultados proveniente das entrevistas grupais, visando responder aos dois objetivos gerais;

GRUPO DE RESULTADOS III: Grupo de resultados a partir de conteúdos das entrevistas individuais, grupais e questionários, visando responder ao segundo objetivo geral.

TRAJETÓRIA DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A FAMÍLIAS SEPARADAS E DIVORCIADAS

Os fenômenos das separações e dos divórcios são cada vez mais frequentes na sociedade brasileira. Famílias, profissionais e instituições que trabalham com essa temática ainda enfrentam dificuldades ao lidar com essa realidade. As situações de dissolução conjugal podem tanto promover novas possibilidades mais saudáveis de desenvolvimento familiar, quanto trazer transtornos e violações de direitos, principalmente a crianças e adolescentes envolvidos.

A dissolução conjugal promove um momento de crise familiar para seus membros e para os sistemas interligados à família (escola, saúde, Justiça etc.), sendo necessária uma reorganização de funções e papéis em sua estrutura. As famílias separadas e divorciadas frequentemente buscam recursos familiares próprios para lidar com as mudanças ocasionadas pela finalização da união conjugal e, por vezes, procuram auxílio da Justiça na tomada de decisões sobre discordâncias familiares. Diante disso, cabe ponderar que o contexto judiciário tende a privilegiar as questões objetivas (patrimônio, guarda e pensão alimentícia) em detrimento dos aspectos subjetivos e emocionais, que são considerados de forma secundária. Dessa forma, é comum que os membros da família saiam da Justiça sentindo-se injustiçados ou com seus problemas não solucionados (Juras & Costa, 2011a).

É inexistente no Brasil uma política pública para famílias separadas e divorciadas que vise à promoção de uma dissolução conjugal que possa ser construtiva aos seus membros e que garanta, especialmente, os direitos das crianças e adolescentes envolvidos. As intervenções com essas famílias ocorrem principalmente no contexto judiciário, como os procedimentos desenvolvidos pela mediação familiar e serviços psicossociais de assessoramento às Varas de Família. Ainda que essas propostas de trabalho visem a promover acordos e resoluções mais justas aos conflitos familiares, o contexto judiciário tende a enrijecer estruturas conflituosas e destrutivas, por sua característica essencialmente deliberativa (Barbosa & Nascimento, 2012; Castro & Santos, 2012; Grosman & Mandelbaum, 2011; Rapizo, 2012).

O Estado deve assegurar às famílias condições de suporte e apoio para lidar com os desafios cotidianos dos relacionamentos interpessoais, com a convivência familiar e com a criação e educação de filhos por meio de legislação e de políticas públicas. Essas ações legais e políticas deveriam basear-se nas necessidades do momento histórico vigente e no conhecimento científico, ao invés de carregar ideologias tradicionalistas e patriarcais que visam a normatizar as famílias. São necessárias, portanto, atualizações e fiscalizações constantes na elaboração e execução dessas leis e políticas públicas (Brito & Gonsalves, 2013; Penso, 2009).

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar a trajetória da legislação e das políticas públicas que impactam as famílias separadas e divorciadas. Para tal, é necessário discutir a evolução das concepções sociais e culturais sobre uniões e dissoluções conjugais e a legislação que acompanhou o desenvolvimento familiar, social, cultural e jurídico desses conceitos. Posteriormente, serão discutidas as políticas públicas existentes no país que poderiam trazer especificações para as famílias separadas.

Transformações históricas das uniões e dissoluções conjugais

As uniões entre homens e mulheres existem desde os primórdios da humanidade. Ao longo do tempo, essas uniões passaram por modificações conforme o desenvolvimento das sociedades e culturas e adotaram princípios e valores socioculturais considerados legítimos, quando em conformidade com norma social vigente, ou ilegítimos, quando dela divergentes.

Na Idade Média (séculos V a XV), o status de uma sociedade era marcado pela ampliação e domínio de territórios, por meio de lutas e guerras entre povos. O matrimônio tinha, portanto, função principal de consolidar e ampliar as lealdades territoriais, a fim de evitar ataques e saques entre grupos sociais. Dessa forma, a união conjugal nesse período realizava-se para oferecer apoio político e assegurar a coesão da comunidade e a estruturação daquela sociedade (Galano, 2006).

Com a formalização dos territórios e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos Estados e monarquias, o cenário político e social também foi fortemente influenciado pelos valores e dogmas da Igreja Católica. Esta legitimava apenas os casamentos institucionalizados e legalizados pela religião católica, enraizando os dogmas da monogamia e da indissolubilidade do matrimônio. A separação conjugal não era aceita pela Igreja, sendo que apenas em situações excepcionais o casamento poderia ser considerado anulável (Ariés, 1981; Galano, 2006).

Percebe-se, portanto, que a família tradicional formalizava-se por meio do casamento heterossexual, que se dava por critérios políticos, de força de sangue e linhagem, em que os sentimentos como amor e paixão não eram considerados parte dessa instituição. Os objetivos do matrimônio eram manter o controle da genealogia, dos bens territoriais e da ordem hierárquica patriarcal, o que demonstra que o casamento sofria (e ainda sofre) influências religiosas, econômicas e culturais. Segundo Fuks (2007, p. 7), *“las ‘Instituciones’ como el matrimonio dejaron grabadas en las leyes, normas, dispositivos y rituales, los ‘signos’ del esfuerzo por proteger y asegurar la estabilidad institucional”*.

A transição da família tradicional para a família moderna foi influenciada por modelos socioeconômicos individualistas e liberais, especialmente pela Revolução Industrial. A queda de várias monarquias na Europa, o fortalecimento das Repúblicas e o crescente êxodo rural em direção aos centros urbanos contribuíram para a nuclearização das famílias, diminuindo os laços com a família extensa e com o espaço público. Dessa maneira, a família moderna e, por corolário, o casamento moderno foram instituições marcadas pela diminuição do número de membros familiares e aumento da intimidade e afeto, porém ainda fortemente marcada pelo patriarcado (Féres-Carneiro, Ponciano, & Magalhães, 2007; Galano, 2006).

O surgimento e o crescimento da classe burguesa na Idade Moderna também contribuíram para modificações na ordem social e econômica no Ocidente. Ademais, o aumento dos movimentos protestantes diminuiu a força e o poder da Igreja Católica no Estado e na

sociedade. Os casamentos eram, nessa época, marcados pela manutenção e ampliação do patrimônio familiar, possuindo, portanto, forte vinculação com questões econômicas (Galano, 2006).

A conquista de novos territórios modificou-se, ampliando a colonização de outros continentes, como América e África. No Brasil, a miscigenação entre os povos europeu, indígena e africano fez emergir uma nova sociedade. A fim de apropriar-se de um território tão vasto, foi fundamental a presença das famílias extensas, características até hoje presentes na cultura brasileira. Por outro lado, o status social, econômico e de poder era valorizado por meio da imposição de valores portugueses em detrimento das demais etnias, provocando desigualdades presentes até os dias atuais (Diniz & Féres-Carneiro, 2012; Galano, 2006).

As duas Guerras Mundiais no início do século XX contribuíram para o desenvolvimento de diversas tecnologias bélicas, cibernéticas, comunicacionais e farmacêuticas que impactaram fortemente as sociedades para além do contexto bélico. O aumento da expectativa de vida e o controle da natalidade promoveram a retração ainda maior dos membros da família, intensificando ainda mais os valores de privacidade e intimidade. Ademais, a fluidez e a rapidez das comunicações virtuais também impactaram os relacionamentos familiares e conjugais (Féres-Carneiro et al., 2007; Fuks, 2007; Galano, 2006).

Os desastres humanos e ambientais promovidos por esses processos históricos de industrialização e batalhas hostis contribuíram para a legitimação de diversos movimentos até então discriminados, em prol dos direitos humanos e ambientais. Esse momento foi intitulado Revolução Cultural, no qual militantes feministas, homossexuais, negros, naturalistas e *hippies*, entre outros, intensificaram as lutas pelos direitos das minorias, questionando a ordem patriarcal ainda vigente. Esses movimentos também trouxeram modificações para as famílias e o para o direito (Féres-Carneiro et al., 2007; Fuks, 2007; Galano, 2006).

A família e o casamento pós-modernos consistem em uma exacerbação dos princípios modernos, com a intensificação dos valores da autonomia e da liberdade e também das transformações tecnológicas. Ademais, o questionamento da objetividade e das verdades únicas, o consumismo, o relativismo ideológico e moral, a reivindicação do eventual, da instabilidade e da imprevisibilidade são características ideológicas da pós-modernidade que modificam as relações conjugais, em que os papéis rígidos são questionados e modificados. Esses processos contribuíram para o questionamento da indissolubilidade do casamento e, cada vez mais, ocorrem separações e divórcios (Diniz & Féres-Carneiro, 2012; Fuks, 2007; Galano, 2006).

É importante ressaltar que a organização conjugal atual compartilha valores tradicionais, românticos, modernos e pós-modernos, uma vez que esse é um fenômeno plural e multifacetado. Ademais, a legitimação de modelos familiares pela Igreja e pelo Estado não impediu a coexistência de diversas configurações familiares, uma vez que as uniões livres sempre aconteceram. Entretanto, as diversas configurações de casamento e família para além da idealização da família nuclear são mais aceitas na atualidade que no passado. As transformações históricas que ocorreram nas relações conjugais trazem também mudanças nos conceitos. O conceito “casal” surgiu na era moderna, diferenciando-se do conceito “matrimônio”. Enquanto o primeiro possui uma perspectiva mais fluida, relacionada ao amor romântico, o segundo carrega padrões tradicionais, institucionalizados e normatizados (Fuks, 2007).

A partir desse breve histórico, pode-se observar que as concepções de casamento e, conseqüentemente, sua dissolubilidade por meio das separações e divórcios sofreram e sofrem diversas transformações ao longo do tempo. Ademais, os movimentos sociais, econômicos e culturais influenciaram e ainda influenciam a vida familiar. A legislação também é produzida em determinado contexto e momento histórico e também impacta as famílias.

Trajetória da legislação sobre uniões e dissoluções conjugais

Em cada um desses contextos socioculturais e momentos históricos, que marcaram a construção da família e do casamento, também podem ser observadas mudanças na legislação. Enquanto, na família tradicional, prevalecia o direito canônico, o Estado foi cada vez mais se afastando da influência religiosa na formulação e alteração de suas normas, embora essa influência ainda esteja presente nos dias atuais. A legislação reflete a forma como a sociedade vai se construindo, da mesma forma que esta vai se adaptando às novas regências legais. É importante ressaltar que a formulação das normas recebe grande influência das camadas de maior poder social, que são os governantes eleitos, geralmente homens, brancos e com alto poder econômico e, portanto, legitima valores de determinado grupo social.

Na Era Medieval, a crença religiosa era a fonte primária para a definição e aplicação do direito. As religiões muçulmana e católica dominavam o cenário europeu daquela época, sendo que a expansão territorial conhecida como Cruzadas fez prevalecer por meio da força e da violência o catolicismo em detrimento de outras religiões, principalmente no Ocidente. Dessa forma, o direito canônico exerceu forte influência na construção do direito privado moderno, orientando as normas das monarquias que se instauraram ao longo dos séculos (André, 2007).

O direito romano foi um ordenamento jurídico que influenciou as regulamentações no Ocidente. O *pater familiae* (pai de família), que deu origem legal ao patriarcado, concedia ao homem varão o direito de tomar decisões sobre a família. Os romanos também legislaram sobre o matrimônio, no sentido de formalizá-lo e institucionalizar uma forma de união que tinha como prioridade a estabilidade e a moralidade. O direito romano compreendia o casamento como a conjunção entre homem e mulher por toda a vida, associados aos direitos divino e humano (Farias & Rosenvald, 2013; Fuks, 2007; Vargas, 2007).

O direito português por muito tempo foi sistematizado por compilações jurídicas organizadas pelos monarcas, resultando nas Ordenações Afonsinas (1447, ordenada por Afonso

IV), Manoelinas (1521, D. Manuel) e Filipinas (1603, Felipe II, rei espanhol). Nos sistemas dessas ordenações, o matrimônio somente era reconhecido quando contraído diante da Igreja Católica e os “casamentos clandestinos” eram passíveis de punição. O pai era considerado o chefe da família, tendo como dever criar e educar os filhos e primar pela regularidade e boa ordem. Estas ordenações consistiram as normas e leis no Brasil Colônia, Império e República. O Código Civil Brasileiro, por exemplo, só foi promulgado em 1916, e a vida privada foi regulada e normatizada no Brasil pelas Ordenações Filipinas por mais de 300 anos (André, 2007).

O Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/1916), intitulado Código Beviláqua, afirmava que a família legítima era aquela instituída pelo casamento formal. Todas as outras formas de família fora do casamento eram consideradas ilegítimas, espúrias ou adúlteras e, portanto, não eram protegidas pelo ordenamento jurídico familiarista (Farias & Rosenvald, 2013). Observa-se, portanto, que as leis brasileiras, ainda que modernas, ainda sofriam fortes influências das normas anteriores. Para o Código Civil de 1916, a mulher era considerada relativamente incapaz e o marido era o chefe legítimo da sociedade conjugal, competindo-lhe: 1) representar legalmente a família, 2) administrar os bens da família, 3) fixar e mudar o domicílio da família, 4) autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal e 5) prover a manutenção da família. O Código Eleitoral de 1932 e a Constituição Federal de 1934 permitiram à mulher o direito de votar. Apenas em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, Lei nº 4.121/1962 (Brasil, 1962), a mulher casada deixou de ser considerada incapaz, tornando-se livre para exercer profissão. Entretanto, ela ainda era impedida de realizar determinados atos sem a autorização do marido, que continuou a ser considerado o chefe da família.

O princípio da igualdade, ao menos na lei, encontra-se disposto nas normas brasileiras desde a primeira Constituição de 1824. A Constituição de 1934 foi a primeira a especificar a

não distinção de sexo, raça, profissão, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas. Entretanto, apenas com a Constituição de 1967 foi firmada a igualdade jurídica entre homens e mulheres e, definitivamente, a Constituição de 1988 igualou-os em direitos e obrigações.

A Constituição Federal de 1988 considera a família como base da sociedade, tendo proteção especial por parte do Estado. Segundo esta norma, a entidade familiar é a comunidade formada pelos dois ou qualquer dos pais e seus descendentes. Reconhece, ainda, o casamento civil, o religioso e a união estável entre o homem e a mulher e permite a dissolução conjugal por meio da separação e do divórcio.

O desquite já era previsto como uma possibilidade de dissolução conjugal no Código Civil de 1916, sendo admitido apenas por razões de adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave ou abandono voluntário do lar conjugal durante dois anos contínuos. A guarda dos filhos era concedida ao genitor considerado inocente. Mulheres viúvas, que tiveram o casamento anulado ou que dissolveram a união conjugal, não poderiam se casar novamente por um período de dez meses, salvo se tivessem um filho antes desse prazo.

O divórcio foi instituído legalmente no Brasil apenas em 1977 pela Lei nº 6.515 (Brasil, 1977) após longos e polêmicos debates entre os legisladores. Essa lei afirmava que a sociedade conjugal se dissolvia em quatro situações: morte de um dos cônjuges, nulidade ou anulação do casamento, separação judicial e divórcio (Brasil, 1977). A separação judicial dava fim aos deveres de coabitação e de fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens; entretanto, um novo casamento só era possível após o divórcio, três anos após a sentença da separação judicial. Esse prazo foi diminuído para um ano com a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e o Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), incluindo a possibilidade de se divorciar após dois anos da separação de fato. Somente em 2010, com a Emenda Constitucional nº 66 (Brasil, 2010a),

foi instituído o divórcio direto no Brasil, extinguindo a necessidade do prazo de dois anos para um casal divorciar-se.

São recentes na história jurídica brasileira os questionamentos aos modelos patriarcais e religiosos na vida familiar. A igualdade jurídica entre homens e mulheres, assim como a possibilidade de finalização formal da sociedade conjugal são conquistas contemporâneas, mesmo que esse processo não tenha se consolidado, uma vez que as mulheres continuam sendo tratadas de forma desigual e ainda exista preconceito às famílias divorciadas. A carga secular desses pressupostos não será extinta em apenas algumas décadas de transformação. Além disso, surgem a cada dia novos diplomas legais que tratam das famílias separadas e divorciadas, como é o caso da Lei da Guarda Compartilhada (Lei nº 11.698/2008) e da Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010) (Brasil, 2008; 2010b).

A adoção dos conceitos de guarda compartilhada e de alienação parental pelo ordenamento jurídico brasileiro é exemplo de lutas políticas de movimentos de pais e mães separados junto ao poder legislativo, com objetivo de ampliar a participação de genitores que não residem com seus filhos. A primeira lei responsabiliza ambos os pais em seus direitos e deveres junto aos filhos, e a segunda apenas pai ou mãe que tentar prejudicar a participação do outro genitor ou de outros familiares na vida dos filhos em comum. Observa-se, portanto, um aumento significativo de leis em torno da temática da dissolução conjugal.

Entretanto, a existência dessas leis, por si só, não garante a efetivação da convivência familiar dos filhos com os pais separados, uma vez que a Justiça ainda se mantém conservadora na aplicação do direito de família (Brito & Gonsalves, 2013; Oliveira, 2015). Ademais, essas leis também não preveem o estabelecimento de políticas públicas voltadas à população separada ou divorciada, que poderiam fomentar programas de garantias de direitos a essas famílias. As intervenções propostas, por exemplo, pela Lei da Alienação Parental são fundamentalmente punitivas, colocando um dos genitores no rol dos culpados e o outro como vítima. Esse

funcionamento pode contribuir para a manutenção de um contexto destrutivo, além de culpar a própria família pela forma com que está conduzindo o processo de dissolução conjugal junto aos filhos. Frequentemente, essas famílias precisam lidar com as transformações que o processo de divórcio lhes impõe por meio de recursos próprios, uma vez que o Estado não lhes garante suporte necessário (Juras, 2009; Rapizo, 2012).

As leis brasileiras têm propiciado de maneira mais efetiva e acelerada que as pessoas se divorciem, embora não existam políticas públicas voltadas a essa população. A ausência ou ineficácia das políticas públicas voltadas às famílias brasileiras promove a desproteção e a falta de suporte necessário para lidar com as transformações que o processo de divórcio lhes impõe. A escassez e o pouco investimento em programas de prevenção primária, secundária e terciária às famílias divorciadas dificultam o acesso à garantia de direitos de seus membros, especialmente os mais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes.

Políticas públicas e famílias separadas e divorciadas

Políticas públicas consistem em um conjunto de normas, leis, ações, metas e planos governamentais no sentido de atingir o bem-estar social e o interesse público sobre determinada questão, como educação, saúde, assistência social e meio ambiente, por exemplo. As omissões do governo também devem ser consideradas como parte integrante das políticas públicas, uma vez que representam opções e manifestações políticas de não agir em determinada situação social (Teixeira, 2002; Yamamoto & Oliveira, 2010).

A política social brasileira é formada por diversos programas universais, entre os quais se encontram as políticas de saúde, educação, previdência social, trabalho, assistência social, habitação e saneamento básico. Ao longo dos últimos anos, os programas governamentais delinearão com prioridade a redução da pobreza, das desigualdades sociais, da mortalidade infantil, o desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, a geração de renda e

de empregos, a melhoria das condições de alimentação e moradia das famílias pobres e o fortalecimento da agricultura familiar. Ainda que todas estejam interligadas, o presente trabalho enfocará as políticas sociais brasileiras de saúde, de assistência social e especificamente da infância e da juventude, por se relacionarem com o atendimento psicossocial de famílias separadas e divorciadas (Draibe, 2003; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Durante a década de 1930 e o regime ditatorial, as políticas sociais eram orientadas por práticas excludentes, elitistas e populistas, que resultaram no aumento da pobreza e das desigualdades sociais (Yamamoto & Oliveira, 2010). Em outros países industriais, Gauthier (1996) analisa que a entrada da mulher no mercado de trabalho, a redução do número de filhos e o aumento do número de divórcios no período pós-guerras modificaram as políticas voltadas às famílias, de uma perspectiva mais tradicional e familista para uma visão mais contemporânea e individualista. Os programas governamentais de saúde, de assistência social e da infância e da juventude também sofreram modificações após o retorno da democracia brasileira com a promulgação da Constituição de 1988, e apresentaram importantes avanços, embora ainda transmitissem valores conservadores do período anterior.

O Sistema Único de Saúde (SUS), previsto na Constituição de 1988, foi regulamentado em 1990 pela Lei nº 8.080/1990 (Brasil, 1990a) e possui princípios e diretrizes democráticos, que visam à universalidade, à integralidade e à igualdade. A partir desse sistema, compreende-se que a assistência à saúde deve ser acessada em todos os seus níveis, que o atendimento deve ser oferecido sem preconceitos ou privilégios, e há um entendimento universal e comunitário de prevenção e tratamento da saúde. Entretanto, nem sempre foi assim. Durante muitos anos, a política de saúde no Brasil pautou-se em uma prática médica curativo-individual, com foco na doença e na especialização. Essa política excludente ainda tem reflexos nos dias atuais, como um legado histórico, embora os programas de saúde a partir da década de 1990 ressaltem

medidas voltadas para a saúde pública, de caráter preventivo e interesse coletivo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Da mesma maneira, as políticas de assistência social eram realizadas por meio de ações paternalistas e assistencialistas, que tinham como objetivo a manutenção da dependência estatal, contribuindo para a pobreza e as desigualdades sociais. Em 1993, foi regulamentado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela Lei nº 8.742 (Brasil, 1993), cujos princípios são a matricialidade familiar, territorialização, proteção pró-ativa e integração à seguridade social e às políticas sociais e econômicas. As ações do SUAS são realizadas em dois eixos: a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidades. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são os principais atores na garantia da proteção social básica, que tem como objetivo prevenir situações de risco da população em situação de pobreza e com dificuldade de acesso às políticas públicas. Sua atuação é realizada no sentido de fortalecer vínculos familiares e comunitários e desenvolver habilidades e potencialidades. Por sua vez, a atuação dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) ocorre em situações em que houve violação de direitos, seja por violência, abandono ou rompimento de vínculos. Quando há violação de direitos e manutenção da convivência familiar, considera-se o nível de média complexidade; e, quando há a necessidade de acolhimento provisório por rompimento de vínculos ou ameaça, classifica-se como alta complexidade.

O SUS e o SUAS são exemplos de políticas públicas que incluem programas voltados especificamente para as famílias brasileiras. Os Programas Saúde da Família e Bolsa Família são exemplos de estratégias governamentais que visam à universalização da saúde e da geração de renda por meio do núcleo familiar. Evidencia-se a centralidade da família na efetivação dessas políticas públicas e, conseqüentemente, a necessidade de se pensar nesse sistema relacional para além da compreensão individual. A família é, portanto, um grupo social que merece demasiada atenção pelos programas governamentais, sendo necessário investimento na

formação e capacitação para atuar nesse sistema relacional. Entretanto, tais programas não promovem uma compreensão familiar e comunitária sobre as situações complexas que atendem; tampouco consideram as especificidades dos múltiplos arranjos familiares, buscando uma atuação universal. Tal estratégia não prepara o profissional ou agente para atuar de acordo com cada realidade familiar, que frequentemente vem de formações dualistas, focadas demasiadamente no indivíduo ou no social.

A ciência psicológica, em especial a Terapia Familiar Sistêmica, em muito tem contribuído para a compreensão dos fenômenos familiares. Entretanto, a presença do psicólogo nas políticas públicas no Brasil é recente. Historicamente, essa ciência surgiu com anseios de uma sociedade mais justa, embora os campos de maior destaque social ao longo das décadas tenham sido a prática clínica individual. As perspectivas individualistas e elitistas dessa categoria afastaram-se de seus ideais iniciais e da construção de um país mais democrático e igualitário (Bock, 2007; Yamamoto & Oliveira, 2010).

A atuação do profissional psicólogo nas equipes de atenção básica na saúde e na assistência social ainda se dá de maneira secundária. De maneira geral, existem poucos espaços de atuação do psicólogo na saúde, sendo ele mais demandado nos níveis secundário e terciário de intervenção. As áreas de atuação do psicólogo na saúde ocorrem, principalmente, no tratamento de saúde mental, dependência química, violência e presídios. Embora o SUS preconize o princípio da integralidade, a saúde psíquica não é valorizada, não apenas no nível individual, mas também nos níveis relacional e familiar (Böing & Crepaldi, 2010; Böing, Crepaldi, & More, 2009).

O momento da dissolução conjugal geralmente ocasiona uma crise familiar, atingindo cada um de seus membros, podendo inclusive desencadear problemas de ordem mental como estresse, ansiedade e depressão. Ex-cônjuges e filhos tendem a sofrer emocionalmente em um processo de separação conjugal, devendo a política de saúde atuar na promoção de bem-estar

dessas pessoas. O processo de separação conjugal possui características específicas (emocionais, econômicas, jurídicas) e os profissionais devem atentar-se a essas questões no atendimento e na promoção da saúde mental de pessoas que estão vivenciando essa situação. Da mesma maneira, o SUAS deve estar atento ao impacto das separações e divórcios no desenvolvimento social das famílias. A diminuição da renda familiar, a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes em função da necessidade de busca de trabalho, principalmente por parte das mães, e as desigualdades sociais sofridas por mulheres separadas tanto no mercado de trabalho quanto na comunidade demonstram a necessidade de atenção às famílias monoparentais femininas pela política de assistência social.

Por sua vez, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990b), visa a articular e integrar as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil no sentido de promover e defender os direitos das crianças e dos adolescentes. A doutrina da proteção integral norteia este sistema e questiona a doutrina anterior que intervinha junto aos menores em situação irregular, a partir de um entendimento conservador, higienista e punitivo. A perspectiva que norteia o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é a de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, pessoas em desenvolvimento e devem ser amparados com prioridade absoluta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a garantia dos direitos fundamentais desses sujeitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Independentemente de ser uma família casada, separada ou divorciada, a convivência familiar é direito da criança e do adolescente que deve ser priorizado. Portanto, faz-se necessária a atuação dos atores desse sistema no sentido de privilegiar os direitos infanto-

juvenis nas situações de separação e divórcio, mantendo os laços com familiares e comunidade, ainda que periodicamente.

Os conselhos tutelares foram instituídos na Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990b) com objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Suas atribuições, entre outras, são realizar atendimentos a crianças e adolescentes e suas famílias ou responsáveis; aplicar medidas de proteção; requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; e informar o Ministério Público sobre possíveis violações de direitos e afastamento do convívio familiar. A atuação dos conselheiros tutelares deve ser tanto na prevenção quanto na intervenção de violações de direitos de crianças e adolescentes. Mas, além de ser um órgão de vigilância e responsabilização, o conselho tutelar deve atuar em parceria com as famílias, atuando em suas competências e recursos. Considera-se, portanto, que o conselho tutelar também deve ser um agente de intervenção nas famílias separadas e divorciadas com filhos em idade infanto-juvenil. Uma vez que a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental da criança e do adolescente, os conselheiros devem contribuir para a construção de diálogos junto às famílias separadas e divorciadas, que precisam compartilhar os cuidados das crianças e adolescentes. A proximidade dos conselhos junto à comunidade e às famílias pode ser favorável ao desenvolvimento de uma parentalidade compartilhada em um momento inicial de crise familiar.

Compreende-se, ainda, que esse órgão pode funcionar como um mediador na garantia do direito à convivência familiar nas situações em que o judiciário ou o executivo entendam a necessidade de as visitas entre pais e filhos ocorrerem de forma assistida. Geralmente, a solicitação de visitas assistidas ocorre em contextos em que houve notícia de violência contra o menor que não se confirmaram ou que não são suficientemente graves para a destituição do poder familiar. Ainda que não esteja explicitado na lei, entende-se que compete ao conselho tutelar realizar esta aproximação familiar entre pais e filhos de maneira assistida, especialmente

quando não há familiares ou membros na rede social primária da família para realizar esta intermediação.

Considerações finais

As situações de separação e divórcio exigem o apoio e suporte da rede social em que a família está inserida. Com o aumento do número de famílias separadas e divorciadas, o Estado deve oferecer serviços de atenção e suporte às famílias que necessitam superar as crises que o rompimento conjugal pode provocar. Esses serviços devem estar presentes no poder executivo em suas políticas de saúde, de assistência social e de proteção à criança e ao adolescente, e não concentrados no poder judiciário, como se observa atualmente. Para tal, faz-se necessária a formação dos profissionais, da Psicologia e de diversos campos do conhecimento, na atenção às necessidades de saúde, de assistência social e dos direitos das crianças e adolescentes envolvidos quando atendem famílias em situação de dissolução conjugal. Essa formação deve focar as características do processo de separação conjugal para intervenções nos níveis primário, secundário e terciário. A atuação na promoção da saúde mental e garantia de direitos deve visar tanto à promoção do divórcio construtivo quanto ao tratamento do divórcio destrutivo.

Acredita-se que a Terapia Familiar Sistêmica, por meio de seus pressupostos de complexidade, intersubjetividade e instabilidade, constitui arcabouço teórico fundamental para a compreensão da realidade das famílias separadas e divorciadas atendidas nas diversas unidades que aplicam as políticas públicas. Os estudos sobre divórcio construtivo e destrutivo, diferenciação dos papéis parentais e conjugais e redes sociais podem ser muito úteis na atuação profissional com essas famílias em diferentes contextos (Juras, 2009; Esteves de Vasconcellos, 2003).

Cabe à Psicologia ampliar seu arcabouço teórico e prático de maneira contextualizada, política, crítica e histórica, bem como expandir e fomentar sua atuação profissional no campo das políticas públicas. As ações de prevenção e promoção junto às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), portas de entrada do SUS e SUAS, respectivamente, necessitam de aprimoramento científico e comunitário. O trabalho com famílias e grupos comunitários mostra-se essencial nesses contextos. As demandas atuais de inserção do psicólogo nas políticas públicas impõem novos desafios para repensar sua prática profissional, que contemple os sistemas familiares e comunitários, ao invés de uma visão voltada apenas para o indivíduo. Além disso, esses contextos de atuação exigem a construção de um trabalho interdisciplinar e o entendimento mútuo do potencial de cada profissão (Bock, 2007; Böing, Crepaldi, 2010; Böing et al., 2009; Conselho Federal de Psicologia, 2008; Yamamoto & Oliveira, 2010).

INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS GRUPAIS COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL

O momento da dissolução conjugal é de crise e transformações para a família e sua rede social. Entende-se ser fundamental trabalhar a distinção entre parentalidade e conjugalidade com famílias com filhos recém-separadas, com objetivo de minimizar os conflitos entre os ex-cônjuges. Acredita-se que o compartilhamento de experiências, crenças, sentimentos e ideias em um grupo de pais e mães separados pode potencializar essa distinção de papéis familiares, bem como favorecer o processo de transição familiar de uma família casada para uma família separada (Blaisure & Geasler, 2006). Nesse sentido, faz-se necessária a construção de propostas metodológicas de atendimento psicossocial às famílias separadas que auxiliem na promoção de processos construtivos no início do divórcio (Juras, 2009; Rapizo, 2012).

O presente trabalho visa a propor uma intervenção psicossocial grupal com famílias separadas de baixa renda. A fim de sustentar e justificar tal prática, foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório de publicações científicas acerca de intervenções grupais com pessoas que haviam vivenciado situação de separação conjugal. Este levantamento foi realizado no período de julho a dezembro de 2014, em bases de dados que continham artigos nacionais e internacionais. Para a busca de artigos, foram utilizadas palavras-chave como divórcio, separação, grupo, grupo de pais, filhos, nas línguas portuguesa e inglesa. Os artigos encontrados foram sistematizados a partir dos critérios de gênero e idade da população atendida, e tempo de duração, referencial teórico e contexto da intervenção.

Ao final do presente artigo e a partir das semelhanças e inovações relativas ao levantamento bibliográfico realizado, apresenta-se a fundamentação teórica e prática da proposta metodológica de atendimento a famílias separadas de baixa renda que tenham filhos pequenos. Esse público alvo foi selecionado em razão das particularidades da separação conjugal relativas à população proveniente dessa classe social, bem como ao fato de não terem sido encontrados trabalhos grupais voltados a pessoas separadas de baixa renda.

Intervenções grupais com famílias separadas e divorciadas

Os estudos sobre separações e divórcios iniciaram-se por volta dos anos 1960, principalmente em razão das legislações que passaram a permitir a separação e o divórcio. Nesta época, os estudos eram majoritariamente teóricos e enfatizavam principalmente os prejuízos que o divórcio causava aos filhos e aos demais membros da família (Despert, 1970; Maldonado, 1986; Wallerstein & Blakeslee, 1991). Posteriormente, a literatura passou a contemplar aspectos mais positivos das famílias divorciadas, considerando seus recursos e suas limitações, fatores de risco e proteção e afirmando que o prejuízo para os filhos e para os membros da família não era proveniente da separação em si, mas do relacionamento destrutivo entre os pais após o término do casamento (Ahrns, 1995). Finalmente a partir dos anos 2000, verifica-se o aumento de propostas de intervenções familiares e grupais pós-divórcio, enfatizando aspectos mais sociais e culturais para além do atendimento individual (Blaisure & Geasler, 2006; Cookston & Fung, 2011; Juras, 2009).

Grupos específicos para a população separada ou divorciada são realizados em diversos países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Noruega, Brasil, China e Austrália. Sua sistematização e avaliação por meio de pesquisas têm sido apresentadas na literatura de maneira mais frequente nos últimos 15 anos. O primeiro estudo encontrado na literatura internacional que propõe a realização de grupos com pessoas divorciadas é de autoria de Sheila Kessler em 1976, Atlanta, Estados Unidos (Kessler, 1976). É interessante notar que esse estudo pioneiro já se mostrava inovador ao intervir com homens e mulheres em processo de separação no mesmo grupo, ao qual a autora denominava de grupo de ajustamento para o divórcio.

Lamela, Castro, Gonçalves e Figueiredo (2009) apontam a oferta de seis modalidades de intervenção psicológica no divórcio ao redor do mundo: 1) terapia individual do divórcio; 2) terapia familiar do divórcio; 3) regulação do poder parental, 4) grupos de autoajuda; 5)

intervenção em grupo com crianças; 6) intervenção em grupo com pais. A terapia individual do divórcio tem como finalidade a reorganização psicológica individual após o divórcio, adaptando modelos teóricos da terapia individual à realidade do divórcio, e centralizando sua intervenção nos padrões relacionais e comunicacionais, no sentido de torná-los mais funcionais após o divórcio. A terapia familiar do divórcio visa atuar nos padrões de relacionamento da família a partir de delimitação de fronteiras, limites, regras e potencialidades nesse momento de transformação. A regulação do poder parental focaliza o exercício da parentalidade após o divórcio a partir das competências psicológicas e sociais dos pais. Por sua vez, os grupos de autoajuda visam o compartilhamento de sentimentos e da vivência do divórcio por pessoas divorciadas. A intervenção em grupo com crianças objetiva oferecer um contexto de proteção emocional e partilha das emoções experienciadas por filhos de pais divorciados. Por fim, a intervenção em grupo com pais oferece um contexto psicoeducacional, contemplando informações e técnicas a respeito do impacto do divórcio nas crianças, jovens e adultos, podendo ser centrada nos filhos, nos pais individualmente ou na relação parental.

Na literatura científica, foram encontrados diversos formatos de grupos de apoio às famílias separadas, no que se refere a gênero (mulheres, homens e mistos), idade (crianças, adolescentes, adultos e idosos), duração (um dia a um ano), referencial teórico (comportamental, cognitivo comportamental, fenomenológico, construcionista social, narrativista, feminista pós estruturalista e sociodramatista) e contexto (jurídico, comunitário, educacional, de saúde e assistência social) (Blaisure & Geasler, 2006; Brotherson, White, & Masich, 2010; Cookston & Fung, 2011; Decorét, 2001; DeGarmo, Patras, & Eap, 2008; Forgatch & DeGarmo, 1999; Gómez-Díaz, 2011; Hung, 2012; Molina, Lawrence, Azhar-Miller, & Rivera, 2009; Øygaard, 2004; Rapizo, 2012; Yárnoz, Plazaola, & Etxeberria, 2008). Esses critérios serão examinados a seguir segundo seus respectivos autores.

Gênero e idade

Alguns grupos são divididos pelas especificidades de gênero, por considerarem as particularidades dos papéis materno e paterno. Grupos de mulheres divorciadas geralmente enfatizam as dificuldades e a sobrecarga das mães no cuidado com os filhos após a separação, uma vez que na maioria dos países que realizam tais intervenções a guarda dos filhos permanece com as mães. Estas intervenções grupais focam no empoderamento feminino para superar as opressões vivenciadas, especialmente se foram vítimas de violência doméstica. Ademais, nesses grupos também são compartilhadas as contradições dos sentimentos de mulheres com a separação, que por um lado traz sofrimento, angústia e sobrecarga e, por outro, sentimentos de alívio e liberdade (Forgatch & DeGarmo, 1999; Gómez-Díaz, 2011; Hung, 2012; Molina et al., 2009).

Os grupos realizados especificamente com homens divorciados têm como foco principal o incentivo ao cuidado com os filhos e a prevenção ao isolamento social. Considerando que a quantidade de homens que busca ajuda profissional após o divórcio é menor que a de mulheres, geralmente os homens atendidos nesses grupos são encaminhados pela Justiça. Os temas geralmente discutidos nesses grupos enfocam a ampliação do acesso aos filhos, necessidades dos filhos, como lidar com sentimentos de raiva e repulsa dos filhos e desenvolvimento de um relacionamento parental saudável com a mãe (DeGarmo et al., 2008; Frieman, 2002).

Os filhos de pais separados, em especial as crianças, também são o público alvo de alguns grupos de suporte e apoio. Tais intervenções com esse público acontecem nos contextos escolar e clínico. A principal faixa etária de intervenção é de 4 a 14 anos de idade, uma vez que se considera que estas idades são as que mais se beneficiam de intervenções em grupo sobre o tema do divórcio, tanto pela compreensão quanto pelo interesse. As atividades propostas com grupos de crianças e adolescentes geralmente são mais estruturadas e lúdicas, com a utilização de brincadeiras, filmes e livros educativos. Os objetivos de tais intervenções são compreender

as mudanças advindas do processo do divórcio dos pais, aprender os direitos dos filhos, identificar e manejar os sentimentos relacionados ao divórcio e desenvolver habilidades e comportamentos saudáveis e resilientes (Alpert-Gillis, Pedro-Carroll, & Cowen, 1989; Farmer & Galaris, 1993; Rose, 2009).

As intervenções grupais mais atuais enfatizam que os grupos mistos com homens e mulheres são os que melhor contemplam as diversidades presentes nas famílias separadas. A heterogeneidade de participantes quanto ao gênero, idade, sexualidade, cuja homogeneidade encontra-se apenas na vivência da dissolução conjugal, enfatiza a pluralidade de experiências e o aprendizado com os diferentes papéis exercidos na família. Tal arranjo grupal também enfatiza a igualdade parental de pais e mães, compreendendo ambos como corresponsáveis no cuidado com os filhos (Cookston & Fung, 2011; Lamela et al., 2009; Øygard, 2004).

No contexto brasileiro, foi encontrado na literatura científica trabalho grupal com pessoas separadas no Estado do Rio de Janeiro desde 1998. Inicialmente, esses grupos foram realizados com mulheres separadas, com objetivo de oferecer espaço reflexivo e terapêutico para favorecer a construção da parentalidade pós-divórcio. Posteriormente, foram realizados grupos de mães e adolescentes que vivenciaram situação de divórcio, visando à construção de novas identidades e redes sociais e, mais recentemente, mães, pais e adolescentes de famílias divorciadas diferentes participaram conjuntamente de grupos, trazendo maior heterogeneidade ao formato do grupo. Essa experiência de grupos mistos é enriquecedora para familiares e profissionais, uma vez que há trocas entre diferentes perspectivas e posições que auxiliam na flexibilização desse processo de transição. Além disso, evidencia as competências das famílias de criarem conversações com outras pessoas, ampliando possibilidades de escuta, diálogo e consensos (Rapizo, 2012).

No levantamento exploratório da literatura, foi encontrado ainda um estudo sobre grupo com pessoas divorciadas em idade avançada, acima de 50 anos de idade e divórcios de

casamentos de mais de 19 anos de duração (Rae, Jasper-Jacobsen, & Blatter, 1991). Estes autores ressaltam a importância desses grupos para minimizar os impactos negativos do divórcio na saúde mental de pessoas mais velhas que permaneceram casadas por muitos anos. Sentimento de solidão, isolamento social, falta de significados de vida e senso de identidade, prejuízos de ordem financeira e de saúde física e mental são algumas consequências que afetam consideravelmente essa população após vivenciar uma separação e são o foco das intervenções semiestruturadas nesse grupo.

Duração

Em relação à quantidade de encontros grupais, observou-se grande variedade de estudos, alguns com propostas de intervenções mais breves (até 10 encontros) e outras mais longas (três meses a um ano de duração). Brotherson et al. (2010) propõem a realização de grupos com pessoas divorciadas de apenas um encontro de quatro horas de duração ou dois encontros de duas horas cada. Estes autores defendem que o programa de intervenção para pais e mães separados deve atuar em parceria com sistemas jurídicos, de saúde mental e comunitários e que esta breve intervenção tem como principal objetivo sensibilizar os participantes a buscarem tratamentos específicos na rede social. As demais intervenções de até 10 encontros geralmente são semiestruturadas em temas específicos voltados às necessidades das crianças, dos adolescentes e dos adultos em uma situação de separação conjugal. São exemplos de temas: reações e comportamentos das crianças, adolescentes e adultos diante da situação de divórcio; comunicação com os filhos e com o outro genitor; coparentalidade; habilidades parentais; e novos relacionamentos, entre outros (Cookston & Fung, 2011; Hung, 2012; Lamela et al., 2009; Rose, 2009).

Outros estudos defendem uma intervenção mais prolongada com pessoas vivenciando situação de separação conjugal. Foram encontradas propostas de intervenção que variam de três

meses a um ano, que se consideram como tratamentos. Os encontros nesse formato tendem a ser menos estruturados, embora os temas sejam semelhantes aos grupos de menor duração (Décoret, 2001; Farmer & Galaris, 1993; Forgatch & DeGarmo, 1999; Yárnoz et al., 2008).

Avaliações desses programas indicam que o compartilhamento de sentimentos, pensamentos e vivências junto aos grupos de apoio com pais, mães e/ou filhos mostra-se efetivo em termos de melhor adaptação e ajustamento da família ao divórcio e na diminuição dos conflitos familiares, ainda que apenas um dos genitores participe do programa. Esses estudos consideram, ainda, que os grupos de menor duração (seis a 10 sessões) tendem a ser mais efetivos em auxiliar pais e filhos a lidarem com as dificuldades do divórcio (Brotherson et al., 2010; Cookston & Fung, 2011; Rose, 2009).

Referencial Teórico

A literatura pesquisada sobre grupos de pessoas que vivenciaram a situação de divórcio demonstrou uma diversidade de referenciais teóricos para compreender a dissolução conjugal e seus efeitos nos membros da família. As bases teóricas dos estudos com esses grupos específicos variam de concepções clássicas a pós-modernas.

As teorias comportamental e cognitivo-comportamental prevaleceram nos artigos pesquisados. O foco de resultados dos grupos sob essas perspectivas visavam o aumento de conhecimento, mudanças comportamentais diante da situação de divórcio para pais e filhos e diminuição de sintomas de estresse, ansiedade e depressão (Brotherson et al., 2010; Cookston & Fung, 2011; Forgatch & DeGarmo, 1999; Frieman, 2002; Rae et al., 1991). Foi encontrado um estudo com grupos com base fenomenológica, compreendendo o divórcio como um momento de luto e readaptação à vivência da individualidade. Sob essa perspectiva teórica, os grupos auxiliam na resignificação e reelaboração do processo de separação (Gómez-Díaz,

2011). A partir da teoria desenvolvimental, Øygard (2004) analisou aspectos individuais e grupais que contribuem para a ampliação da rede social de pessoas separadas.

Teorias pós-modernas também foram encontradas para fundamentar práticas grupais na situação do divórcio, que têm como principal foco a ampliação e o empoderamento dos recursos e competências das famílias separadas (Lamela et al., 2009). Foi encontrada na literatura a promoção de grupos com pessoas separadas a partir da perspectiva sistêmica, que tem como ênfase as relações familiares, comunitárias e sociais (Rapizo, Costamilan, Moritz, & Hinds, 2001; Rapizo, Falcão, Costamilan, Scodro, & Moritz, 1998), bem como do construcionismo social (Rapizo, 2012). O construcionismo social compreende o divórcio de maneira complexa, instável, não linear e idiossincrática, e privilegia as vozes e narrativas sobre o processo do divórcio pelos diversos protagonistas envolvidos que vão sendo construídas e modificadas ao longo do tempo, podendo ser incluídas narrativas contraditórias, conexas e desconexas (Rapizo, 2012). De forma semelhante, a teoria narrativista considera os discursos como organizadores psicológicos, e os resultados do grupo com pessoas divorciadas sob essa perspectiva incluíram melhor adaptação ao divórcio, aumento de afetos positivos e segurança e diminuição de afetos negativos e de sentimentos de solidão (Yárnoz et al., 2008). O pós-estruturalismo feminista ressalta a perspectiva de gênero e o empoderamento de mulheres após o divórcio, a partir do compreensão de que os significados são construídos socialmente e contextualizados (Hung, 2012). Por fim, o sociodrama também foi utilizado como modelo teórico e prático na condução de grupos com pessoas divorciadas, que dramatizam coletivamente situações e sentimentos relacionados à separação (Castro & Santos, 2012).

Considera-se que cada perspectiva teórica contribui de maneira diferente para auxiliar pessoas a lidar com a situação do divórcio. Não deve haver hierarquia entre os referenciais e a diversidade de lentes deve ser valorizada diante da complexidade dos fenômenos humanos. No trabalho com grupos de pessoas vivendo uma separação, essas teorias mostraram-se úteis em

ressaltar a importância das trocas e do suporte oferecido por pessoas passando por situações semelhantes.

Contexto

As intervenções com famílias divorciadas podem ocorrer nos contextos jurídico, comunitário, educacional, saúde e assistência social. As Varas de Família e da Infância e da Juventude são as principais demandantes do trabalho com famílias passando por um momento de separação conjugal. Uma característica presente na maioria dos encaminhamentos feitos pelos operadores do Direito (juízes, promotores e defensores) é o lugar de poder que ocupam, conferindo obrigatoriedade ao atendimento, que aumentaram desde a década de 1990 (Blaisure & Geasler, 2006; Brotherson et al., 2010).

A Justiça brasileira tem promovido possibilidades de intervenção em grupo com famílias divorciadas. Recentemente, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) propôs a realização das Oficinas de Pais e Filhos no contexto judiciário para pais e mães divorciados e seu filhos crianças e adolescentes. Têm sido realizados treinamentos de instrutores para a condução de tais oficinas em diversas unidades da Federação (São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, entre outras). O objetivo principal destas oficinas grupais é educativo e reflexivo sobre o processo de divórcio, realizado em apenas um encontro de quatro horas de duração, geralmente antes de processos de mediação ou das audiências com os juízes de Varas de Família (CNJ, 2013a, 2013b).

É comum, em países como os Estados Unidos, as comunidades serem providas de serviços clínicos para famílias separadas, como é o caso dos programas *Kids' Turn*, *Kids In The Middle*, *Between Two Homes*. Esses programas são regionalizados e geralmente vinculados a organizações sem fins lucrativos. Eles atendem individualmente e/ou em grupo os membros da família divorciada, com enfoque clínico e psicoterapêutico (Cookston & Fung, 2011). Grupos

religiosos também se mostram um espaço comunitário de suporte a pessoas separadas (Blaisure & Geasler, 2006).

No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, são realizadas intervenções grupais com famílias divorciadas em clínicas universitárias e de formação que oferecem atendimento psicológico sociocomunitário. Estas instituições possuem características educacional, clínica e comunitária, uma vez que consistem em um contexto de formação de estudantes de graduação e pós-graduação vinculados a cursos relacionados à Psicologia, que oferecem serviços clínicos para a comunidade (Brito, Cardoso, & Oliveira, 2010; Rapizo, 2012).

As escolas também podem oferecer espaço para dialogar em grupos sobre a vivência do divórcio principalmente para crianças e adolescentes, em razão de serem um local de concentração de pessoas nessa fase do desenvolvimento. Rose (2009) enfatiza a importância de oferecer suporte grupal aos alunos no contexto escolar, considerando os aspectos desenvolvimentais e a participação de pais e professores nesse processo. Assim como no contexto judiciário, o ambiente educacional pode carecer de um espaço de confidencialidade, uma vez que os alunos compartilham de outras atividades. Neste sentido, ressalta-se que as intervenções nesses contextos devem voltar-se para um caráter mais educativo e reflexivo e não clínico.

Profissionais das áreas de saúde mental e assistência social, como psicólogos, assistentes sociais, terapeutas e enfermeiros, também podem oferecer intervenções grupais a famílias separadas. As intervenções oferecidas nesses contextos a pessoas separadas geralmente ocorrem quando associadas a situações de transtorno mental ou violência doméstica, sendo o principal público-alvo mulheres separadas (Blaisure & Geasler, 2006; Hung, 2012).

Como se pode observar, existe uma multiplicidade de intervenções grupais com famílias separadas, que variam de acordo com a população atendida, a duração, o referencial teórico e o

contexto. Tais trabalhos têm-se mostrado fundamentais na intervenção com famílias separadas, a fim de contribuir para esse momento de transformação familiar.

Proposta de intervenção psicossocial grupal para pais e mães separados

A ótica da presente proposta em relação às famílias separadas ressalta competências, recursos e potencialidades das mesmas, tendo em vista que a separação e o divórcio proporcionam transformações e podem favorecer uma reorganização da família mais adequada aos seus membros (Ahrons, 1995; Juras, 2009). O referencial teórico da presente proposta metodológica é o da Teoria Familiar Sistêmica, cujos pressupostos de complexidade, intersubjetividade e instabilidade fundamentam esta intervenção psicossocial grupal para pais e mães separados. As diversas relações familiares, comunitárias, sociais e culturais que se entrelaçam no processo de separação conjugal devem ser consideradas na análise e condução da intervenção (Esteves de Vasconcellos, 2003; Juras, 2009; Rapizo, 2012).

Ademais, a ação proposta fundamenta-se na abordagem psicossocial, que, segundo Costa et al. (2013), é uma modalidade de atenção a pessoas em contextos diversos, como saúde, assistência social e Justiça, e que apresentam dificuldades e vulnerabilidades diversas. A ação psicossocial extrapola o *setting* terapêutico tradicional no sentido de considerar e engajar-se em questões sociais, econômicas, políticas, culturais e judiciais para além do universo psicológico. Diante das adversidades, objetiva-se empoderar os sujeitos em sua autonomia e cidadania a partir dos recursos viáveis e existentes. Recomenda-se, portanto, a realização de um processo de trabalho breve, focal e preferencialmente em grupos, uma vez que estes potencializam o sentimento de pertencimento, acolhimento, escuta e transformação quando diante de pessoas em situações semelhantes mediadas por um profissional (Costa et al., 2013).

A partir dessa escolha teórica, diversos conceitos da Teoria Familiar Sistêmica foram utilizados para nortear a definição dos critérios de seleção dos participantes, bem como os temas que serão discutidos ao longo da intervenção psicossocial grupal para pais e mães separados.

Diferenciação dos papéis conjugais e parentais, ciclo de vida, comunicação, rituais de passagem, transgeracionalidade e redes sociais são conceitos fundamentais para a compreensão do fenômeno das separações conjugais (Bowen, 1991; Costa et al., 2013; Esteves de Vasconcellos, 2003; Juras, 2009; Minuchin, 1982; Peck & Manocherian, 1995; Rapizo, 2012; Ribeiro & Albuquerque, 2008; Sluzki, 1997; Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1990/1967).

Neste sentido, será apresentada a seguir a fundamentação conceitual que orienta a construção desta proposta metodológica a partir da Teoria Familiar Sistêmica e da abordagem psicossocial. Posteriormente, serão justificados os critérios de escolha dos participantes e da intervenção que se assemelham e diferenciam das ações encontradas na literatura. Finalmente, serão detalhadas as técnicas e os instrumentos utilizados na construção de cada um dos encontros grupais que formam e sistematizam a presente proposta.

Fundamentação conceitual

O objetivo principal da intervenção psicossocial grupal com pais e mães separados é a distinção dos papéis parentais e conjugais, no sentido de compreender e promover a finalização da relação conjugal e a continuidade e o fortalecimento da relação parental. Conjugalidade e parentalidade são papéis familiares desenvolvidos ao longo do ciclo de vida familiar. Durante a formação do casal e ao longo desse relacionamento, várias tarefas ligadas a esses papéis vão sendo desenvolvidas e negociadas pela díade conjugal, relacionada a aspectos afetivos, sexuais, financeiros, domésticos, entre outros. Com o nascimento do filho, outras atividades são demandadas, como cuidado com a prole, sustento, acompanhamento do desenvolvimento da criança, entre outros. Durante a união conjugal e quando se tem filhos, essas dimensões são entrelaçadas e interdependentes e também se faz necessária a delimitação entre elas (Magalhães, 2009; Minuchin, 1982).

No processo de separação e divórcio, a diferenciação entre conjugalidade e parentalidade é fundamental para a saúde emocional da família, uma vez que a separação encerra o relacionamento conjugal, mas a presença de filhos mantém viva a necessidade do relacionamento parental. Acredita-se que este desafio nem sempre é superado pelos pais separados de maneira adequada, especialmente quando não contam com o suporte emocional, familiar, social e econômico necessários. Acredita-se que o processo psicossocial grupal contribui para a distinção entre conjugalidade e parentalidade após a separação conjugal, favorecendo, portanto, a diminuição dos conflitos parentais (Juras, 2009; Lamela et al., 2009; Peck & Manocherian, 1995).

No trabalho com famílias vivenciando situação de dissolução conjugal, é fundamental compreender o ciclo de vida do divórcio e a necessidade de intervir nas fases iniciais desse ciclo, a fim de promover um processo de separação mais saudável para seus membros. O ciclo do divórcio e da separação contempla basicamente quatro estágios. Inicialmente, ocorre o divórcio emocional por um ou ambos os cônjuges ainda durante a união conjugal. Posteriormente na segunda fase, a decisão e anúncio pela separação tende a ser um momento de desorganização, crise e instabilidade do sistema familiar, em que conflitos são previsíveis, bem como alto o nível de estresse e ambivalência dos membros da família. O terceiro estágio consiste em uma reorganização e um realinhamento do sistema familiar, em que são realizadas tentativas de negociação e definições sobre mudanças emocionais, físicas e legais em torno da dissolução conjugal. Este ainda é um período de instabilidade em que são possíveis reformulações, mostrando-se como um momento mais provável para a prevenção de um padrão de relacionamento conflituoso e destrutivo entre os membros do ex-casal. A quarta fase do ciclo do divórcio corresponde à estabilização e redefinição familiar, configurando uma nova organização de família separada ou divorciada em que já se pode observar um novo padrão de relações familiares e comunitárias. O tempo de duração do ciclo de divórcio varia de acordo

com características familiares e socioculturais, geralmente ocorrendo de um a quatro anos (Juras, 2009; Peck & Manocherian, 1995).

Cerveney (2006) considera importante analisar o momento do ciclo de vida em que a família se encontra ao atravessar momento de separação conjugal. Quando ela ocorre antes da fase de aquisição – anterior à chegada dos filhos –, é comum o ex-casal retornar à fase de quando estavam solteiros e o impacto vai variar proporcionalmente à exposição social da união conjugal. Quando a separação ocorre na fase de aquisição com filhos em idade infantil, serão demandadas negociações entre os membros do ex-casal, a fim de proporcionar aos filhos a convivência com ambos os pais e seus respectivos familiares, aumentando a possibilidade de conflitos. Na fase dos filhos adolescentes, as mudanças individuais, familiares e sociais que envolvem essa fase do desenvolvimento podem trazer mais conflitos entre os pais e entre estes e os filhos. Por outro lado, a maior autonomia dos adolescentes pode favorecer seu contato com ambos os genitores. Em último caso, se a separação ocorre quando a família encontra-se na fase madura do ciclo vital e os filhos já constituíram suas novas famílias, o impacto tende a ser menor nos filhos. Por outro lado, a crise do envelhecimento e da saída dos filhos de casa quando associada a um divórcio pode trazer sofrimentos psíquicos e emocionais aos ex-cônjuges.

Momentos de transição de um estágio familiar ao outro geralmente são acompanhados de processos ritualísticos que variam conforme a cultura. Segundo Miermont et al. (1994), os rituais são estruturas fundamentais que acompanham as mudanças simbólicas das comunicações entre os indivíduos, através do reconhecimento e compartilhamento do processo de transição familiar. Casamento, nascimento de filhos, formatura, falecimento são eventos de transição familiar em que geralmente as pessoas se reúnem e trazem o suporte social à família. Na cultura brasileira assim como em outras, não há um ritual legitimado durante o processo de separação e divórcio e é comum as pessoas se afastarem da família (Sluzki, 1997). A passagem

de uma família casada para uma família separada ainda é vivenciada em meio a uma cultura preconceituosa que entende a dissolução conjugal como um fracasso familiar.

Compreende-se que o rito do processo judicial da dissolução conjugal, quando este é formalizado, por vezes constitui o principal ritual nesse momento de transição. As reuniões com os advogados públicos ou particulares, a juntada de documentos para a finalização da união conjugal, as audiências nas Varas de Família, a assinatura do documento que oficializa o divórcio são acontecimentos marcantes para as famílias que vivenciam um processo de divórcio na Justiça. Esses momentos podem ser compreendidos como significativos em um processo ritualístico da dissolução conjugal (Ramos Escobedo, 2011).

A elaboração do processo de divórcio também dependerá, portanto, da forma como os profissionais da Justiça lidam com este processo. Os simbolismos e significados legais e jurídicos que são produzidos no contexto do judiciário terão influências na vida particular das famílias que se divorciam. Além dos profissionais psicossociais, os advogados, juízes e promotores também são atores sociais fundamentais e qualitativos na formulação e elucidação da tomada de decisões legais junto aos ex-casais (Ramos Escobedo, 2011). Quanto mais humano e adequado para as necessidades dos filhos for esse processo, mais saudável tende a ser esse ritual. Algumas práticas têm contribuído para isso, como o incentivo da mediação e do atendimento psicossocial aos ex-cônjuges. Por outro lado, quanto mais adversarial e litigioso for esse processo, mais a Justiça irá contribuir para a manutenção de um contexto de disputa (Juras, 2009; Rapizo, 2012).

Santos e Lima (2003) relatam um exemplo de ritual terapêutico que realizaram com uma família divorciada. A partir da compreensão de que o divórcio representa a morte do casamento e, conseqüentemente, implica em sentimento de luto pelo término da relação conjugal, as autoras realizaram junto à família o ritual do funeral do casamento. Solicitou-se que os familiares e amigos dos ex-cônjuges comparecessem à sessão vestidos de preto e que

ressaltassem mensagens positivas do que aprenderam com aquela relação e falassem sobre seus objetivos futuros de vida. Foi proposto, ainda, que os ex-cônjuges escrevessem juntos um inventário acerca do principal bem deixado pelo falecido casamento: o filho em comum.

Quando há filhos advindos de um relacionamento conjugal que se encerra, o diálogo entre os pais deve permanecer. Segundo a Pragmática da Comunicação Humana (Watzlawick et al., 1990/1967), a forma com que as pessoas se comunicam estabelece o tipo de relações que irão desenvolver. As relações comunicacionais que se desenvolvem no processo de separação e divórcio podem ser construtivas ou destrutivas. A comunicação parental torna-se um desafio para pais e mães separados, especialmente com filhos pequenos. Ademais, mágoas e ressentimentos da conjugalidade podem refletir na comunicação parental. Refletir sobre a forma com que estão se comunicando com filhos e ex-cônjuges auxilia as pessoas a se implicarem na construção de relacionamentos funcionais e disfuncionais (Juras, 2009).

Aprende-se a ser marido, mulher, pai e mãe por meio de influências das experiências vivenciadas nas famílias de origem. Desta maneira, é importante considerar aspectos transgeracionais que influenciam o processo de dissolução conjugal. Bowen (1991) afirma que as experiências de pertencimento e separação vividos e aprendidos na convivência familiar inicial tendem a ser vivenciadas de maneira semelhante durante a vida de um sujeito, como também ao longo de gerações. Durante a separação conjugal, os processos de pertencimento e separação aprendidos com a família de origem tendem a influenciar os sentimentos, comportamentos e relacionamentos que são estabelecidos. Nesse sentido, compreender esses processos pode auxiliar a pessoa recém-separada a diferenciar-se de sua família de origem e fazer escolhas de maneira mais autônoma, principalmente em relação aos papéis conjugais e parentais (Ribeiro & Albuquerque, 2008).

A rede social em que a família encontra-se inserida também influencia o processo da dissolução conjugal. Familiares, amigos, vizinhos, escola, trabalho e Justiça participam

ativamente do desenvolvimento da família separada ou divorciada, tanto no sentido de contribuir para relações mais saudáveis, quanto para intensificar os conflitos. Sluzki (1997) afirma que a separação e o divórcio irão modificar vínculos significativos que os ex-cônjuges construíram durante o relacionamento conjugal. As competências que as famílias desenvolvem ao longo do processo de separação e divórcio são potencializadas por contextos sociais apoiadores. Nesse sentido, faz-se necessário trabalho de mobilização e ativação das redes sociais dos ex-cônjuges, colaborando assim com a promoção de separações e divórcios construtivos a médio e longo prazo.

Os conceitos sistêmicos apresentados fundamentam a escolha dos critérios da intervenção proposta e dos participantes, que serão analisados a seguir. Alguns desses critérios convergem com os já realizados por outros autores. Outros critérios inovam no sentido de buscar ampliar o espectro de intervenções grupais com famílias separadas e contribuir para a construção de uma ação com uma população específica e por vezes negligenciada pela literatura científica.

Semelhanças com as propostas existentes

As semelhanças da presente proposta de intervenção grupal com outras modalidades encontradas na literatura referem-se aos critérios de gênero, idade, referencial teórico e contexto. Assim como outras intervenções já realizadas, a presente proposta grupal tem como características formar um grupo misto, com pais e mães separados, cujos filhos estejam em idade infantil. O tempo de duração desta ação será de sete encontros semanais, no contexto comunitário e a partir do referencial teórico sistêmico.

Optou-se pela formação de grupos mistos a partir da compreensão de que os diferentes gêneros podem contribuir para o compartilhamento e consideração da pluralidade de experiências diante da vivência do divórcio por homens e mulheres. Ademais, ouvir outras

vozes pode favorecer o processo de empatia com seu ex-cônjuge e, conseqüentemente, diminuir conflitos baseados em papéis conjugais passados (Cookston & Fung, 2011; Lamela et al., 2009; Øygaard, 2004; Rapizo, 2012).

Buscou-se selecionar pais e mães de filhos em idade infantil (até 12 anos incompletos), uma vez que existem especificidades e exigências do papel parental diferentes de outros momentos do ciclo de vida familiar. Um aspecto relaciona-se ao alto nível de cuidados requeridos por uma criança, que ainda se encontra em uma fase do desenvolvimento de baixa autonomia e, conseqüentemente, resulta em uma maior sobrecarga para tomada de decisões para e pela criança (Vasconcelos, Melo, Vargas, & Costa 2016). Outro fator refere-se ao fato de que, embora a legislação brasileira adote o princípio do melhor interesse da criança e o direito infanto-juvenil à convivência familiar estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), estes nem sempre são considerados pelos genitores ao tomarem decisões a respeito dos filhos. Os filhos em idade infantil podem ser utilizados como objetos de disputa e levados a assumir responsabilidades inadequadas à sua fase de desenvolvimento. Esses fatores colocam as crianças em posição de maior vulnerabilidade frente à situação de separação conjugal, e a intervenção com pais e mães de filhos nessa faixa etária será, portanto, o foco da presente proposta (Juras, 2009; Peck & Manocherian, 1995).

Ainda que por indicação da Justiça ou de outra instituição, sugere-se a realização dos grupos com pais e mães separados no contexto comunitário, no sentido de oferecer um espaço de reflexão e compartilhamento sobre o processo de separação conjugal com filhos. Considera-se importante a oferta de um serviço para famílias divorciadas em um ambiente relativamente distante de demandas e autoridades jurídicas ou escolares, pois estas podem enrijecer os conflitos parentais (Juras, 2009; Rapizo, 2012).

Compreende-se que o tempo de duração de uma intervenção deve estar vinculado ao sentido do contexto e dos objetivos da intervenção. Para efeitos mais informativos e

psicoeducacionais, são necessários menos encontros, enquanto efeitos psicoterapêuticos podem exigir um tempo maior de intervenção. A quantidade de sete encontros foi escolhida por convergir com os pressupostos da abordagem psicossocial, que visa uma ação estruturada e focada na situação de pais e mães separados com filhos pequenos (Costa et al., 2013).

Inovações da presente proposta

Conforme o levantamento da literatura realizado, pode-se constatar a existência de algumas intervenções com famílias separadas e divorciadas. Entretanto, tais propostas carecem de um olhar psicossocial sobre as famílias, além de não diferenciarem a fase do processo de separação em que a intervenção ocorre. Neste sentido, as inovações da presente proposta de intervenção grupal com famílias separadas em relação às demais intervenções encontradas na literatura estão relacionadas a dois critérios de seleção dos participantes: estarem vivenciando as fases iniciais da separação conjugal e serem provenientes de classe socioeconômica de baixa renda.

Quanto ao tempo de separação conjugal, de acordo com o ciclo do divórcio, os primeiros meses são de intensa mudança e crise emocional e estrutural, sendo alto o nível de estresse e ambivalência dos membros da família, com possibilidades de tentativas de reconciliação e retorno conjugal. Passados alguns meses da separação definitiva, a família inicia um momento de reorganização e realinhamento familiar, quando a dissolução conjugal começa a ser melhor elaborada e são negociadas questões relacionadas ao patrimônio e aos filhos em comum (guarda, visitas, pensão alimentícia). Este ainda é um período de instabilidade em que são possíveis reformulações, mostrando-se como um momento mais provável para a prevenção de um padrão de relacionamento conflituoso e destrutivo entre o ex-casal. Quando a família organiza suas relações em torno dos desentendimentos e brigas após um longo período de tempo da separação conjugal, torna-se mais difícil modificar esse padrão instalado. Portanto,

estabeleceu-se como critério o período de separação conjugal entre quatro meses e um ano (Juras, 2009; Peck & Manocherian, 1995, Vasconcelos et al., 2016).

A grande maioria dos estudos realizados com pessoas e famílias separadas ou divorciadas não enfatizam as questões econômicas e geralmente são realizados com famílias de classe média alta. De acordo com Perez e Bairon (2013), cerca de 78% da população brasileira é proveniente das classes de baixa renda, que representam as classes C, D e E, vivendo com menos de três salários mínimos. Faz-se necessário, portanto, compreender as particularidades do processo de separação de famílias com baixa renda, salientando suas especificidades, dificuldades, recursos e competências (Amato, 2010). A faixa salarial foi, portanto, um critério considerado na seleção dos participantes da presente proposta, devendo estes possuírem renda pessoal de um a três salários mínimos.

A demanda por serviços das famílias separadas de baixa renda é direcionada principalmente à Justiça por meio das Defensorias Públicas, com pedidos de pensão alimentícia, guarda e regulação de visitas e reconhecimento e dissolução de união estável. A necessidade de judicialização dessas questões não surge imediatamente com a separação, uma vez que a maioria das relações conjugais das famílias de baixa renda não são formalizadas (IBGE, 2010b), mas ao longo de situações de conflitos familiares que vão surgindo durante o processo de acomodação da família a essa nova configuração. Neste sentido, considera-se fundamental o oferecimento da intervenção psicossocial a essas famílias. Em suma, o público alvo da presente proposta de intervenção psicossocial grupal são pais e mães separados, que possuam renda pessoal de 1 a 3 salários mínimos, que tenham filhos em idade infantil (0 a 12 anos incompletos) e que estejam nas fases iniciais da separação conjugal.

Descrição dos Encontros

A estrutura de cada encontro da presente proposta segue a mesma organização de outras intervenções psicossociais grupais, como a realizada por Costa (2011) com a metodologia dos Grupos Multifamiliares, que é organizada em três momentos: aquecimento, desenvolvimento e encerramento. O aquecimento refere-se à integração dos participantes e seu preparo para o tema que será discutido. Este momento inicial é fundamental para o melhor aproveitamento dos participantes na fase seguinte, que se refere ao desenvolvimento do tema propriamente dito. Considera-se o desenvolvimento da atividade como o ápice do encontro, uma vez que há o aprofundamento sobre o tema e participação intensa dos sujeitos. No encerramento do encontro, há o compartilhamento das reflexões sobre a atividade principal e síntese do tema discutido (Costa, 2011).

Sugere-se que cada encontro seja norteado por um tema específico relacionado à separação conjugal, a saber: conjugalidade, parentalidade, comunicação, transgeracionalidade e rede social de apoio. A escolha dos referidos temas fundamenta-se na literatura sobre separações e divórcios e nos principais aspectos relacionados à dificuldade de diferenciação dos papéis conjugais e parentais. Ademais, a proposta de intervenção psicossocial converge com a realização de grupos semiestruturados, norteados e organizados por assuntos relacionados com a literatura científica (Costa et al., 2013; Juras, 2009). Além dos temas específicos, haverá um encontro inicial, para apresentação e integração dos participantes, e o último, para avaliação e encerramento.

Outro aspecto importante da proposta dos encontros refere-se à ludicidade das atividades, buscando integrar elementos artísticos para abordar de forma suave assuntos que evocam uma série de sentimentos nos participantes. Na elaboração e estruturação de cada encontro, buscou-se considerar a sobrecarga que muitos pais e mães separados de baixa renda

enfrentam em seus cotidianos e a importância de incentivar sua participação por meio estratégias lúdicas, como desenho, colagem, música e brincadeiras.

Os encontros foram coordenados pela pesquisadora doutoranda, autora da presente proposta, que possui formação em Psicologia e especialização em Terapia Familiar. Uma equipe de alunos de graduação em Psicologia auxiliou na condução e organização dos encontros. Ressalta-se que, embora houvesse uma estruturação prévia dos encontros (apresentada a seguir), estes foram construídos conjuntamente nas interações entre os participantes e a equipe de intervenção ao longo de seu desenvolvimento, visando a discussão dos temas propostas e a elaboração de sentidos pelos participantes.

1º ENCONTRO: INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Objetivo: Apresentação e compartilhamento das vivências diante da separação conjugal recente

Aquecimento: A fim de que todos os participantes se conheçam pelo nome, será realizada uma atividade em que cada um dos participantes dirá seu nome e o estado em que nasceu. Sentados em círculo, o participante da direita da coordenadora deverá iniciar sua apresentação e os demais deverão repetir o nome e o estado de nascimento de todos os participantes que se apresentaram antes dele. Ao final, a coordenação irá repetir os nomes e estados de nascimento de todos os participantes do grupo e os participantes poderão fazer comentários sobre a diversidade de origens de nascimento.

Desenvolvimento: Desenho de sua família separada. Será entregue a cada um dos participantes uma prancheta, papel branco A4 e lápis de cor com a instrução de que deverão desenhar um retrato de sua família separada. O propósito desta atividade é promover a reflexão individual e o compartilhamento grupal sobre a configuração da família atual em que cada participante se encontra.

Compartilhamento: Cada participante irá mostrar e explicar ao restante do grupo seu desenho. A pesquisadora realizará as seguintes perguntas: quem da família está presente no desenho? Quem não está presente? Gostaria de incluir ou tirar alguém do desenho? Como se sente em relação ao desenho?

2º ENCONTRO: CONJUGALIDADE

Objetivo: Vivenciar um ritual do término da relação conjugal, ressaltando os aprendizados que a relação trouxe para o participante e sua família.

Aquecimento: Será entregue a cada um dos participantes uma fita de cetim para que eles confeccionem um laço. Posteriormente, será feita leitura em grupo da poesia “O Laço e o Abraço”, de Mário Quintana (Anexo XI), que será entregue impressa a cada um dos participantes. Ao final da leitura, os participantes poderão realizar comentários sobre a poesia e o laço que receberam.

Desenvolvimento: Cremação do casamento. Ao centro do círculo formado pelo grupo, será colocada uma fogueira representada com cartolinas. Os participantes deverão compartilhar com o grupo aprendizados e lembranças positivas e negativas que tiveram a partir do relacionamento conjugal com o laço em suas mãos. Após, os participantes deverão desfazer o laço, dizendo o que aprenderam e despedindo-se desta relação para, depois, jogar a fita na fogueira representada.

Compartilhamento: A coordenação irá discutir com o grupo as seguintes questões: Como foi recordar-se da relação conjugal? Como foi despedir-se e finalizar este laço conjugal? Que sentimentos identificam em vocês nesse momento?

3º ENCONTRO: PARENTALIDADE

Objetivos: Diferenciar a conjugalidade da parentalidade e compreender a importância de estabelecer uma coparentalidade no cuidado e educação dos filhos.

Aquecimento: Cola, bala e mala. Será discutido junto aos participantes que é comum que os filhos comportem-se como “cola, bala ou mala” após uma separação conjugal, na tentativa de, respectivamente, unir os pais, atacá-los ou levar recados de um genitor ao outro (Cervený, 2006).

Desenvolvimento: Os participantes serão separados em três subgrupos, sendo que um subgrupo receberá um tubo de cola, outro subgrupo receberá uma arma de brinquedo e outro receberá uma mala. Cada subgrupo deverá discutir o que os pais devem fazer para que os filhos não sejam envolvidos nos conflitos e discussões entre o ex-casal e produzir um cartaz (com dizeres, desenhos, imagens) do que eles podem dizer aos filhos em situações em que os filhos apresentarem esses comportamentos.

Compartilhamento: Apresentar e explicar ao grupo o cartaz fruto da discussão do subgrupo. A coordenação discutirá com o grupo as seguintes questões: Os pais podem se colocar no lugar dos filhos? O que os filhos sentem quando os pais se separam? O que os pais podem fazer para que os filhos sejam protegidos?

4º ENCONTRO: COMUNICAÇÃO

Objetivo: Refletir sobre a comunicação que estabelecem com pessoas com quem convivem e com o ex-cônjuge.

Aquecimento: Telefone sem fio. A pesquisadora solicitará um voluntário para iniciar a atividade, na qual todos participarão. A pesquisadora irá ler uma frase ao voluntário sem que os demais participantes ouçam e informará que ele deverá repetir a mesma mensagem ao participante seguinte. A mensagem deverá ser transmitida de um em um sem que os demais ouçam, até que o último participante repita a todos a frase que ouviu. Certamente a frase será

alterada e a pesquisadora discutirá com os participantes o que aconteceu com a passagem da mensagem de participante em participante.

Desenvolvimento: Serão formados subgrupos de três a quatro participantes para discutir uma situação problema em que um casal está separado e precisa resolver alguns problemas, como decidir em qual escola o filho vai estudar, o que fazer quando o filho vai muito mal em uma prova a ponto de reprovar o ano, como partilhar um imóvel do ex-casal, como definir o valor da pensão alimentícia aos filhos, entre outros. Diante dessas situações, os subgrupos deverão pensar em formas de estabelecer uma comunicação construtiva entre os ex-cônjuges e formar uma imagem em movimento que represente as resoluções discutidas.

Compartilhamento: Apresentação das imagens elaborados pelos subgrupos. A pesquisadora discutirá com os participantes algumas perguntas: Como foi dialogar com os ex-cônjuges sobre esses assuntos? Quais habilidades precisam ser desenvolvidas para a construção de uma comunicação que privilegie o bem-estar dos adultos e dos filhos?

5º ENCONTRO: TRANSGERACIONALIDADE

Objetivo: Analisar os aspectos transgeracionais que se repetem na forma de lidar com a conjugalidade e parentalidade.

Aquecimento: Será entregue a cada um dos participantes um papel em que estará impressa a letra da música Como Nossos Pais (Belchior, 1976; Anexo XII) e será feita leitura durante a exibição da música. Após escutar a música, os participantes poderão realizar comentários sobre os sentidos que a música suscitou.

Desenvolvimento: Cada participante receberá uma cartolina recortada em formato de uma árvore e deverá desenhar ou colar imagens recortadas de revistas em um dos lados da cartolina, que signifique o que aprendeu de sua família de origem sobre conjugalidade e, do outro lado da cartolina, o que aprendeu sobre parentalidade.

Compartilhamento: Cada participante apresentará o que aprendeu sobre conjugalidade e parentalidade de sua família de origem, relatando histórias significativas dessa família. A coordenação discutirá com o grupo as seguintes questões: Que tipo de casal foram meus pais? Que tipo de parentalidade meus pais foram comigo? Com quem eu aprendi a ser um cônjuge e a ser um genitor? Existem semelhanças e diferenças entre as gerações? O que vocês pensam em manter e o que pensam em mudar de sua família e da família de seu ex-cônjuge?

6º ENCONTRO: REDE SOCIAL DE APOIO – FAMÍLIA E RECURSOS COMUNITÁRIOS

Objetivo: Buscar apoio social na família e na comunidade.

Aquecimento: Será entregue a um dos participantes um rolo de barbante, sendo que ele deverá escolher outro participante do grupo, dizendo de qual apoio um casal separado precisa. Após todos participarem, será formada uma rede que conecta todos os participantes.

Desenvolvimento: Construção coletiva do mapa de redes (Sluzki, 1997). Será construído um mapa de redes sociais por meio de fita crepe no chão, com os quadrantes: família, amigos, bairro em que mora e intuições/serviços. Os participantes deverão escrever em pedaços de cartolina nomes de pessoas e instituições que podem ajudar em um momento de dificuldade familiar.

Compartilhamento: Ao final da construção coletiva do mapa de redes, a coordenação solicitará que os participantes visualizem a rede que se formou e discutirá com o grupo as seguintes questões: Como está a rede de vocês hoje? O que vocês precisam fazer para mobilizar e ativar essa rede? Quem vocês procurariam caso o relacionamento com seu ex-cônjuge estivesse conflituoso?

7º ENCONTRO: AVALIAÇÃO E ENCERRAMENTO

Objetivo: Avaliar o processo grupal e as influências deste na diferenciação da conjugalidade e parentalidade.

Aquecimento: Será entregue a cada um dos participantes um papel em que estará impressa a letra da música Tocando em Frente (Sater & Teixeira, 1991; Anexo XIII) e será feita leitura durante a exibição da música. Após escutar a música, os participantes poderão realizar comentários sobre os sentidos que a música despertou.

Desenvolvimento: Desenho do ex-casal e dos filhos em comum. Será entregue a cada um dos participantes uma prancheta, papel branco A4 e lápis de cor com a instrução de que deverão desenhar um retrato do ex-casal e dos filhos em comum. Essa atividade deverá ocorrer ao longo de 25 minutos.

Compartilhamento: Cada participante irá mostrar e explicar ao restante do grupo seu desenho. A coordenação realizará as seguintes perguntas: O que mudou em relação ao desenho do primeiro encontro? O que manteve igual ao primeiro desenho? Como estão desenvolvendo a co-parentalidade com o ex-cônjuge?

Considerações finais

Intervenções grupais com famílias separadas e divorciadas acontecem há algumas décadas em diversas localidades do mundo. No levantamento de literatura realizado, foi encontrada uma diversidade de ações, que variam conforme gênero e idade dos participantes, e contexto, referencial teórico e quantidade de encontros da intervenção. Apesar da riqueza presente na pluralidade dos trabalhos publicados, analisa-se que estas intervenções ainda carecem de uma perspectiva cultural e social, uma vez que as ações propostas geralmente são voltadas para famílias de classe média e alta. Não foi encontrada na literatura nacional e internacional o foco de intervenções psicossociais grupais com famílias separadas de baixa renda. Faz-se necessária a emergência de estudos sobre separações e divórcios com essa população específica (Amato, 2010).

Ademais, foram encontrados poucos trabalhos publicados na literatura nacional. A realidade cultural, social e econômica brasileira possui particularidades de sujeitos, contextos e

demandas que precisam ser analisados no desenvolvimento de programas e intervenções. O sofrimento, a sobrecarga, mas também a resiliência e a alegria presentes no povo brasileiro são aspectos que devem ser considerados na elaboração de cada encontro. A presente proposta de intervenção psicossocial com pessoas separadas de baixa renda que tenham filhos pequenos vem ao encontro da necessidade de estudos e intervenção com essa população, bem como se mostra adequada ao contexto brasileiro.

Além disso, acredita-se que o formato da clínica psicológica tradicional precisa ser ampliado para ações de escuta, apoio e transformação em espaços mais democráticos e comunitários. Somado a isso, é fundamental a ampliação de serviços de prevenção primária e secundária com família divorciadas, a fim de promover a saúde mental e prevenir a violência doméstica. O trabalho com as famílias separadas e divorciadas sob a perspectiva da intervenção psicossocial grupal e da terapia familiar sistêmica pode contribuir para o desenvolvimento construtivo de um processo de separação conjugal.

Tais intervenções com famílias separadas precisam ser ampliadas e divulgadas para toda a sociedade brasileira. Ademais, é fundamental a realização de pesquisas que avaliem o impacto dessas metodologias grupais com famílias separadas e divorciadas a fim de aprimorar e sistematizar estas práticas.

GRUPO DE RESULTADOS 1: ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

O primeiro grupo de resultados provenientes da construção empírica a partir das entrevistas individuais visa responder ao primeiro objetivo geral da presente tese. A partir da análise dessas entrevistas, discutiu-se como se dá o processo de diferenciação entre os papéis parentais e conjugais em famílias de baixa renda com filhos pequenos em situações de separação conjugal.

A análise temática nesse grupo de resultados aconteceu em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação (Minayo, 2008). A primeira etapa consistiu em analisar o conteúdo de todo o material das entrevistas individuais, a partir de leitura exploratória inicial dos registros e transcrições. Posteriormente, foi realizada análise buscando-se palavras-chave, frases ou unidades de contexto que representavam as comunicações apresentadas. Nesse momento, as falas mais significativas dos participantes foram selecionadas, bem como descritos os temas e conteúdos referentes a esses trechos de fala. Os temas e conteúdos relacionados de cada entrevista individual foram agrupados, sistematizados e impressos em formato de cartazes. Nesse momento, realizou-se a terceira etapa de tratamento e interpretação dos resultados, sendo destacados os temas mais relevantes para responder aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, formando os núcleos temáticos. Ressalta-se que esse processo de tratamento dos dados foi realizado de maneira extensiva no sentido de sintetizar a grande quantidade de material empírico construído nesta pesquisa-ação.

A partir da análise desses resultados, foram construídos três núcleos temáticos, que incluem 1) a conjugalidade ainda presente e intensa mesmo após a separação, 2) diversas triangulações que são formadas nesse processo, e 3) confusões e tentativas de diferenciação entre os papéis parentais e conjugais.

Núcleo temático 1) Conjugalidade ainda presente

“Nos separamos, mas permanecemos juntos!”

a) Rápido envolvimento amoroso

A conjugalidade inicia-se a partir do relacionamento entre dois adultos unidos por laços afetivos e sexuais, visando satisfazer suas necessidades psicológicas e apoiar-se mutuamente. Essa união é carregada de um conjunto de crenças, valores e comportamentos construídos nas experiências nas famílias de origem dos cônjuges (Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 2011; Silva & Lopes, 2012). É interessante notar que a maioria dos participantes relatou um rápido envolvimento conjugal, passando à coabitação em poucos meses após se conhecerem, como se pode observar nas seguintes falas:

Cláudio: Enfim, começamos a nos relacionar assim, e foi tudo muito rápido. (...) Deveríamos ter namorado, ter passado todo o processo né?

Dalva: A gente começou a namorar, nem casamos, né, já fomos morar juntos.

Gerson: E antes foi assim, eu dormi com ela, quando eu juntei com ela, passou uns dois meses só que nos conhecemos, aí nós juntamos, nos unimos né. Aí eu peguei, fui morar com ela.

O processo de união conjugal acelerado em famílias de baixa renda também pode ocorrer em razão de questões concretas e necessidades de moradia, como relata Bruno: *Aí eu morava com meus pais e ela morava com uma amiga, em uma dessas comerciais. E depois elas se desentenderam e ela pediu se poderia ficar um tempo na minha casa, né? Até arranjar outro lugar. Até então deixei, aí ela foi ficando, foi ficando...*

O ciclo de vida familiar sistematizado por Carter e McGoldrick (1995) contempla vários estágios, quais sejam formação do jovem casal, família com filhos pequenos, família com filhos adolescentes, lançando os filhos e seguindo em frente, e família no estágio tardio de vida. Esse modelo foi proposto e estudado na realidade de famílias norte-americanas de classe média, e deve ser contextualizado a partir de cada realidade. Pouca atenção é dada às famílias em

situação de pobreza e vulnerabilidade social e as suas particularidades, como contexto de miséria, discriminação, desemprego, mortes precoces, abuso de substâncias, envolvimento infracionais, influenciadas por diversas exclusões sociais e institucionais. Atrelado ao ciclo de pobreza, nessas famílias, é comum encontrar um ciclo de vida familiar encurtado e as mudanças entre os estágios ocorrerem de maneira confusa, sem clara demarcação transicional ou ritos de passagem, sem um preparo desenvolvimental adequado (Hines, 1995).

O ciclo de pobreza refere-se à recursividade perversa estabelecida nas situações de vulnerabilidade social. As dificuldades estruturais desse contexto podem contribuir para o desenvolvimento de ciclos familiares instáveis, aumentando as chances de conflitos, violências e separações, que por sua vez ampliam o contexto de pobreza. É sabido que as separações conjugais e divórcios impactam dramaticamente na redução da renda familiar, especialmente em famílias com menor renda (Greene, Anderson, Forgatch, DeGarmo, & Hetherington, 2012; Leone, Maia, & Baltar, 2010).

b) Recursividade na conjugalidade: uma série de vai e vem

Como todo sistema, o subsistema conjugal passa por períodos de estabilidade, construindo padrões e repetições adaptativas, bem como de mudança e perturbações. Nos períodos de transição, é esperado que as famílias acionem padrões estabelecidos anteriormente a fim de resistir às mudanças exigidas. Embora os participantes estejam separados de fato de seus ex-companheiros, eles continuam unidos não apenas pelo vínculo parental de terem filhos juntos, mas por processos que dizem respeito à conjugalidade que construíram ao longo dos anos. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que parecem existir movimentos para encerrar a conjugalidade, existem outros que a mantêm acesa. Esse vai e vem conjugal foi observado na história do relacionamento de alguns participantes:

Cláudio: *Então a gente não se dá bem por isso. Aí eu saí de casa umas três vezes, ou até mais. Ia e voltava, ia e voltava.*

Elza: *Aí acabou que nós terminamos, depois voltamos, aí voltamos.*

Esse processo paradoxal é esperado nas situações de dissolução conjugal, uma vez que a decisão pela separação é uma decisão de um ou de ambos os cônjuges. Dessa forma, essa escolha é processada e definida ao longo do tempo, com movimentos ambivalentes de manutenção e finalização da conjugalidade, mesmo após a separação de fato. Nos casos em que a iniciativa do rompimento conjugal partiu de um cônjuge, essa ambivalência pode ocorrer em momentos diferentes. Para o cônjuge que decidiu pela separação, essa elaboração paradoxal acontece ao longo do processo de tomada de decisão ainda durante a união conjugal e, para o outro, após a separação de fato. Essa diferença pode ser geradora de conflitos, uma vez que os ex-companheiros se encontram em momentos distintos (Emery, 2012).

c) Sentimentos ainda presentes

No período inicial da separação conjugal, os ex-cônjuges ainda permanecem vinculados, resgatando memórias, sentimentos e comportamentos que remetem à conjugalidade. Muitos participantes demonstraram possuir afetos ainda atrelados à vida conjugal. Saudade, mágoas, tristeza e raiva foram sentimentos que apareceram durante as entrevistas.

Dalva: *Eu perdi uma pessoa [ex-companheiro], mas [pausa e choro]... Desculpa. Mas eu tenho meus filhos, né?*

Antônia: *Se ele morrer pra mim diferença nenhuma faz, é bom que, vou soltar fogos, eu tenho vontade ... Nem galinha, que eu tenho galinha lá, não tenho coragem de matar. E ele, eu tive vontade de matar.*

Os sentimentos ainda existentes referem-se ao processo emocional que se mostra de maneira mais intensa no primeiro ano após a separação conjugal. Observa-se que esses

sentimentos de saudade, tristeza e raiva ainda se mostram intensos mesmo passados um ano ou mais após a separação, o que é corroborado pela literatura. Os principais sentimentos que evocam após a separação conjugal são o amor, a raiva e a tristeza. Estes sentimentos são naturais e estão relacionados ao processo de luto pelo término da união conjugal. É fundamental que os profissionais inicialmente compreendam a intensidade do processo emocional envolvido, para que possam posteriormente exigir dos pais a priorização do amor por seus filhos, em detrimento aos sentimentos direcionados ao ex-cônjuge (Emery, 2012).

É importante contextualizar o momento da dissolução conjugal dos participantes, que possuem entre sete meses e um ano e dois meses de separação. Nesse período e segundo estudos sobre o ciclo de vida do divórcio, eles se encontram na fase intermediária, em que são discutidas e negociadas as questões legais, emocionais, financeiras, sociais e parentais necessárias para atingir uma nova homeostase familiar (Peck & Manocherian, 1995). Segundo Greene et al. (2012), a maioria dos problemas tendem a se dissipar após passados cerca de dois anos após a separação. É importante também situar que as dificuldades que surgem nesse processo de transição familiar não são necessariamente patológicas ou permanentes, mas representam tentativas da família para explorar novas possibilidades e se adaptar à nova situação (Minuchin et al., 2011).

d) Violências e conflitos conjugais

Acredita-se que esses sentimentos também sejam intensificados por lembranças de situações de violência durante o relacionamento e a permanência de conflitos conjugais após a separação. A vivência de violência durante a união conjugal foi um aspecto bastante presente nos relatos das entrevistas. Todos os participantes, com exceção de Fátima, relataram situações de violência conjugal.

Antônia: *E chutava a comida que eu comprava... (...) Ele começava a xingar do nada, humilhava e às vezes eu aguentava calada, com medo de ter briga. Porque ele nunca me triscou a mão, mas também quando ele tava assim eu ficava na minha.*

Bruno: *E cada vez mais, assim, brigas horríveis, entendeu? De puxar faca, entendeu?*

Cláudio: *A gente chegou algumas vezes de brigar mesmo, de um empurrar o outro, nada de sair sangue ou de machucar, ou coisa de ter que chamar a polícia pra isso...*

Gerson: *As minhas agressões foi muito pouca, mas talvez mais moral né?*

Interessante notar a reflexão de Fátima que, embora não tenha experienciado violência durante o relacionamento, percebe que se tivessem insistido na união, a intensidade dos conflitos poderia ter influenciado na forma com que se relacionam após a separação, conforme a seguinte fala: *“Se eu tivesse continuado em um casamento, eu não sei se eu mais o Fernando teria o convívio que eu tenho hoje, a gente poderia brigar... Não é só agressão, bater que machuca, são as palavras, muitas vezes são as palavras, e isso eu não tive.”*

A violência doméstica é reflexo da cultura patriarcal, que enrijece os papéis de gênero e cria desigualdades de poder entre homens e mulheres. Depreendeu-se das falas dos participantes muitas crenças e valores rígidos de gênero, não apenas colocando mulheres no papel de cuidado e homens como provedores, como também desigualdades de força e poder. Ainda que as mulheres entrevistadas tenham demonstrado atitudes de força e superação das dificuldades, elas foram alvo de diversas violências. Segundo Greene et al. (2012), após a separação, situações de violência podem ocorrer mais comumente contra a mulher e principalmente se foi ela quem decidiu pelo rompimento conjugal.

Os conflitos também continuam presentes após separação, o que demonstra ainda uma confusão de papéis conjugais e parentais após a separação, como disse Gerson: *“Eu ligo ainda pra ela, converso com ela, muitas vezes ela desliga o telefone na minha cara”*. De acordo com Hines (1995), os conflitos podem surgir em virtude de definições incompletas de papéis e

funções familiares. Esse autor afirma que o ciclo de vida familiar encurtado ainda nas famílias de origens e posteriormente na geração seguinte contribui para essa confusão de papéis, uma vez que as tarefas da infância, adolescência e da formação conjugal não foram elaboradas e desenvolvidas adequadamente.

e) Falhas comunicacionais

Os conflitos muitas vezes ocorrem em razão de divergências de pensamento e entendimento, mas também estão dialeticamente relacionados à forma de comunicação entre o par conjugal e parental. Dificuldades de estabelecer diálogos sobre essas diferenças foram observadas nos relatos dos participantes durante o relacionamento conjugal que se perpetuam após a separação:

Bruno: Teve um dia que ela tinha ido para um evento e ela chegou de um jeito tão diferente e eu olhava e ela olhava e parecia... Não sei se ela queria falar alguma coisa ou se estava com medo de mim ou se... Entendeu?

Fátima: No início a gente conversava, depois a gente nem conversava mais.

Gerson: Não, ela não falava. Ela falava umas palavras duvidosas, sem ser exata e a palavra tem que ser exata.

O estabelecimento de diálogos construtivos e transformadores para as relações necessitam de disponibilidade e interesse, habilidade em expressar em palavras as emoções e os incômodos, capacidade reflexiva e de escuta do outro. Dificuldades comunicacionais são frequentemente observadas em relacionamentos duradouros, como é o caso das uniões conjugais, uma vez que se formam padrões e repetições adaptativas que visam a economizar tempo e energia investidos. Situações de conflito e tensão também podem atrapalhar e paralisar a comunicação familiar. Para o estabelecimento de diálogos transformadores, é fundamental adotar uma postura de não saber e de incerteza, a fim de criar novas possibilidades de relacionar-

se, indo contra as forças da homeostase conjugal e familiar (Anderson, 2012; Bowen, 1991; Minuchin et al., 2011).

Além dessa resistência natural do sistema homeostático ao diálogo, a linguagem é aspecto fundamental no processo de fala e reflexão sobre a escuta. A baixa escolaridade observada ao longo de várias gerações em famílias brasileiras de baixa renda é um processo histórico e cultural que deve ser considerado ao se analisar as falhas comunicacionais que, ao longo do tempo, trazem um efeito corrosivo ao sistema familiar (Costa, 2008; Minuchin et al., 2011).

Em suma, a vivência de violência conjugal e os conflitos ainda existentes após a separação contribuem para manter a intensidade dos movimentos paradoxais de manutenção e finalização da conjugalidade. Ao mesmo tempo em que a violência foi um impulsionador para a separação conjugal, as lembranças e os sentimentos vinculados a essa vivência trazem marcas emocionais e afetivas que contribuem para manter viva a conjugalidade. Embora teoricamente a conjugalidade se encerre após a separação, na prática ela ainda se mostra presente, ainda que de uma forma diferente, influenciando o desempenho da parentalidade (Grzybowski & Wagner, 2010).

Núcleo Temático 2) Triangulações

“Outras pessoas irão ajudar a me separar!”

Os movimentos paradoxais analisados no núcleo temático anterior promovem um aumento de tensão e ansiedade no subsistema conjugal que, por sua vez, contribui para a formação de diversas triangulações. Segundo Bowen (1991), uma relação dual possui pouca capacidade de conter tensões e ansiedades, sendo necessário o envolvimento de um terceiro para aliviar e estabilizar a relação, formando então um triângulo. Esses terceiros são dialeticamente e paradoxalmente incluídos, por vezes aliviando o sofrimento por meio de apoio

e outras vezes intensificando os conflitos existentes. Geralmente, essas alianças triangulares são transitórias e podem ser benéficas ao sistema. Os prejuízos surgem principalmente quando essas triangulações formam coalizões de oposição rígidas, aumentando a tensão, incluindo novos terceiros e criando lealdades rígidas e nós triangulares (Bowen, 1991; Minuchin et al., 2011).

Uniões conjugais geralmente já se iniciam por meio de triângulos não resolvidos com a família de origem. Casais com baixa diferenciação de self tendem a depender altamente de triangulações para administrar as tensões conjugais. Em um relacionamento conjugal, os triângulos mais comuns envolvem os filhos, membros da família de origem, amantes, amigos e membros da rede social comunitária (Klever, 2008). Nos discursos dos participantes, surgiu uma série de triangulações que se formaram durante a união e, especialmente, após a separação conjugal.

a) Filhos triangulados

O principal alvo de triangulação incluído no relacionamento conjugal foram os filhos. Durante a união, os filhos foram incluídos com o objetivo de manter o relacionamento conjugal e participar de brigas e violências:

Filho ajudando a manter a união

Cláudio: *E fiquei com ela esse tempo todo por causa do meu filho, né?*

Fátima: *Assim, a gente já estava, tipo assim, quase separado, mas a gente disse: Não, o menino é pequeno, vamos demorar mais um tempo.*

Filho participando dos conflitos, brigas e violências

Antônia: *Acho que é por causa das brigas né, que ela via demais. Ela [filha] via ele [ex-companheiro] me xingando...*

Cláudio: *Enfim, eu acredito que o meu filho vai precisar de um acompanhamento psicológico, porque já na barriga da mãe, ele já escutava as primeiras brigas nossas, a gente discutia muito.*

Após a separação conjugal, a triangulação dos filhos acontece de diversas maneiras: como “mala” de recados e como “balas” para atingir o ex-cônjuge. Cerveny (2006) utiliza as metáforas de “cola”, “mala” e “bala” para apontar as principais triangulações dos filhos após a separação dos pais. Os filhos podem participar para manter “colado” o par parental, representando o desejo compartilhado em manter unida a família idealizada. Essa função surge principalmente em momentos de ambivalência emocional do par conjugal frente à separação. Após a separação, os pais podem utilizar os filhos como “malas” para enviar e receber recados entre o par parental, e também como “balas” para atingir o outro genitor.

Filhos como “mala de recados”

Antônia: *Ela [filha] passou dois meses sem ir na casa deles [do pai e avó paterna], do tanto que eles perguntavam coisa da minha vida, aí ela foi e parou de ir.*

Gerson: *Porque eu acho que ela coloca muita coisa na cabeça das meninas e eu conversando com as meninas percebo muita coisa.*

Filhos como “bala”

Dalva: *Às vezes eu xingava assim, falava assim “Ah, seu pai num presta, seu pai não faz isso, não faz aquilo” Aí ele [filho] falava “Não fala assim do meu pai”. “Você não fala do meu pai, eu não aceito que fala do meu pai”. Eu não sei de onde vem essa defensoria que ele tem pelo pai não.*

Gerson: *Eu já xinguei ela assim na frente das meninas, nas últimas vezes ela não queria falar comigo.*

Essas mesmas funções foram observadas em estudos anteriores e demonstraram serem fontes de sofrimento aos filhos, em especial aos filhos pequenos (menores de 12 anos), por não serem dotados de habilidades desenvolvimentais para lidar com esses conflitos e lealdades. A triangulação de crianças, mantendo-as em funções que ultrapassam suas responsabilidades prejudica seu desenvolvimento infantil. Os filhos únicos se mostram mais vulneráveis nesse

processo, por não terem pares com quem compartilhar as tensões e sofrimentos (Greene et al., 2012; Grzybowski & Wagner, 2010; Juras & Costa, 2011b), como é o caso da maioria dos filhos dos participantes desta pesquisa-ação.

Alguns participantes foram capazes de perceber o sofrimento dos filhos durante esse processo: Bruno: *Eu vejo que meu filho sofre, está vendo que um está do lado, um está do outro, a gente está brigado.*

Cláudio: *Depois da separação ele [o filho] sentiu muito na escola né? Ele não quer mais estudar e tal. (...) O Carlos. Ele não comia, teve problema que o estômago ficou travado, teve que levar no médico, tomar remédio, tudo.*

Além do sofrimento físico e emocional, uma das principais consequências relacionadas às triangulações dos filhos após a separação conjugal refere-se ao processo de parentalização. Segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1973), esse processo está relacionado à atuação comportamental ou fantasiosa de um dos cônjuges ou um filho em um papel parental, ou seja, de cuidados com o outro. Ensinar um filho a desenvolver habilidades de cuidado é importante para seu amadurecimento, entretanto, deve acontecer eventualmente e de acordo com sua capacidade desenvolvimental. Quando a parentalização de uma criança ocorre de maneira frequente e rígida, isso pode trazer sobrecarga e prejuízos ao seu crescimento (Boszormenyi-Nagy & Spark; 1973; Juras & Costa, 2011b). A maioria dos participantes relatou aspectos relacionados à parentalização de seus filhos:

Antônia: *A Alice ia lá, me pegava e colocava na cama. Eu fingia que tava dormindo e voltava de novo. Quando eu tava com a depressão muito forte, a Alice me levava até pro banheiro pra tomar banho ... Ela dorme comigo.*

Cláudio: *Mas ele chorou e falou para mim, o meu próprio filho falou para mim, na minha cara: "Pai, a melhor coisa para o senhor e para a mamãe é o senhor ficar aqui mesmo, aqui na minha avó aqui, fica morando por aqui mesmo, a gente se vê, você vai na mãe de vez em*

quando”. “Pai, se o senhor voltar lá para casa...”. Ele falou para mim isso. “... E o senhor e a mamãe brigar de novo, eu não vou mais entender vocês”.

Gerson: Muito carinhosa. Aí falou assim “pai, não quero ficar longe de você mais não”.

Essas falas demonstram um amadurecimento exagerado dos filhos, que se preocupam com seus genitores e comportam-se de modo incompatível ao seu nível de desenvolvimento. A precocidade de cuidado e tomadas de decisão, características do processo de parentalização, parecem ser mais comuns diante de realidades mais duras em razão da pobreza e vulnerabilidade social, em que as crianças desde cedo são apresentadas a concretudes e ausências da vida. Paradoxalmente, essa organização é prejudicial para os membros da família, mas ao mesmo tempo garante a curto prazo a necessidade de sobrevivência familiar (Penso & Sudbrack, 2004).

b) Avós triangulados

Com o aumento da expectativa de vida e mudanças nos arranjos familiares, como aumento de coabitações, separações e novas uniões, diminuição da fecundidade e aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, houve um aumento na proporção de pessoas idosas nas famílias (Leone et al., 2010). Outra triangulação bastante comum relatada pelos participantes é a participação ativa dos avôs e principalmente das avós, tanto no que se refere ao apoio oferecido aos filhos e netos, como também sendo incluídas nos conflitos conjugais. Essa triangulação apareceu tanto durante a união conjugal, como após a separação. Durante a união, foi comum na fala de alguns participantes as interferências de seus pais na escolha conjugal:

Bruno: A minha mãe ela, ela sempre se metia bastante. (...) A mãe dela, eu acho que a mãe dela queria que... Desde o começo, assim, queria que a Bárbara se casasse com... Sei lá, um cara

que tivesse mais dinheiro, entendeu? ... Eu sempre notei que a mãe dela nunca foi muito a favor, assim...

Elza: Minha mãe é assim, minha mãe, ela não dava muita interferência, ela ia muito, assim, por mim “Se você está bem, então está tudo certo”. Só que o meu pai não gostava e até hoje não gosta [do ex-companheiro].

Gerson: Não adianta ninguém se intrometer, igual minha mãe fez né, pra separar a gente. Minha mãe queria separar eu mais dela.

De acordo com Hines (1995), os jovens adultos provenientes de extratos socioeconômicos mais baixos e que passaram por ciclos de vida familiar encurtados ou incompletos demonstram mais predisposição a continuarem dependendo emocionalmente e materialmente de suas famílias de origem, incluindo-os em triangulações com seus cônjuges e filhos. Essa construção de identidade conjugal dependente limita o desenvolvimento dos papéis conjugais e parentais exigidos pela formação da nova família.

Após a separação conjugal, as avós como apoio no cuidado com os netos e como participantes de conflitos mostrou-se evidente, como mostra a fala de Antônia: *“Ela sempre foi daquela pessoa que se mete muito na vida da gente, né. Ela sempre assim, na casa dela e eu na minha. Ela sempre se meteu na criação da Alice. (...) Mas só que como eu sempre precisei dela pra mim ir trabalhar, ela ficava com a Alice e levava ela no colégio, o que que eu posso fazer?”*

Por um lado, as avós são constantemente acionadas pelos filhos, genros e noras a cuidarem das crianças momentaneamente durante as visitas, ou até mesmo passando a residir com elas após a separação: *Bruno: Pegou o menino, jogou para a casa da mãe dela, entendeu? De vez em quando ela vai lá, dorme lá, e o menino está sendo criado lá na casa da mãe dela.*

Cláudio: Minha mãe que sustenta meu filho, compra coisa pro meu filho. (...) A minha mãe quer, inclusive, que ele more com ela, só que a Carmen tem medo, tomar a guarda. Ela acha

que eu vou entrar na Justiça, que eu... Eu não quero isso, eu queria que ele ficasse lá em casa, porque eu acho que ele teria mais condições.

Elza: Todo final de semana ela [filha] está na casa da mãe dele. (...) Ah, é difícil, só que também eu não quero abrir mão, porque eu quero que ela tenha contato com a família dele, mas é difícil.

Segundo Araújo e Dias (2002), os avós podem desempenhar papel relevante para as famílias após separação ou divórcio, oferecendo principalmente dois tipos de apoio: emocional (como carinho, companhia, conselhos, transmissão de valores) e instrumental (como ficar em casa com a criança, ajudar financeiramente, fornecer alimentação). A intensidade desse apoio irá depender da distância de moradia, custódia, idade, estado civil e situação empregatícia dos avós. Nos casos aqui analisados, observa-se que a grande maioria dos participantes voltou a residir com seus genitores após a separação, ou moram em casas oferecidas por eles. A rede familiar ampliada é comum de ser encontrada em famílias de baixa renda, no sentido de oferecer maior suporte econômico e de proteção aos seus membros.

Por outro lado, o maior nível de inter-relacionamento entre as gerações também pode trazer problemas e conflitos, uma vez que as negociações e tomadas de decisões incluem mais adultos (Hines, 1995). No caso de Bruno, situação em que o filho passou a residir na casa da avó materna, os conflitos intensificaram-se nos momentos em que o pai buscava o filho para realizar as visitas: *“Falei: ‘Não, espera aí, deixa eu ver se eu estou entendendo, então a senhora está pedindo para eu não ver mais o meu filho?’. Ela falou: ‘É, porque ele vem aqui, domingo ele tem que descansar, deixa ele descansar e, assim, deixa ele aqui que ele vai ser bem cuidado’. Eu falei: ‘Não, mas ele tem que ver o pai’, entendeu?”*

Essa participação paradoxal das avós, ora apoiando ora acirrando os conflitos, torna a autoridade parental fluida, podendo estar com os pais, outras vezes com avós ou outras referências mais próximas. Mensagens contraditórias por parte dessas figuras de autoridade

podem trazer confusão para os filhos pequenos, interferindo em sua compreensão de quais comportamentos são aceitáveis para seu adequado desenvolvimento (Hines, 1995; Minuchin et al., 2011).

c) Triangulação com a Justiça

Outra triangulação significativa envolve o conflito conjugal e a Justiça. Os participantes verbalizaram em vários momentos a importância e o poder que a Justiça exerce nas relações familiares. O aumento significativo da tensão conjugal pode levar à formação de diversos triângulos interconectados que extrapolam o sistema familiar. Nesses casos, representantes de instituições sociais, como hospitais, escolas e tribunais podem ser também inseridos no conflito conjugal (Bowen, 1991). A Justiça mostra-se ambiente atrativo para a triangulação e perpetuação do conflito familiar (Juras & Costa, 2010; Rapizo, 2012). Ressalta-se que esse tema também pode ter surgido em função do contexto em que os participantes foram recrutados, grande parte pessoas que já haviam buscado a Defensoria Pública para reivindicar direitos patrimoniais e em relação aos filhos, como guarda e regulamentação de visitas.

Para essas famílias, a Justiça participa de um jogo de forças e poder diante dos conflitos após a separação. Antônia: *Sabe por que que eu fui procurar a defensoria? Eu não tenho ninguém, assim, pra me ajudar, eu vou pegar aquela menina e vou pra, morar aonde com ela, dentro da casa de filho? ... Aí fui na Justiça, aí quando eu fui, eu avisei eles que ia, eu não saí sem falar, eu falei “Tô indo procurar meus direitos, eu saio daqui que nem vocês tão querendo, mas vocês têm que me pagar”*.

Bruno: *Comecei a falar para ela: “Olha, eu vou lá na delegacia, eu vou te denunciar e tal”.*
Foi que ela aquietou um pouco, entendeu?

Quando ocorre uma separação conjugal, muitos conflitos conjugais envolvem lutas de poder, resultando em competições, sentimento de injustiça e medos de perda. Os jogos de poder na família são formas de obter influência e controle e tornar mais previsível seu mundo social

(Ahrons, 1995; Emery, 2012; Haley, 1993). O poder simbólico que a Justiça exerce na sociedade e particularmente nas famílias inseridas nesse contexto pode trazer consequências ambivalentes, como garantir direitos, bem como acirrar ainda mais os conflitos familiares (Juras & Costa, 2010).

Em relação aos direitos dos filhos, houve uma diferença de gênero nos pedidos à Justiça. Enquanto as mulheres solicitaram regulamentação e restrições de visitas dos filhos aos pais, os homens buscavam legitimar seu papel de pai frente à família e à sociedade:

Bruno: *E, assim, mas eu não me arrependo, eu não me arrependo porque se um dia o Benito chegar e me cobrar, falar: “Olha, meu filho, eu tentei, fiz o máximo que pude na hora que você quiser olhar, está aqui, entendeu? Mas não consegui”.*

Cláudio: *E procurei a Justiça justamente pra mostrar que eu sou pai.*

Elza: *É que eu pedi que o dia de visita fosse na casa da mãe dele, com a presença deles dois lá, entendeu? Sem sair porque eu não confio, não confio mesmo.*

Ainda que Fátima pareça uma exceção a esse padrão, ela se mantém bastante ativa na vida do filho e opta pela manutenção do filho na residência paterna por privilegiar seu interesse superior, de manter sua rotina e acesso à escola em sua situação especial de desenvolvimento.

Fátima: *“Até então eu ia lá na casa da mãe dele, passar as roupas. No início da separação, eu ia lá, eu passava, eu lavava, eu dava banho no Fábio, mandava para o colégio. (...) Aí eu chegava lá, ajudava a fazer o almoço. Aí só na hora de dormir, às vezes, que eu não tava lá, né?”*

Esses exemplos demonstram que as mães buscam a Justiça para legitimar seu papel parental e confirmar o seu poder diante das decisões relacionadas aos filhos. Por outro lado, os pais evidenciam que seu papel parental tem pouca força diante dos filhos e da Justiça. Dados estatísticos nacionais e internacionais evidenciam que, embora em leve declínio, os filhos majoritariamente permanecem residindo no núcleo familiar materno após a separação.

Ademais, houve aumento significativo de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, especialmente nos grupos de baixa e média renda (Greene et al., 2012; IBGE, 2010b).

Se por um lado a manutenção da proximidade entre mães e filhos aumenta a influência e o controle materno sobre eles, podendo parecer um privilégio, por outro traz sobrecarga de responsabilidades de cuidado, educação e sustento, especialmente para mulheres em camadas de mais baixa renda. Estas mulheres separadas geralmente recebem pouco ou nenhum apoio dos pais no cuidado e sustento dos filhos. Esse contexto pode levá-las a buscarem mais de um emprego, afastando-os de seu convívio e expondo os filhos a mais contextos de vulnerabilidade (Carloto, 2005; Castillo, 2010; Grzybowski & Wagner, 2010).

Ademais, é importante salientar as dificuldades enfrentadas pelas populações de baixa renda quanto ao acesso à Justiça e alcance de seus direitos. Os distanciamentos geográficos e simbólicos, por meio de seus formalismos jurídicos, entre a Justiça e a população, assim como os custos decorrentes da extensão temporal da prestação do serviço judiciário prejudicam a garantia de direitos individuais e sociais (de Paula, 2012; Fávero & Mazuelos, 2010; Juras & Costa, 2011a). Apesar dos participantes terem acessado a assistência jurídica por meio das Defensorias Públicas, a morosidade da Justiça é incompatível com as urgentes necessidades das famílias de baixa renda.

Questões de ordem material e concreta permeiam as situações de separação que devem ser consideradas e legitimadas pela Justiça. À primeira vista, essas questões parecem ter um cunho mais objetivo de divisão, porém, mesmo em dissoluções de casamentos legais, cujo regime de bens é bem estabelecido, ocorrem disputas relacionadas ao sentimento de justiça dos ex-cônjuges quanto à sua participação financeira e afetiva com os bens materiais provenientes de um casamento (Paechter, 2013). Nos casos em que a união não foi formalizada, como é o caso da maioria dos participantes desta pesquisa-ação, ainda que existam entendimentos jurídicos do regime de bens das uniões estáveis não formalizadas, parece existir uma

complexidade maior nesses casos quanto à construção de bens, que ocorre de maneira difusa. A maioria dos participantes residia em moradias cedidas pela família de origem, o que dificulta um entendimento mais justo e viável dessa divisão patrimonial.

Antônia: *Comecei a fazer essa casa, só que essa chácara que eu moro era da mãe dele.*

Dalva: *É um lote que tem uma casa, mas a casa tem que terminar e é dele mesmo, mas assim né, tem uma parte que é nossa.*

Elza: *Tudo que tinha na casa ele vendeu, até as coisas da Eduarda ... Eu fico pensando: Qual consideração que ele tem por mim e pela filha dele?*

A não formalização da união é um aspecto que pode prejudicar a garantia de direitos patrimoniais, pois é preciso inicialmente reconhecer a união na Justiça e provar a aquisição de bens durante a união, o que nem sempre é possível para essas famílias. Dessa forma, muitos direitos patrimoniais são desconsiderados e violados.

Núcleo Temático 3) Confusões e diferenciações dos papéis parentais e conjugais

“Não foi um bom marido, nem um bom pai, mas ele é o pai!”

O ponto principal desse grupo de resultados e que se relaciona dialeticamente com os núcleos temáticos anteriormente apresentados é a confusão e a diferenciação dos papéis conjugais e parentais após a separação. Com a vivacidade do relacionamento conjugal e o processo de triangulação, os papéis parentais permanecem negligenciados. Paradoxalmente, alguns participantes também demonstraram momentos em que conseguem priorizar o bem-estar dos filhos, em detrimento dos conflitos ainda existentes referentes à conjugalidade.

Esse processo de diferenciação relaciona-se diretamente com o conceito de fronteiras, que consistem em demarcar limites que não podem ser cruzados e outras condições em que podem ser mais flexíveis. As fronteiras psicológicas nos relacionamentos humanos são pautadas por amor e poder. Em momentos de transição familiar, é necessário haver fronteiras

indefinidas e difusas para que o sistema se reorganize. Com o tempo, as fronteiras familiares devem tornar-se nítidas e claras para seus membros (Emery, 2012; Minuchin et al., 2011; Silva & Lopes, 2012).

Na situação de divórcio e separação, essas fronteiras de amor e poder precisam ser renegociadas e redefinidas entre o par parental. Inicialmente, cada adulto deve reconstruir suas fronteiras individuais através da elaboração do luto e de sua nova individualidade, para depois vir a estabelecer fronteiras claras e mais superficiais, com menor carga emocional, com seu ex-cônjuge. Com fronteiras mais nítidas, os papéis parentais serão reestabelecidos e os papéis relacionados a conjugalidade tenderão a desaparecer (Emery, 2012; Grzybowski & Wagner, 2010).

a) Confusões dos papéis parentais e conjugais

Algumas falas foram significativas e representativas dessa confusão de papéis durante a união e após a separação: Elza: *Para mim não foi um bom pai nem um bom marido.*

Gerson: *Ah, sabe o que causou nossa separação bastante também? Pra você ver como a minha inteligência foi uma inteligência... foi fraca. Porque eu peguei e pra fazer o bem pras minhas crianças, eu saí da cama dela e deixei as crianças.*

O relacionamento entre o par parental influencia nas relações que os filhos irão desenvolver com os pais após a separação. A indiferenciação dos papéis parentais e conjugais, com presença de conflitos e violências conjugais pode impactar profundamente o relacionamento entre pais e filhos, levando a um distanciamento e até mesmo a exclusão de um dos genitores, geralmente o pai. Esses conflitos e o afastamento frequentemente trazem prejuízos a todos os membros do sistema familiar (Castillo, 2010; Cúnico & Arpini, 2013; Greene et al., 2012). Antônia: *Não sei se é porque eu nunca tive sorte, mas pra mim eu acho que [criar os filhos] sozinha foi melhor.*

Bruno: *Se o menino estivesse comigo, era eu e ele, pronto e acabou, entendeu?*

Elza: *Porque quando ele poderia estar com ela, ele não ficou. Por que que agora, que a gente está separado, ele quer ficar com ela?*

Gerson: *Eu acho que ela quer sempre afastar minhas filhas de mim.*

Castillo (2010) discutiu algumas variáveis relacionadas ao envolvimento paterno na vida dos filhos e informou que pais afrodescendentes, com baixo nível educacional e provenientes de população de baixa e média renda são grupos mais propensos a distanciarem-se do apoio afetivo e financeiro dos filhos. Analisa-se que este afastamento também é influenciado por culturas patriarcais, fundamentadas em valores e crenças rígidos de gênero. Foi comum nas falas dos participantes homens e mulheres considerarem a mãe como mais importante no cuidado e educação dos filhos e o pai como provedor da família.

Cláudio: *Mas eu acho que filho é bom mesmo é ficar com a mãe, entendeu? Eu penso assim. Eu nunca pensei em tirar meu filho da mãe dele de forma alguma.*

Dalva: *Porque a mulher está ali presente em tudo né. (...) Ah, o pai não presta de nada. (risos)*

Gerson: *Eu não tenho como tirar as filhas dela. Eu tenho que trabalhar, tenho que fazer minha vida. É o que eu disse né, ela também tem que trabalhar, então é uma coisa que sobra em cima dela. Ela tá com as filhas, mas sobra pra ela olhar, pra ela cuidar das crianças.*

Em famílias de baixa renda, em que a imposição pela sobrevivência mostra-se evidente, os custos de vida de se manter também recaem sobre os pais, levando-os a pagar pensões alimentícias irrisórias ou ainda abster-se desse apoio financeiro aos filhos. Nesse sentido e atrelado a crenças rígidas de gênero, o distanciamento financeiro e de provimento também pode levar ao afastamento físico e emocional dos pais, diminuindo a responsabilidade e o vínculo afetivo dos pais para os filhos (Carloto, 2005; Castillo, 2010; Cúnico & Arpini, 2013; Freitas et al., 2009).

Quando os pais são os detentores da guarda, observa-se uma paternidade mais ampla e completa, o que leva a questionar os padrões rígidos de gênero e a capacidade dos pais em cuidar, educar e sustentar os filhos (Grzybowski & Wagner, 2010), como é o caso de Bruno e do ex-marido de Fátima. Ainda que o distanciamento das mães que não moram com seus filhos seja menor, são raros os casos em que a mãe provê pensão alimentícia aos filhos, mantendo ainda vivos aspectos da cultura patriarcal (Greene et al., 2012).

Foi frequente também na fala dos participantes a desqualificação do outro genitor no papel parental: Bruno: *“Olha eu quero entender a sua capacidade de mãe, entendeu? De pegar esse menino, largar na outra mãe, tudo bem que sua mãe quer cuidar e tal, mas sua mãe já está idosa, sua mãe já está com sessenta e três anos”*.

Elza: *Ah, acho que ele não é um bom pai, não. (...) Por exemplo, pela criação que eu tive, para mim, um bom pai, tem que estar do lado sempre que precisar, estar escutando, dando conselho, estar dando com você dando carinho, não só brigando igual eu via ele fazendo com a Eduarda, brigando o tempo todo, para mim, isso não é ser um bom pai.*

Gerson: *Apesar de que ela é uma pessoa mais liberada, mais liberal do que eu, ela libera mais as crianças. Ela deixa as crianças ficar na rua e eu, quando elas moravam comigo, dava seis horas, pra casa.*

O discurso negativo do outro genitor em seu papel parental é influenciado por questões ainda ligadas à conjugalidade. Essa desqualificação além de aumentar e privilegiar o conflito conjugal, traz um contexto de desproteção aos filhos em comum, pois transmite uma visão desvalorizada de uma significativa autoridade parental. Isso demonstra uma dificuldade dos pais em priorizarem o bem-estar e o interesse superior das crianças, podendo prejudicar seu desenvolvimento e ampliar os conflitos e a situação de crise promovida pela separação dos pais (Juras & Costa, 2011b; Lima & Campos, 2003; Mitcham-Smith & Henry, 2007).

b) Ensaaios de diferenciação dos papéis parentais e conjugais

Como todo processo humano e familiar carrega pontos contraditórios e paradoxais, analisaram-se ao longo das entrevistas alguns momentos em que se pode observar a diferenciação entre os papéis parentais e conjugais. Ainda que se compreenda a necessidade de afastamento em razão do término da conjugalidade, a presença dos filhos perpetua o relacionamento parental.

Antônia: Eu vi que no começo ela ficou meio revoltada com ele, sabe? Mas eu sempre conversando “Alice, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Não tem nada a ver! É seu pai! Querendo ou não, ele é seu pai”. Ela ficou com ciúmes porque ele arrumou mulher, filho e tudo.

Bruno: Estar ali na corda bamba de ter um certo vínculo, porque ela é mãe do meu filho, eu vou conviver com ela vida toda, mas, por outro lado, eu quero uma certa distância, entendeu?

Fátima: A gente tem um relacionamento saudável, mas no início não foi assim, foi bem bravo. Ai... Mas a questão da gente conversar e tudo, a gente chegou em um acordo.

Outro aspecto significativo foi a qualificação do outro genitor no papel parental, reconhecendo ações de cuidado em relação aos filhos: *Cláudio: É uma excelente mãe. /*

Fátima: Ele é nota dez, sempre foi, mas agora ele está sendo bem mais.

É fundamental no processo de separação conjugal a diferenciação dos papéis conjugais e parentais, compreendendo a finalização da conjugalidade e mantendo a relação parental. Isso demonstra um amadurecimento parental e promove uma separação mais saudável para todos os membros da família, especialmente aos filhos, que devem manter a convivência familiar com ambos genitores e suas famílias extensas. A priorização do bem-estar e do interesse superior das crianças e adolescentes, bem como um relacionamento que possui fronteiras nítidas após a separação favorecem um maior envolvimento de ambos os pais no cuidado das necessidades

psicológicas, afetivas, de proteção e sustento dos filhos (Castillo, 2010; Emery, 2012; Juras & Costa, 2010).

Isso demonstra que as famílias, ainda que passando por dificuldades, possuem recursos próprios que contribuem para o cuidado dos filhos. As famílias que se separam mostram-se geralmente resilientes no processo de mudança e readaptação a nova realidade. Essa resiliência fortalece-se com as tentativas dos pais e filhos em criarem relacionamentos construtivos e de apoio ao longo de seu desenvolvimento (Greene et al., 2012; Juras & Costa, 2010).

Na atuação profissional, deve-se manter atento para esses momentos de potencialidade que surgem eventualmente em discursos muitas vezes voltados para os problemas. Focalizar os recursos já existentes nas relações familiares e sociais contribui para a construção de perspectivas futuras mais positivas (Rasera & Japur, 2004). Mesmo em situações de divórcios destrutivos que se perpetuam por anos, é possível encontrar pequenos elementos que se escondem atrás das narrativas de violência e conflito (Juras, 2009).

Síntese do primeiro grupo de resultados

Em suma, observou-se que o processo de distinção entre os papéis conjugais e parentais ocorre de maneira paradoxal, contraditória, dialógica e recursiva, com tentativas de diferenciação, bem como constantes recuos para aspectos da conjugalidade ao longo do tempo. A dialógica e a recursividade se mostraram fundamentais para a compreensão sistêmica e complexa do que foi analisado neste grupo de resultados. A dialógica permite conceber as contradições que permeiam o mesmo fenômeno complexo e a recursividade refere-se à constante interação e retroalimentação entre produtos e efeitos como causadores e produtores do processo de desenvolvimento (Esteves de Vasconcellos, 2003; Morin, 2003). Neste sentido, o fenômeno das dissoluções conjugais analisado no presente trabalho evidenciou a importância de se considerar as contradições presentes nesse processo de transição familiar.

Ademais, a evolução e a construção dos sistemas vivos ocorrem por meio de processos paradoxais de ordem, desordem e organização (Morin, 2003). A transição de uma família casada para uma família separada em que se encontram os participantes é um momento de reorganização de papéis e funções. Ao longo do tempo, são esperados movimentos que impulsionam a mudança familiar, assim como outros que visam retornar à homeostase já conhecida, ainda que disfuncional (Bowen, 1991).

Por fim, o contexto das famílias separadas de baixa renda deve ser enfatizado e pesquisado, a fim de se conhecer e compreender suas realidades, e também de denunciar e publicizar suas dificuldades e competências (Costa, 2008; Minuchin et al., 2011). Os conteúdos relacionados aos núcleos temáticos convergem com outras realidades familiares de acordo com a literatura. Retorno à conjugalidade, sentimentos e luto da separação, processo de triangulação dos filhos, de familiares e da Justiça, confusões e diferenciações dos papéis parentais e conjugais são aspectos destacados na literatura sobre famílias separadas e divorciadas.

Entretanto, algumas especificidades da forma com que as famílias de baixa renda se organizam devem ser ressaltadas. O encurtamento no ciclo de vida familiar, a participação mais ativa das avós, as revelações recorrentes de situações de violência doméstica, a informalidade presente nas uniões conjugais e as questões relacionadas à concretude da vida familiar e social são dimensões significativas nas famílias separadas de baixa renda. Ressalta-se que essas questões não se relacionam diretamente ou de maneira causal com o contexto de pobreza, mas eles estão dialeticamente e recursivamente implicados. O sentimento de impotência e desespero diante das vulnerabilidades e as múltiplas crises decorrentes de rompimentos e transições constantes são fatores que contribuem para situações de violência e fronteiras intra e extra familiares emaranhadas (Minuchin et al., 2011).

GRUPO DE RESULTADOS 2: ENTREVISTAS GRUPAIS

O segundo grupo de resultados foi construído a partir dos encontros psicossociais grupais, por meio das entrevistas transcritas e do material produzido durante as sessões. A análise temática também foi utilizada neste grupo de resultados (Minayo, 2008). Entretanto, diferentemente da análise realizada no primeiro grupo de resultados, em que foram priorizadas as falas e os conteúdos trazidos individualmente pelos participantes, neste momento, buscou-se privilegiar os processos conversacionais entre os participantes ao longo das sessões grupais.

Inicialmente, foi realizada análise prévia do material por meio de leitura flutuante dos resultados. Após essa leitura, buscou-se organizar a elevada quantidade de resultados em um instrumento em formato de tabela, na qual as linhas eram formadas pelos objetivos e temas mais relevantes ao objeto da tese e as colunas pelas sete sessões grupais. Essa tabela foi preenchida com trechos de falas e interações selecionados de acordo com cada tema. Em seguida, os temas foram agrupados em núcleos temáticos e o conteúdo das falas e interações dos participantes foram sintetizados, resultando na Tabela 2. Os núcleos temáticos construídos foram: 1) processo e construção grupal, 2) temas dos diálogos, 3) provocações/intervenções e respectivas reações, e 4) avanços na diferenciação dos papéis conjugais e parentais. Finalmente, foi feito o tratamento dos resultados de maneira conjunta, agrupando os núcleos de cada sessão e realizando interpretação à luz da literatura ao longo das sete sessões. Abaixo são apresentados os núcleos temáticos com o desenvolvimento das sete sessões em cada núcleo.

Tabela 2.

Instrumento do segundo grupo de resultados

	SESSÃO 1	SESSÃO 2	SESSÃO 3	SESSÃO 4	SESSÃO 5	SESSÃO 6	SESSÃO 7
Objetivo previsto	Apresentação e compartilhamento das vivências diante da separação conjugal recente	Vivenciar um ritual do término da relação conjugal, ressaltando os aprendizados que a relação trouxe para o participante e sua família	Diferenciar a conjugalidade da parentalidade e compreender a importância de estabelecer uma coparentalidade no cuidado e educação dos filhos	Refletir sobre a comunicação que estabelecem com pessoas com quem convivem e com o ex-cônjuge	Analisar os aspectos transgeracionais que se repetem na forma de lidar com a conjugalidade e a parentalidade	Buscar apoio social na família e na comunidade	Avaliar o processo grupal e as influências deste na diferenciação da conjugalidade e parentalidade
Objetivo realizado		Discussão livre e comunicação com ex cônjuge	Vivenciar um ritual do término da relação conjugal, ressaltando os aprendizados que a relação trouxe para o participante e sua família	Diferenciar a conjugalidade da parentalidade e compreender a importância de estabelecer uma co-parentalidade no cuidado e educação dos filhos			
Núcleo temático 1: Processo e construções grupais	Construção de um contexto de aceitação, confiança e empatia entre os participantes	Referências à sessão anterior; Participantes em momentos diferentes no processo de coesão grupal.	Interação grupal ainda motivada pela pesquisadora com maior entrosamento ao final da sessão; Referências a sessões anteriores; Comentários de incentivo entre os participantes.	Interações grupais mais espontâneas, com maior coesão e estabilidade grupal; referências à sessões e comentários anteriores.	Continuidade do processo de coesão grupal e manutenção das interações espontâneas entre os participantes; maior interesse sobre a fala do outro participante.	Interação grupal vívida e organizada; ampliação dos diálogos entre os participantes.	Diálogos e interação entre Antônia e Bruno mais fluidos e longos a respeito do tema da separação; feedback sobre o outro entre participantes.
Núcleo temático 2:	Repetitivos em relação às entrevistas	Ainda repetições sobre assuntos relacionados às	Ainda repetições de assuntos anteriores (triangulação dos	Principal tema voltado para os filhos, mas ainda	Histórias da família de origem, diminuição	Redes sociais: família,	Temas sobre a situação de separação

Temas dos diálogos	individuais (conjugalidade, confusões de papéis, triangulação, sentimentos relacionados à separação); tema sobre definição de família.	entrevistas individuais; Tema sobre relações com filhos de outras uniões.	filhos, desqualificação do ex-cônjuge, sentimentos ainda presentes); tema sobre desafios da monoparentalidade.	surgem repetições sobre sentimentos, conflitos conjugais e questões de gênero; discussão sobre guarda compartilhada.	considerável dos temas repetitivos.	trabalho, amigos; mínimas referências aos temas repetitivos.	(transformações e desafios)
Núcleo temático 3: Intervenções e reações	Intervenções sob forma de perguntas com objetivo de incluir outras perspectivas; reações dos participantes de retroalimentação ao passado	Intervenções em direção ao objetivo da sessão não foram aceitas pelos participantes.	Poema “O Laço e o Abraço”, cremação do laço conjugal; discussão sobre aprendizados com a união	Intervenção utilizando as metáforas mala, bala e cola sobre os filhos; participantes integraram no discurso esses papéis que os filhos podem assumir durante uma separação.	Música “Como Nossos Pais” e colagem no genograma; reflexões sobre aprendizados transgeracionais; compreender importância dos pais na vida dos filhos.	Construção individual do mapa de redes; discussão conjunta; reflexão do grupo sobre a importância das pessoas presentes em sua rede social.	Avaliação sobre o processo grupal e intervenções realizadas pelo próprio grupo de maneira fluida e integrada.
Núcleo temático 4: Iniciações de mudanças para a diferenciação dos papéis conjugais e parentais	Iniciação de um avanço com perspectiva de um futuro melhor	Relatos de impactos da sessão anterior na diminuição dos conflitos e na diminuição do sentimento de raiva	Priorização do interesse superior do filho e favorecimento do contato da criança com ambos os núcleos familiares; diminuição do sentimento de raiva e do conflito conjugal	Mudanças recursivas e paradoxais, com avanços e recuos; maior expressão da diferenciação dos papéis parentais e conjugais.	Compreendem importância do ex-cônjuge na vida dos filhos, mas se distanciam e ainda manifestam conflitos conjugais.	Diminuição dos conflitos conjugais e familiares	Diminuição do conflito conjugal; avanços significativos na diferenciação conjugal e parental; soluções próprias para seus problemas; perspectiva de futuro.

O planejamento de cada sessão e os objetivos previstos foram modificados ao longo do processo grupal, conforme se pode observar na Tabela 2. É esperado ocorrer essa revisão, uma vez que adaptações são necessárias à medida que o grupo vai sendo construído. Ausências de participantes convidados, atrasos significativos para chegar às sessões, diálogos distantes do objetivo da sessão e diferentes expectativas quanto aos objetivos do grupo são aspectos que foram relevantes na condução e modificação das sete sessões realizadas. Algumas atividades previstas ficaram prejudicadas em algumas sessões, sendo necessária uma reorganização diante da realidade apresentada. Entretanto, considera-se que os objetivos iniciais, ainda que adiados, foram mantidos e alcançados ao longo do processo da pesquisa-ação.

Núcleo Temático 1) Processo e construção grupal

“O que você acha?”

O momento inicial do grupo de ambientação, apresentação e construção de novos relacionamentos é fundamental no processo grupal. Neste sentido, a primeira sessão tinha como objetivo a apresentação e integração dos participantes a partir do compartilhamento de suas vivências em relação ao processo de separação com filhos pequenos. As interações grupais aconteceram com os participantes se apresentando entre si, de forma que eles repetiram assuntos que já haviam sido compartilhados em suas respectivas entrevistas individuais. Essa repetição aconteceu de maneira mais forte ao longo das três primeiras sessões, demonstrando que os participantes continuavam vinculados ao relacionamento conjugal, ao processo de triangulação dos filhos, das avós e da Justiça e aos sentimentos de tristeza, mágoa e raiva relacionados ao processo de separação.

Essa etapa de apresentação propiciou um contexto de aceitação, concordância e empatia com o outro e está relacionada com a construção da coesão grupal, que consiste em uma tendência dos participantes em se manterem unidos diante de objetivos comuns. Esse processo ocorre de maneira complexa, dinâmica e variável ao longo do tempo e depende do

estabelecimento de relações de confiança e afinidade entre os membros do grupo (Valle Faggiani, Fogaça, & Pires, 2008). A construção da coesão grupal na presente pesquisa-ação ocorreu de maneira mais intensa até o terceiro encontro. As interações grupais nessas primeiras sessões foram incentivadas e facilitadas pela equipe de pesquisadores. Especialmente a partir da quarta sessão, os participantes passaram a interagir de maneira mais espontânea, demonstrando maior coesão e estabilidade grupal (Melo, Maia Filho, & Chaves, 2014). Na sexta sessão, Antônia e Bruno passaram a interagir de maneira mais vívida e auto-organizada com menor interferência da equipe de pesquisa. Finalmente, na última sessão, os participantes construíram longos diálogos voltados à experiência da separação, demonstrando o alcance do objetivo grupal.

Os grupos são formados a partir de relações e interações em torno de um ou mais objetivos comuns que vão se desenvolvendo ao longo do tempo. O processo de formação e desenvolvimento grupal acontece em etapas, mas não finalizam totalmente, pois ocorrem de maneira dialética e recursiva. Inicialmente, o grupo passa por uma fase de aglutinação, em que os membros do grupo ainda possuem baixa vinculação e interação, sendo necessária a construção de um ambiente confortável e favorável à inclusão, empatia e respeito. Após essa fase, o grupo vai construindo uma identidade de semelhanças e abrindo possibilidades para também conter as diferenças, em que os membros se sentem participantes e mais coesos em relação ao objetivo compartilhado. Após um período de convivência, o grupo vai se institucionalizando e tornando comuns e repetitivos os padrões de resposta (Melo et al., 2014).

Alguns componentes do processo grupal são significativos para entender seu desenvolvimento. A coesão e cooperação são elementos importantes para identidade do grupo e sua ação em direção a seus objetivos. As regras e normas funcionam como fronteiras e limites que regulam as expectativas em relação ao grupo. O *status* e o papel social de cada membro do grupo vão sendo delineados ao longo do tempo. Nesse processo, podem surgir diversos atores:

o porta-voz é aquele que protagoniza os desejos e anseios do grupo, o líder busca organizar e orientar as ideias individuais e grupais, o bode expiatório recebe a culpa pelos problemas e dificuldades grupais, e o sabotador representa as resistências individuais e grupais para a mudança. Ademais, o grupo não é fechado em si mesmo, mas relaciona-se com outros aspectos históricos, sociais e culturais que perpassam cada um de seus membros e o grupo como um todo (Guimarães & Carneiro, 2014; Melo et al., 2014).

A construção coletiva da coesão grupal ocorreu por meio de diálogos interessados e motivadores sobre a história do outro participante. Os membros do grupo constantemente formularam perguntas para conhecer melhor a história ou opinião do outro, criando um espaço empático a partir de vivências e pensamentos semelhantes. Bruno: “*E você, Antônia? O que é que você acha?*” (Sessão 4). Ademais, houve momentos de valorização entre os participantes às tomadas de decisão realizadas por eles. Exemplo disso foi quando, na quarta sessão, Antônia valorizou a decisão de Bruno em assumir os cuidados com o filho, abrindo mão de seu emprego naquele momento. Esse suporte oferecido pelo grupo, bem como comentários sobre sua nova realidade reverberaram nas reflexões de Bruno até a última sessão, demonstrando a importância do grupo para compreender os desafios existentes no cuidado de Benito.

Outro aspecto importante da coesão grupal relaciona-se com os momentos de referência ao que o outro participante disse em uma sessão, o que ocorreu ao longo de todas as sessões, como pode ser observado na seguinte fala: Bruno: “*Você tem que ser, igual ela falou, pelos filhos*” (Sessão 1). Os participantes também fizeram referência ao conteúdo de sessões anteriores, como Bruno na Sessão 3: “*Porque assim, eu não sei se você lembra uma coisa que a gente conversou...*”. Essa inclusão das ideias e falas do outro na verbalização de cada participante reflete a construção do processo de coesão grupal, em que os participantes começam a se sentir incluídos diante do mesmo objetivo grupal. Da mesma maneira, relembrar conteúdos que foram compartilhados em sessões anteriores também reforça a continuidade dos

diálogos, a conexão entre os temas discutidos e o movimento do grupo rumo a um objetivo comum.

Também foram observadas situações em que os participantes falavam em nome do grupo e não apenas de maneira individualizada. Antônia: “*Aí a gente não sente o chão mais, é como se a gente estivesse perdido, assim, né?*” (Sessão 1). Essa mudança no discurso dos participantes é significativa para o processo grupal, uma vez que partir da história particular em direção à história coletiva reforça a formação do vínculo grupal. Essa percepção de interdependência inclui o outro participante como forma de acesso ao objetivo do grupo (Guimarães & Carneiro, 2014).

O compartilhamento de experiências relacionadas ao processo de separação conjugal, de maneira semelhante, mas também diversa, contribui para a normalização de situações que geralmente são vivenciadas de forma individualizada e isolada. Já na primeira sessão, os participantes compartilharam vivências semelhantes, como é o caso das diversas tentativas em manter a união conjugal, especialmente em prol dos filhos, como observado no diálogo a seguir:

Bruno: *Você pensa muito mais pela criança do que por você, porque você sabe que a criança precisa do outro, mas uma coisa que eu aprendi, não sei você, não adianta.*

Antônia: *Mas depois que a gente passa por tudo isso que a gente vê que não adianta.*

Ver sua experiência representada no discurso do outro empodera os participantes em suas vidas. A separação conjugal tende a ser um processo que culpabiliza e isola os pais nessa decisão. Poder contar com um grupo de apoio que legitime essa decisão como uma atitude necessária naquele momento pode trazer mais força para seguir adiante. Ademais, o compartilhamento de sofrimentos semelhantes contribui para a normalização do processo de separação conjugal (Rapizo, 2013). Um dos movimentos grupais refere-se ao atendimento da necessidade de afeição, ou seja, de estabelecer relações interpessoais afetivas no grupo (Melo et al., 2014). Como Guimarães e Carneiro (2014) também encontraram, os participantes deste

grupo demonstraram sentimento de solidariedade em relação ao outro, construindo um ambiente favorável para as demais sessões e contribuindo para a manutenção do grupo. Ainda que em menor intensidade, houve também momentos de diferenças de opiniões, havendo respeito e abertura grupal para trazer ideias diferentes.

A diversidade de gênero dos participantes presentes no contexto grupal contribuiu na pluralidade de perspectivas de pais e mães separados. Por um lado, os próprios participantes ressaltavam as diferenças de gênero, se colocando de maneira diferente por ser homem ou mulher. Por algumas vezes, Bruno protagonizou os homens separados que ficam sem acesso aos filhos. Por sua vez, Antônia posicionou-se diante de Bruno como representante das mães separadas que devem favorecer os contatos entre os filhos e os pais. Esse processo complementar trouxe riqueza nas discussões, favorecido pela inclusão de homens e mulheres em um mesmo grupo. Verificou-se que os papéis sociais de gênero atravessaram o discurso dos participantes em relação a si e ao outro, como também observaram Guimarães e Carneiro (2014) e Rapizo (2013).

Em contraposição a essas diferenças, também houve momentos em que os participantes minimizaram as diferenças de gênero e colocaram-se em posições simétricas. Essa não diferenciação também faz parte do processo de integração grupal, de minimizar as diferenças e potencializar as semelhanças, que contribuem para o sentimento de pertencimento ao grupo. Ao longo das sessões, especialmente a partir da quarta, as discussões acerca das diferenças de gênero foram menos frequentes, sendo que os participantes buscaram privilegiar os aspectos semelhantes entre homens e mulheres em relação à separação e aos filhos.

Foi interessante também notar que, a partir da construção da estabilidade grupal após a quarta sessão, os encontros passaram a acontecer de forma mais curta e objetiva à finalidade prevista para aquela sessão. Quando os participantes já estão mais adaptados ao processo grupal

e as expectativas encontram-se mais afinadas, a *performance* do grupo ocorre de maneira mais assertiva e eficaz em direção aos objetivos grupais (Evans & Dion, 2012).

Com a avaliação grupal realizada na última sessão, os participantes engajaram-se em ricas discussões sintetizando as construções singulares e coletivas sobre as experiências de separação com filhos pequenos, ampliando suas compreensões sobre o fenômeno. Nesse momento, houve espaço também para realização de *feedbacks* entre os participantes, como pode ser observado na fala de Antônia: “*Mas você pode ver que o Bruno, não sei, mas eu percebo, ele tá mais seguro. Ele tá mais firme. Quando ele chegou, você lembra, ele parecia que tinha muito medo. O jeito de ele falar assim.*” A aproximação ao fim do grupo favorece o surgimento de momentos afetivos entre os seus membros, a partir de avaliações e *feedbacks* em relação ao que foi vivido e construído coletivamente (Melo et al., 2014).

É importante ainda mencionar os desafios na construção do processo grupal. A participação de Cláudio apenas durante duas sessões e a sua saída justificada do grupo trouxeram algumas reflexões sobre a forma dinâmica e instável do processo grupal. Cláudio mostrou-se pouco aberto para escutar tanto perspectivas convergentes quanto as divergentes da sua. Ao longo das sessões em que participou, este participante enfatizou suas questões individuais, especialmente no que se refere às diferenças de gênero. Ademais, ele mencionou na segunda sessão e posteriormente por meio de trocas de mensagem com a coordenadora da pesquisa que não se sentia à vontade para aprofundar algumas questões de sua vida no contexto grupal, especialmente com a presença de mulheres: “*Mas eu acredito que individualmente seria mais fácil você arrancar da pessoa aquilo que ela, até pro seu estudo, aquilo que realmente acontece com a pessoa, né.*” A crítica de Cláudio foi acolhida, tendo sido oferecido espaço individual para ele, ao qual ele não compareceu.

Acredita-se que o almejo por uma atenção mais individualizada esteja relacionado ao fato de o grupo não ter construído relações de afeto e confiança entre seus membros no início

do processo grupal. Essa passagem da confiança nos profissionais para a confiança no grupo é um desafio nas construções coletivas que são iniciadas por parte da equipe de pesquisadores e que precisam favorecer o processo de coesão grupal. Ademais, as demandas dos participantes mostravam-se diferentes dos objetivos para os quais o grupo foi formado. Essa conciliação e busca de um compartilhamento entre as demandas dos participantes e da equipe de pesquisa é processo comum no contexto psicossocial, que precisa identificar as necessidades das famílias e reformular seus parâmetros de análise ao longo do tempo (Costa, Penso, & Conceição, 2015).

Além disso, a saída de Cláudio do grupo pode estar relacionada ao não atendimento de suas necessidades no contexto grupal, de intervenções de cunho mais mandatório. Ademais, não houve interdependência dele com os demais membros do grupo, tendo ele se voltado mais para receber intervenções por parte da coordenadora, que por ser psicóloga, ele acreditava ter as respostas para seus problemas. De acordo com Melo et al. (2014), avalia-se, ainda, que este participante não se sentiu incluído no grupo, além de suas necessidades de controle e afeição também não terem sido atendidas, ao que parece, levando-o a não mais retornar aos encontros grupais.

Núcleo Temático 2) Temas dos diálogos

“Vamos falar sobre isso até cansar!”

Houve uma continuidade no desenvolvimento dos temas dialogados entre os participantes ao longo das sessões grupais. Nas primeiras três sessões, houve um processo majoritário de repetição dos temas das entrevistas individuais relacionados ao processo de separação conjugal. O retorno à conjugalidade e aos conflitos, desqualificação do ex-cônjuge no papel parental, luto pela separação, sentimentos de raiva, mágoa e frustração e triangulação dos filhos, familiares e Justiça foram os principais conteúdos das interações grupais nas primeiras sessões. Uma fala de Bruno na terceira sessão é representativa desse retorno à

conjugalidade e desqualificações parentais: "*Minha visão assim em relação a ela [ex-companheira] é tão negativa.*" Esses retornos individuais e grupais às histórias passadas são processos esperados no início do grupo e estão relacionados à manutenção da homeostase familiar. O medo do desconhecido e da mudança, ainda que necessário ao desenvolvimento, mantém as famílias em seus padrões homeostáticos repetitivos (Melo et al., 2014).

Como foi visto, na terceira sessão agendada com os sete participantes, nenhum deles compareceu, demonstrando uma não adesão ao processo grupal até esse momento e uma quebra nesse processo. A terceira sessão somente aconteceu após um intervalo de tempo maior que os demais encontros. Foi a partir dessa sessão que Antônia e Bruno retomaram o processo de coesão grupal, resgatando um momento em que os participantes estavam se conhecendo, recorrendo a histórias do passado. No início do processo grupal, portanto, ficou evidente que os participantes ainda se encontravam em situação de confusão de papéis parentais e conjugais, influenciada por conflitos familiares e sentimentos negativos ainda existentes após a separação.

Ainda que de forma menos intensa, durante essas primeiras sessões, houve espaço para o desenvolvimento de outros temas, favorecidos tanto pelo movimento grupal, como também a partir de intervenções da equipe de pesquisa orientadas pelos objetivos de cada sessão e da pesquisa, no sentido de ampliar as discussões. Na primeira sessão, o grupo discutiu sobre a compreensão de cada um sobre a definição de família a partir de suas vivências. Houve uma construção coletiva de que família são aquelas pessoas com quem você pode contar, que te oferecem suporte e com as quais há vínculo de preocupação e cuidado. Houve priorização da família nuclear em detrimento da família extensa que, embora bastante importante e participativa, parece ficar em segundo plano.

Foi interessante notar também diferenças nas pessoas incluídas como parte da família nuclear dos participantes. Enquanto Bruno considerou sua família apenas ele e seu filho, Antônia incluiu suas filhas, seu genro e neto, e Cláudio incluiu seu filho, sua ex-esposa e os

enteados, como demonstrado nos desenhos (Anexo XIV). Essa diversidade na composição familiar revela a complexidade presente nas organizações e configurações familiares após a separação, convergindo com reflexões contemporâneas sobre famílias (Osório, 2011).

É fundamental os profissionais adotarem uma visão ampla e complexa sobre suas definições de famílias, pois entendimentos limitados e conservadores podem levar a julgamentos moralistas e destrutivos, especialmente no caso de famílias pobres. A complexidade e diversidade presente nessas famílias frequentemente promove um estranhamento nos profissionais, que acabam por excluir pessoas importantes no cenário familiar e comunitário. Essa ampliação de visão pode aumentar as possibilidades de recursos e soluções presentes no próprio contexto familiar e social (Minuchin et al., 2011; Yunes, Garcia, & Albuquerque, 2007).

A segunda sessão foi marcada por poucas interações grupais, mas o tema sobre os desafios do recasamento contribuiu para um maior envolvimento entre Antônia e Cláudio nessa sessão. O compartilhamento dessa experiência favoreceu o interesse de Cláudio sobre a história de Antônia e a construção de diálogo a partir disso. De forma semelhante, o tema da monoparentalidade e os desafios do cuidado com os filhos sem a presença do outro genitor contribuiu para a interação entre Antônia e Bruno na terceira sessão. Segundo os participantes, essa organização familiar por um lado dificulta os cuidados das crianças pequenas que exigem atenção constante, especialmente no caso de Benito que tem apenas três anos de idade, mas por outro lado facilita a educação, por não ter que conciliar os comandos com o outro genitor que possui entendimento e valores diferentes. Antônia verbalizou que prefere cuidar sozinha dos filhos, pois os cuidados que o marido geralmente demanda em uma união sobrecarregam ainda mais a mulher.

Esses temas são representativos da importância do compartilhamento de experiências e dos desafios presentes nas situações de separação e novas uniões conjugais. Segundo Cano et

al. (2009), os divórcios e os recasamentos são mudanças no ciclo de vida familiar que alteram significativamente a dinâmica e a estrutura familiar, trazendo novos desafios aos seus membros. A saída de um dos genitores após uma separação geralmente impõe dificuldades no cuidado com os filhos e com necessidade de sobrevivência, especialmente quando não há o apoio do genitor não guardião. Famílias de baixa renda que possuem poucos recursos financeiros e estruturais de atenção a crianças sofrem ainda mais impactos negativos nessa organização familiar. É significativa a parcela das famílias brasileiras chefiadas por mulheres no Brasil, sendo mais prevalente nas regiões mais pobres. Diante dessa realidade, é fundamental a articulação de políticas públicas que promovam a autonomia e garantam os direitos dessas famílias, no sentido de incluí-las não apenas em programas de distribuição de renda, mas também de acesso a bens e serviços sociais (Costa & Marra, 2013; Yunes et al., 2007).

Com maior coesão grupal a partir da quarta sessão, os temas repetitivos diminuíram de intensidade, abrindo espaço para outras discussões relevantes para famílias separadas. Na quarta sessão, as interações e diálogos grupais voltaram-se principalmente para a priorização do interesse e bem-estar dos filhos. Os participantes mostraram-se sensíveis a compreender a percepção dos filhos acerca dos conflitos familiares, refletindo sobre as triangulações dos filhos na situação de separação. Considera-se que esse seja um aspecto fundamental no trabalho de sensibilização com pais e mães separados, a fim de diminuir o sofrimento dos filhos nesses contextos (Grzybowski & Wagner, 2010).

Ainda nessa sessão, os participantes discutiram sobre guarda compartilhada e guarda alternada e demonstraram confusões a respeito desses institutos, que foram esclarecidos pela equipe de pesquisa. A guarda compartilhada é um modelo de guarda bastante recente no ordenamento jurídico brasileiro, sendo comuns as imprecisões sobre esse conceito. Esse tipo de guarda tem como objetivo principal a responsabilização conjunta dos genitores pelos filhos, enquanto a guarda alternada é a criança morar períodos de tempo iguais com seus

genitores. A principal diferença refere-se ao foco no compartilhamento da educação e decisões com o ex-cônjuge, construindo um relacionamento coparental no caso da guarda compartilhada, enquanto o outro modelo enfatiza a divisão do tempo da criança de forma igualitária entre os genitores (Gadoni-Costa, Frizzo, & Lopes, 2015). O termo coparentalidade refere-se ao relacionamento entre o par parental no compartilhamento de responsabilidades no cuidado e educação dos filhos em comum, mesmo após estarem divorciados (Grzybowski & Wagner, 2010). Percebeu-se que os participantes demonstraram dificuldades no estabelecimento desse relacionamento coparental com seus ex-companheiros, ainda presos em uma perspectiva individual de cuidado com os filhos.

Na quinta sessão, motivados pelas discussões acerca dos aspectos transgeracionais que impactam na conjugalidade e na parentalidade, os participantes lembraram histórias familiares relacionadas à infância, repetição de separações familiares por morte, afastamento e divórcio. Antônia lembrou sua infância no contexto rural e de como aprendeu a cuidar de si desde cedo em razão de mortes prematuras de seus pais. Bruno compartilhou sobre a separação de seus pais e as lealdades dos irmãos em relação a um dos genitores ao longo do tempo.

Antônia: Eu fui criada sem pai e sem mãe. E eu nunca tinha vontade de casar, eu sempre tive medo do casamento.

Bruno: Você tira como referência os meus pais. Meus pais foram separados né, mas meu pai separou da minha mãe eu tinha doze anos, eu era o caçula, eram seis e eu era caçula ali.

As famílias em situação de pobreza são frequentemente marcadas por exclusões sociais e processos de rupturas e, com isso, desenvolvem estratégias de sobrevivência (Minuchin et al., 2011; Greene et al., 2012). A vivência de significativas mortes prematuras, como de pai e mãe na infância, pode trazer perturbações ao equilíbrio do sistema familiar. Essas perdas importantes podem promover o que Bowen (1991) denomina de onda de choque emocional, quando a família como um todo é afetada em sua rede subterrânea emocional, prejudicando os processos

de vinculação e pertencimento familiar. O medo mencionado por Antônia em relação ao casamento parece estar relacionado às ansiedades paradoxais de pertencimento e separação diante de relacionamentos afetivos. Ademais, a vivência de separações conjugais de forma transgeracional também pode influenciar na formação das relações afetivas das gerações seguintes. As pessoas tendem a buscar relações semelhantes à de seus genitores no sentido de obedecer a um padrão familiar conhecido (Ribeiro & Albuquerque, 2008; Juras & Costa, 2010). Bruno parece repetir a história familiar de seus pais, quando escolhe uma companheira semelhante à sua genitora e acaba também vivenciando uma situação de dissolução conjugal.

Na sexta sessão, o tema sobre redes sociais e a importância da família, dos amigos e do trabalho foram centrais nos diálogos criados. Os participantes iniciaram a sessão construindo individualmente seu mapa de redes (Anexo XV), seguido por uma discussão conjunta sobre o suporte recebido por membros da família, comunidade e instituições. As principais fontes de apoio mencionadas são de pessoas da família, amigos e do trabalho. No quadrante da família, os filhos assumiram um papel principal, estando muito próximos dos participantes. Antônia: *“O menino dele é muito apegado com ele, igual a Alice é apegada comigo.”* É interessante visualizar a centralidade que os filhos assumem após uma separação conjugal. Ainda que a organização familiar com filhos pequenos geralmente foque sua atenção neles também nas famílias casadas, a saída de um dos genitores parece promover maior vinculação dos filhos com os pais residentes (Grzybowski & Wagner, 2010; Rapizo, 2013).

Outros familiares da família de origem e extensa também estiveram presentes nos diversos níveis do respectivo quadrante. Entretanto, os ex-cônjuges saíram do mapa de rede social, o que é comum de acontecer após uma separação (Sluzki, 1997). Antônia foi mais assertiva e excluiu o ex-companheiro do seu mapa. Por sua vez, Bruno refletiu sobre a incerteza em como classificar a ex-companheira, pois não a considera como família, nem amiga. Esse não lugar social do ex-cônjuge após a separação traz um empecilho para o processo de

diferenciação conjugal e parental, uma vez que a própria cultura parece excluir a necessidade da continuidade dessa relação, mesmo enquanto pais. Isso fica demonstrado quando Antônia afirma não ter contato com o ex-companheiro, apenas em situações excepcionais, minimizando a importância dessa comunicação em prol da filha em comum.

De forma a tentar solucionar esse dilema, Bruno compara a relação que possui atualmente com a ex-companheira com uma relação profissional. Essa saída pode ser interessante por diminuir o impacto das reações emotivas e ampliar o estabelecimento de limites, o que precisa acontecer após uma separação conjugal. Nem amigos perfeitos, nem inimigos ferozes; os pais precisam aprender a se relacionar como colegas cooperadores a fim de tratar de forma conjunta decisões relacionadas aos filhos em comum (Ahrons, 1995).

Os participantes relataram ainda os movimentos presentes nas redes sociais, especialmente em razão das mudanças familiares, como casamento, nascimento dos filhos e separação. Eles consideram que houve maior impacto, com distanciamento nas relações sociais, após a união conjugal e nascimento dos filhos. Antônia: "*Depois que casa, que tem filho, o tempo da gente fica pouco.*" Entretanto, eles afirmaram algumas alterações após a separação, como maior aproximação de alguns amigos antes afastados durante a união. Esses movimentos também são apontados pela literatura (Sluzki, 1997).

No quadrante de instituições, ambos participantes mencionaram a equipe de pesquisa como parte de sua rede de apoio. Antônia: "*No momento, com instituições, eu só tô contando com vocês né, porque vocês me ajudam.*" Tal reconhecimento refletiu a importância de um espaço de escuta e diálogos após uma separação conjugal. Outras instituições, como a Justiça, ficaram ausentes no mapa de redes dos participantes, demonstrando a ineficiência e escassez de serviços oferecidos para essa população (Juras, 2009; Rapizo, 2012).

Finalmente na última sessão, as discussões retomaram a situação de separação conjugal, entretanto, com elaborações significativamente diferentes das primeiras sessões. Os

participantes demonstraram compreender de maneira mais ampla, crítica e menos emotiva o processo pelo qual passaram, dialogando sobre as mudanças nos sentimentos ao longo do tempo, a recursividade à conjugalidade, dificuldades de compartilhamento da educação dos filhos, pensão alimentícia e visitas aos filhos e descrédito com a Justiça brasileira.

Os participantes verbalizaram o quanto a vivência da separação gera sentimento de fracasso, de não pertencimento, de ser diferente. Esses sentimentos se transformam com o tempo, mas sensação de morte e perda ainda são presentes. Bruno ressalta esses aspectos de forma mais intensa, em razão de ter sido sua primeira separação conjugal: *“Isso que eu tô te falando, você quando casa, que nem eu pela primeira vez, é tipo um sonho, né. Você perde, digamos, a inocência.”*

Outro aspecto relevante da última sessão foi a nomeação do processo recursivo à conjugalidade pós-separação pelos próprios participantes. Esse tema consistiu em um dos núcleos temáticos do primeiro grupo de resultado, demonstrando a relevância desse tema para essas famílias. Antônia: *“A gente deita... pelo menos comigo, deita e fala assim, agora vou dormir. Só que se você acordar no meio da noite aquilo volta do mesmo jeito. / Bruno: Como se fosse uma agulha arranhada, né... um disco arranhado. Um vai e volta, vai e volta.”* O processo de identificação, nomeação e reflexão dos processos relacionais recursivos são fundamentais para o início do processo de mudança (Guimarães, 2015).

A triangulação com a Justiça também foi parte de outro núcleo temático nas entrevistas individuais e, no grupo, esse tema apareceu de maneira crítica no diálogo entre os participantes. A morosidade, a necessidade de documentações e provas e a minimização de suas causas pelos operadores jurídicos resultaram em sentimento de descrença e revolta com a Justiça brasileira. Essas questões também foram temas de outros grupos com pais e mães divorciados (Brito et al., 2010). Ainda hoje, o Direito é influenciado pelo paradigma positivista, cristalizando normas

e mecanismos de repressão que o distanciam das aspirações sociais de direitos, justiça e paz (Juras & Costa, 2011a).

Antônia: Acho que eles só procuram os casos mais graves, mas não vê aqueles que pra nós tem muita importância. Que pra mim isso é muito importante, né. Eu acho que eles ficam vendo, né, os mais assim, e deixa os outros pra lá. Acho que olham assim e falam, isso não tem importância nenhuma não, né... mas pra gente tem.

Bruno: Quando eu fui fazer a separação... aí eu cheguei... eu até pensei, eu falei, não, isso é fácil de resolver. Eu vou na defensoria mesmo. Mas olha, foi assim... digamos... além de não me ajudar, me atrapalhou.

Finalmente, temas como pensão alimentícia e visitação aos filhos também surgiram de maneira acentuada na sétima sessão. Houve um diálogo interessante sobre o não pagamento de pensão alimentícia pela mãe quando o filho está sob a responsabilidade do pai, como no caso de Bruno, ainda que estabelecido no acordo: *Bruno: Isso, é de que ela saiba que tem filho. Gente, eu pedi 200 reais. Ela não paga. Assim, mês passado ela pagou. Mas pagou assim, olha, eu tenho 100... aí depois eu tenho 20, eu tenho 40... aí foi indo desse jeito. Aí pagou. Aí esse mês ela falou, não vou pagar. Eu concordo e tal, beleza. Mas eu já sei que ela não quer pagar porque acho que ela acha um absurdo, ela pagar pensão.*

Antônia: Não é absurdo... o menino precisa.

Estudos norte-americanos sobre separação e divórcio afirmam que menos da metade dos genitores não residentes pagam o valor total determinado da pensão alimentícia. No caso de mães não residentes, elas são ainda menos propensas a pagar pensão alimentícia aos filhos (Greene et al., 2012).

A visitação dos filhos ao outro genitor também foi colocada como um problema aos participantes, afirmando que as crianças voltam das visitas com comportamentos diferentes, por receberem educações diferentes por parte dos genitores. Embora os pais sintam dificuldade com

esses momentos de transição, Greene et al. (2012) afirmam que contatos frequentes das crianças com os genitores não residentes impactam em maior número de comportamentos positivos e pro-sociais dos filhos.

Núcleo Temático 3) Intervenções e reações

“Eu nunca tinha pensado assim.”

No processo grupal e na pesquisa-ação, a equipe de pesquisadores realizou diversas intervenções e provocações a fim de promover a integração grupal, bem como questionar a homeostase diante do conflito conjugal no sentido de um processo de diferenciação dos papéis conjugais e parentais. Essas intervenções foram realizadas principalmente por meio de perguntas e atividades que visavam a promover reflexões sobre suas situações. Houve também intervenções do grupo direcionadas a um ou outro participante, buscando também trazer outras perspectivas sobre o problema.

Uma das intervenções realizada por um dos participantes já na primeira sessão foi quando Bruno refletiu junto ao grupo sobre o tema do perdão após a separação conjugal. Ainda que com sentimentos de raiva e mágoa presentes e a dificuldade de controle sobre eles, Bruno mencionou a necessidade de perdoar a ex-companheira, ainda que ela não tenha efetuado pedido de desculpas. Esse tema do perdão surgiu em diversos momentos ao longo daquela sessão e buscou-se refletir com Antônia sobre isso. Entretanto, ela se mostrava ainda muito vinculada aos sentimentos de raiva em relação ao ex-parceiro, dizendo não possuir condições para perdoá-lo. Considera-se também que os diferentes contextos de separação conjugal de Antônia e Bruno devem ser considerados. Enquanto Bruno saiu de casa e retornou à residência de sua mãe, Antônia continuava em situação incerta de estar morando na casa do ex-marido e com questões pendentes na Justiça relacionadas a isso. O contexto de violência sofrido por Antônia também pode ter contribuído para a intensidade desses sentimentos.

Ainda naquela sessão, uma intervenção da pesquisadora foi direcionada aos participantes se colocarem no lugar do ex-companheiro, no sentido de incluir outras perspectivas ao que estava sendo relatado. As reações de Antônia foram de se colocar no lugar de vítima e de minimizar as situações de conflito em que participou, considerando que foram reações a violências sofridas. Bruno, apesar de afirmar que também errou durante o relacionamento, minimizou suas ações diante da gravidade dos comportamentos da ex-companheira. Essas falas refletem ainda um momento de não responsabilização por suas ações, colocando no outro a responsabilidade pelos problemas conjugais. Acredita-se que esse tipo de intervenção é difícil de ser aceito no momento inicial do processo grupal, sendo necessário primeiro o acolhimento do sofrimento individual e grupal para, posteriormente, propor novas possibilidades.

A fim de promover a coesão grupal com a chegada de Cláudio, foi solicitado que os dois participantes que iniciaram a sessão juntos, Antônia e Bruno, se apresentassem um ao outro com base no que haviam escutado e compreendido até aquele momento, para o outro participante que chegou. Essa intervenção propiciou um momento de trocas de perspectiva, além de ter aproximado os participantes. Bruno evidenciou empatia ao contar sobre a história de Antônia e ela se emocionou ao ouvir sua história a partir da perspectiva do outro participante, trazendo um novo elemento de coesão grupal. Ouvir sobre si a partir da fala do outro pode propiciar maior compreensão sobre sua situação e incluir outros aspectos em seu discurso. O grupo é um contexto que favorece essas trocas e oportunidades de crescimento.

Ainda que a primeira sessão tivesse como objetivo principal a integração dos participantes, também houve espaço para intervenções. As reações dos participantes demonstraram mecanismos de retroalimentação aos conflitos conjugais, mas outras intervenções encontraram espaço favorável para incluir outros aspectos importantes para o processo de diferenciação dos papéis parentais e conjugais. Ainda que o tempo de separação

conjugal seja semelhante, os participantes evidenciaram estar em momentos distintos desse processo.

Na segunda sessão, a equipe de pesquisadores buscou em alguns momentos desenvolver alguns temas relacionados ao objetivo da sessão. Entretanto, os participantes voltavam ao tema anterior que estava sendo discutido, não ampliando a discussão. Tentou-se explorar com os participantes como acontece a comunicação atual com seus ex-companheiros e ambos foram curtos em suas respostas, afirmando não possuírem muito contato com eles. Rapidamente, o grupo retomou ao tema anterior. Posteriormente, buscou-se novamente ampliar sobre como se dá o processo de comunicação com outras pessoas, o que também não foi desenvolvido pelo grupo. Entende-se que o momento do processo grupal nesta sessão, ainda de construção da coesão grupal e estabelecimento de relações de confiança, não foi receptivo às intervenções propostas, o que é esperado em contextos psicossociais.

Algumas intervenções foram planejadas anteriormente, como é o caso da leitura do poema "O laço e o abraço" de Mário Quintana (Anexo XI) na terceira sessão. Essa intervenção proporcionou a discussão sobre a separação conjugal: Pesquisadora: *Vocês conseguiram desfazer esse laço, cada um ir pra um canto sem perder nenhum pedaço?*

Bruno: *Não, acho que não.*

Antônia: *Acho que nunca conseguiria. Tem uma coisa que eu não vou conseguir desfazer nunca, por que tem filhos entre os dois. Separa, mas continua...*

Foi interessante notar a compreensão de Antônia sobre a manutenção do vínculo com o ex-cônjuge quando se tem filhos. Além do laço parental, Antônia também conseguiu refletir sobre a necessidade do término do laço conjugal, mencionando os paradoxos ainda presentes em sua situação de ter-se separado, mas ainda viver no mesmo lote que o ex-companheiro: *"Eu desfiz o meu laço, mas mágoa ainda tem um bocado que ficou ainda. (...) Isso aqui só vai se desfazer quando eu sair de lá."* Essa fala é representativa da complexidade existente na

diferenciação dos papéis conjugais e parentais. Por um lado, a separação de fato ocorreu, mas questões emocionais e concretas que demandam tempo para serem dissolvidas permanecem pendentes (Cano et al., 2009; Grzybowski & Wagner, 2010).

A partir da leitura do poema, Bruno passou a falar mais de si e de como entende o seu processo de separação, diminuindo seu foco para outras pessoas, como a ex-companheira e o filho. A tomada de consciência sobre si mesmo e diminuição das referências aos outros atores envolvidos é um dos objetivos da ação psicossocial, pois contribui para a autonomia e a cidadania (Costa et al., 2015). Ademais, ambos participantes conseguiram mencionar aspectos positivos da união conjugal: Antônia aprendeu a dar mais valor a si própria e Bruno aprendeu a ficar mais atento aos sinais de defeito do outro. Bruno também diz que o filho foi algo positivo que surgiu do casamento: "*A parte boa foi meu filho, né*". Conseguir nomear aspectos positivos e aprendizados com o relacionamento conjugal contribui para a minimização de aspectos destrutivos em uma separação conjugal (Juras & Costa, 2010).

Na quarta sessão, foram realizadas intervenções utilizando as metáforas mala, bala e cola para representar triangulações dos filhos na separação dos pais (Cervený, 2006). Os participantes reagiram de modo a refletir sobre o lugar da criança na situação de separação, integrando este entendimento em seus discursos ao longo da sessão, especialmente por parte de Bruno: "*Porque, às vezes que nem essa história da mala né, aí tá falando isso, tá falando aquilo. Sabe essas coisas de fofoquinha, essas coisas de usar como arma, o filho, né, usar como cola, às vezes, né? Isso aí é são artifícios bem, são artifícios de pessoas assim bem, como se diz, bem assim desespero, não tem o que usar, vou usar meu filho um termo assim.*"

Por outro lado, Antônia parece colocar-se no lugar das crianças de maneira geral ao longo das sessões, mas não percebe que coloca sua filha Alice em situação de parentalização. Em vários momentos, Antônia afirmou os cuidados de sua filha com ela, bem como de delegar à criança as decisões de visitar ou não o pai. "*No meu ponto, eu deixo ela a vontade, né? (...)*

Ela tem a escolha dela pra fazer o que ela quiser." Ela também se referiu à metáfora de cola para afirmar que a separação a tornou ainda mais próxima da filha. A centralidade que Alice assume na vida dessa participante e as delegações de decisões na criança, colocam a infante em posição de maturidade inadequada para sua idade, ficando em situação de parentalização e prejudicando seu desenvolvimento, como já apontado por Juras e Costa (2010).

A música "Como nossos pais", de Belchior (1976; Anexo XII), interpretada por Elis Regina, foi apresentada na quinta sessão de maneira a refletir sobre os aspectos transgeracionais. Apenas o recurso lírico se mostrou insuficiente na promoção da discussão, sendo necessária a realização de perguntas mais diretas quanto às influências da família de origem nos aprendizados sobre conjugalidade e parentalidade. Entende-se que essa dificuldade esteja relacionada à inadequação de algumas intervenções planejadas ao público de baixa renda e baixa escolaridade. Segundo Costa (2008), pesquisas com essas famílias possuem particularidades metodológicas e éticas importantes. Os pesquisadores devem estar sensíveis às diferenças de linguagem e cultura e propor métodos mais adequados às realidades sociais, familiares e de escolarização dos participantes.

Bruno demonstrou refletir sobre a transgeracionalidade e os aprendizados que teve com seu pai na maneira de construir sua parentalidade, analisando as influências em três gerações: seus pais, ele e sua ex-companheira, e o filho. Antônia analisou algumas influências de sua família de origem em suas ações no presente. Ambos participantes refletiram sobre tentativas de mudar a história transgeracional na própria vida e na criação dos filhos.

A partir da intervenção da colagem no genograma (Anexo XVI) naquela sessão, os participantes trouxeram aspectos familiares retratados de forma mais coletiva, com atividades realizadas conjuntamente, no caso de Antônia, e mais individualizadas em cada membro familiar, no caso de Bruno. Os genogramas foram desenhados previamente pela equipe de pesquisa, incluindo as famílias paterna e materna dos filhos dos participantes, abrangendo,

portanto, também o lado dos ex-companheiros. Tal intervenção teve como objetivo favorecer a discussão sobre a importância da família do ex-companheiro na vida dos filhos. Antônia e Bruno reagiram de maneira diferente, sendo que ela apenas incluiu uma imagem negativa do ex-cônjuge, enquanto o outro incluiu uma imagem positiva. Bruno consegue também identificar qualidades positivas e negativas do filho parecidas com ele e sua ex-companheira, enquanto Antônia percebe a filha apenas parecida com ela.

No genograma de Bruno, também foi possível realizar outras intervenções, como quando ele comparou seu filho como rei e a avó como rainha e mencionou em momentos diferentes as semelhanças entre sua mãe e sua ex-companheira como desligadas e relapsas no cuidado com os filhos. Nessas intervenções direcionadas a refletir sobre as repetições transgeracionais em relação às semelhanças entre as mães e os conflitos conjugais, Bruno inicialmente concordou, mas manteve o sentimento de raiva e o conflito conjugal com a ex-companheira. Entende-se que as intervenções realizadas nem sempre promovem uma alteração imediata e significativa, mas que pode ser elaborada melhor ao longo do tempo.

Na sexta sessão, as intervenções voltaram-se para refletir sobre a importância das redes de apoio que sustentam e auxiliam os participantes. Eles demonstraram interesse na realização da atividade e fizeram reflexões importantes sobre o mapa de redes:

Antônia: *Eu nunca tinha pensado assim onde é que eles estavam, e é bom pra gente saber a importância de cada um. Que a gente sabe que tem, mas a gente não sabe que fica perto da gente assim, né?*

Bruno: *Às vezes você precisa de um amigo pra... Você precisa, você tem que ter, assim, gente contigo ali, né? Às vezes você tá numa situação ruim, às vezes você tem que chegar pra pessoa e falar “ó, me ajuda, eu não tô bem e tal, tô precisando disso, disso e daquilo, me ajuda e tal”.*

Compreender e visualizar as variedades de relacionamentos sociais com enfoque sistêmico contribui para o desenvolvimento de histórias que incluem os recursos e as

capacidades dos próprios participantes. Essa ação favorece a ampliação da esperança, da autonomia e cidadania, que são cruciais para pessoas com vivências marcantes e desmoralizantes diante de contextos de pobreza e vulnerabilidades (Sluzki, 1997). Nesse sentido, os participantes pareceram mais fortalecidos diante da visualização e compreensão dos recursos sociais presentes em suas vidas.

Na última sessão, foram realizadas breves intervenções que tiveram cunho avaliativo do processo de separação e do grupo. De maneira fluida e espontânea, o grupo realizou reflexões e promoveu intervenções realizadas pelos próprios participantes entre si. Considera-se que as intervenções direcionadas ao grupo devem estar conectadas com o processo de coesão grupal. Percebeu-se maior fluidez de diálogos e interações em direção aos objetivos da intervenção e maior efeito das intervenções quando o grupo se mostrava confiante e motivado nesse espaço.

Núcleo Temático 4) Início de mudanças para a diferenciação dos papéis conjugais e parentais

“Melhorei muito, mas ainda tem um pouquinho...”

O processo, as interações e as intervenções grupais trouxeram efeitos de retroalimentação positiva, promovendo iniciações de mudança na postura e discurso dos participantes. Esse movimento ocorreu de maneira recursiva ao longo das sessões, evidenciando momentos de avanços e recuos. Não se trata de traçar uma relação de causalidade entre o espaço grupal e esse processo de mudança, pois se avalia que essas transformações são multideterminadas. Alguns participantes demonstraram já terem passado por processos de mudança ao longo do tempo, influenciados por uma série de fatores anteriores e exteriores ao contexto psicossocial grupal. Entretanto, perceberam-se avanços significativos na diferenciação da conjugalidade e da parentalidade ao longo dos encontros, com diminuição da carga afetiva e emocional dada à conjugalidade, diminuição dos conflitos familiares e conjugais e ampliação de perspectivas e alternativas futuras mais positivas.

Ao longo das sessões, os participantes relataram os impactos que os encontros favorecidos por esta pesquisa-ação geraram neles. O espaço grupal ofereceu oportunidade de normalização ao processo de separação com filhos pequenos, com pessoas que vivem situações semelhantes. A partir das identificações e diferenças existentes entre as histórias familiares, os participantes se percebem na fala dos outros e aprendem novas formas de comportamento, uma vez que as pessoas estão em estágios diferentes do desenvolvimento (Costa et al., 2015).

Cláudio, por exemplo, embora tenha criticado que o processo do grupo não lhe ofereceu resultados imediatos, verbalizou que percebeu melhoras em seu comportamento após participar das reuniões. Ele relatou em diversas ocasiões ter conversado e contribuído com outras pessoas que estão passando pela mesma situação de separação conjugal. Ao se colocar em uma posição de ajudar outros que estão vivendo situações semelhantes, ele demonstrou um momento de maior amadurecimento em seu próprio processo, como também observado por Brito et al. (2010).

Foi visível perceber as transformações de postura e discurso de Antônia ao longo das sessões, favorecidas pelo contexto psicossocial de escuta e fala. Ela mencionou a sensação de alívio de ter compartilhado suas queixas e ter sido ouvida: *“E aqui a gente fala tudo que a gente tem vontade de falar, aí vai aliviando. Igual eu te falei, parece que tinha um bolo de arame dentro de mim e que tá saindo. Saiu já”* (Sessão 2). Além da sensação de alívio, Antônia mencionou, na terceira sessão, que ao desabafar sobre os sentimentos e dificuldades, eles vão deixando de ter sentido: *“Aí não tem importância mais de falar que aquilo não tem sentido mais.”* O aprofundamento sobre os sentimentos existentes por meio de conversações mediadas por profissionais possibilita trazer novas dimensões acerca desse sofrimento (Costa et al., 2015).

Esse espaço compartilhado contribuiu para a diminuição da carga emocional destrutiva direcionada às questões conjugais. O processo de mudança não acontece de maneira linear, ele

é gradual e paradoxal. Algumas situações exigem um tempo maior para elaboração, e a intervenção pode contribuir para esta transformação. As mudanças são também paradoxais, pois ocorrem em contextos de dilemas de querer e não querer mudar, pois o desconhecido provoca anseios e medos, trazendo resistências naturais à modificação e retroalimentações negativas (Minuchin & Fishman, 2003).

As trocas de experiências e aprendizados promovidas pelo contexto psicossocial grupal ampliam a percepção sobre a situação vivida, contribuindo para sua elaboração gradual ao longo do tempo. Bruno: *“No começo você fica assim tão desnortado, você acha que as coisas aconteceram contigo, especificamente contigo. Esse sentimento de culpa fica muito grande assim. Mesmo tendo consciência que não foi. Mas é esquisito. Aí depois de um tempo você vai assimilando essa ideia de que não foi... você vai vendo outras pessoas que isso acontece e tal, é como se fosse um luto mesmo né...”* (Sessão 7). A nomeação e comparação do processo de separação com o processo de luto decorrente da morte conjugal contribuem para melhor compreensão e elaboração desse momento de crise familiar. O ciclo do luto inicialmente proposto por Kübler-Ross (1992) para situações de morte, também pode ser transposto para outras situações, como o caso das separações conjugais. Os estágios de negação, raiva, barganha, depressão e aceitação são importantes na elaboração de perdas significativas (Emery, 2012).

Os participantes demonstraram ter diminuído a importância e centralidade dos sentimentos de humilhação e raiva em relação ao ex-cônjuge e sua família ao longo do processo grupal. Esses sentimentos não desapareceram, mas assumiram um lugar mais periférico no discurso dos participantes. Antônia: *“Não vou mentir, mas eu já melhorei muito! Mas ainda tem um pouquinho. Mas eu melhorei muito, muito”*. (Sessão 3); Bruno: *“Que no começo a gente era mais assim rancoroso, né, aí a gente vai começando a ser...”* (Sessão 4). Um passo

importante em direção à priorização do interesse superior dos filhos refere-se à diminuição da carga emocional direcionada ao ex-cônjuge (Emery, 2012).

A retração dos sentimentos destrutivos de mágoa, tristeza e raiva diminui a relevância da conjugalidade, que ainda se mostra presente após as separações conjugais. É necessário refletir sobre a importância da elaboração diante das questões conjugais, mas compreender que ela não promove por si só o favorecimento do relacionamento parental. No caso de Antônia, por exemplo, a diminuição dos sentimentos afastou o ex-companheiro não apenas no papel conjugal, mas também parental: *“Ah, eu mudei muito. Tô bem melhor assim. Não tenho mais aquela raiva que eu tinha. Igual eu falei pra você, coloquei na minha cabeça que ele não tem importância nenhuma”* (Sessão 7). Embora Antônia reconheça a importância do pai na vida da filha, ela não estabelece com ele um relacionamento coparental, de compartilhamento da educação da criança. O desenvolvimento da coparentalidade é um grande desafio não apenas para famílias separadas, mas também para famílias casadas. O compartilhamento dos cuidados, sustento e educação dos filhos nem sempre ocorre até mesmo quando os pais residem na mesma casa, especialmente em famílias marcadas pelo patriarcado e divisão de papéis de gênero (Grzybowski & Wagner, 2010).

A diminuição dos conflitos familiares e conjugais foi outro aspecto observado no discurso dos participantes. Antônia passou a interagir de maneira mais respeitosa com sua ex-sogra que reside no mesmo lote, ainda que vivendo uma situação desconfortável de sentir-se frequentemente vigiada pela família do ex-companheiro. Da mesma forma, Bruno diminuiu a intensidade dos conflitos com a ex-companheira e sua família, tendo inclusive ela proposto a guarda do filho ficar com o pai. A fim de favorecer o bem-estar de seu filho e o contato dele com a família materna, Bruno afirmou que busca não discutir ou brigar quando percebe que eles não se esforçam em visitar o filho e ele mesmo age no sentido de favorecer esses contatos. Bruno: *“Olha eu levo lá, não é nem por ela, é uma questão do menino mesmo, por que ele sente*

falta. Ele tem um irmãozinho lá, tem os tios, tem a avó, então ele sente falta dos familiares dele” (Sessão 4). A diminuição da tensão dos conflitos parentais é fundamental para o melhor desenvolvimento dos filhos, minimizando a participação das crianças em triangulações e coalizões (Grzybrowsky & Wagner, 2010; Juras & Costa, 2011b).

Todos esses aspectos mencionados contribuíram para o movimento grupal na diferenciação dos papéis conjugais e parentais após a separação. Antônia afirmou na terceira sessão a importância dos genitores na vida dos filhos: *“Uma coisa que eu acho certa é você não colocar, igual você não coloca, a mãe contra ele, você está certíssimo. Porque ela pode ser o que for, mas ela é mãe. Eu acho assim, e a mesma coisa é o pai. O pai, ele pode ser o que for, mas ele é o pai.”* Ainda que essa participante não tenha construído com o ex-cônjuge um relacionamento coparental, ela demonstra possuir respeito ao lugar e autoridade parental exercida por ele, sendo um direito da criança manter a convivência familiar.

De maneira mais significativa, Bruno trouxe reflexões fundamentais nessa diferenciação. Inicialmente, ele mencionou o desejo de excluir a família materna da vida dele e do filho, mas passa a compreender a importância desse vínculo para a criança: *“O Benito, ele tem a família dele, e dentro da família dele inclui a parte do pai e da mãe e não vai acontecer de ninguém tirar por que... entendeu? Se você tirar isso dele, você vai tá tirando um pedaço dele. Tá entendendo? A vontade é de falar, ‘olha meu filho, vai ficar aqui’, aquele pensamento bem egoísta, né? ‘Vai ficar aqui, esquece aquele povo pra lá’, pronto acabou. Mas não é assim. Não é assim, entendeu? Ele gosta de mim, mas gosta dela e dos familiares dela e pronto. E é a vida dele, não é a sua né? Você se separou, acabou seu relacionamento com a pessoa. Agora, é que nem você falou, parece que fica ali no meio, como se fosse o último elo da corrente né? E aí que você vai fazer? Não pode fazer nada, né? A família dele são os dois, né?”* Essa fala de Bruno evidencia uma evolução significativa no processo de diferenciação dos papéis

conjugais e parentais, minimizando os conflitos conjugais e priorizando a parentalidade para o interesse e bem-estar de seu filho.

Após a participação no grupo, os participantes demonstraram um olhar mais esperançoso e positivo em relação ao futuro. Antônia verbalizou em diversas sessões seu interesse em buscar novas perspectivas de futuro para sua vida e de sua filha. Apesar de ter demonstrado em vários momentos estar presa emocionalmente e concretamente nos conflitos familiares, por estar vivendo em uma situação não resolvida, ela almejava desde a primeira sessão olhar para frente e não mais para o sofrimento do passado: *“O passado o que eu estou querendo é esquecer, sabe? Isso aqui é o que eu estou querendo para a minha vida daqui para frente.”* Mesmo reconhecendo os problemas que ainda existiam em sua vida, ela demonstrou ter mudado sua forma de lidar com eles, dando menos importância ao conflito e priorizando seu futuro e bem-estar.

Neste mesmo sentido, na última sessão, Antônia realizou uma autoavaliação sobre sua evolução ao longo das sessões, demonstrando impacto do processo grupal nessas transformações: *“Mariana, você me perguntou como é que eu tô hoje, né. Quando você me ligou, eu tava assim... É, um trapo, né. Um trapo mesmo, não tinha esperança de nada. Assim, é igual eu falei, vai conversando, vai aliviando a cabeça... Eu tô... tem uma coisa que tô pensando em fazer agora no começo do ano, que eu nunca pensei na minha vida que um dia fosse passar isso na minha cabeça. Mas eu vendi minhas férias, que eu vou tirar minha carteira de motorista. (...) Vou tirar, que eu quero minha liberdade por completo.”*

Fica claro também no discurso dessa participante a busca de alternativas para solucionar seu problema, sem depender da Justiça e dos outros, se libertando das amarras conjugais: *“Se a Justiça não tá resolvendo, se for pra mim ficar porque eu não vou sair daí e deixar de graça... Ano que vem a empresa vai sair, eu compro um carro pra mim... pego a Alice sexta-feira e me mando. Sexta, sábado e domingo e volto... não quer que eu fique lá? Então eu não fico, mas*

não dou jeito. (...) Eu é que ficar lá não compensa, então prefiro sair. (...) Por isso eu quero é viver. To nem aí.” A esperança em um futuro melhor relaciona-se com a elaboração do processo de luto, última fase do ciclo de luto proposto por Kübler-Ross (1992). Os participantes demonstram ao final do processo grupal uma ampliação sobre as situações que viveram de maneira mais positiva, de modo a aceitarem os acontecimentos e seguirem em frente.

De forma semelhante a outros estudos grupais com população separada e divorciada, os participantes manifestaram também no grupo reivindicações de maior acesso aos filhos, fortalecendo Bruno no processo de cuidar de seu filho de forma mais ativa, como aconteceu no grupo de Brito et al. (2010). Similarmente a esse estudo, também se percebeu um avanço de Antônia e Bruno em saírem da posição de vítimas e buscarem alternativas e soluções para suas dificuldades. O contexto grupal também se mostrou favorável na expansão dos diálogos para outros contextos, com outras pessoas fora do grupo, como também havia sido observada por Rapizo (2013) essa influência do grupo em outros espaços.

Outros estudos que realizaram grupos semelhantes com pessoas de classes socioeconômicas mais favorecidas mostraram alguns resultados diferentes no que se refere à melhoria na comunicação coparental, como observado em Brito et al. (2010) e Rapizo (2012). De maneira diferente a esses estudos, o presente grupo psicossocial demonstrou poucos avanços em direção ao relacionamento coparental. Os grupos realizados por Brito et al. (2010) e Rapizo (2013) foram predominantemente realizados com população de classes média e alta. Ainda que de forma não generalizada, acredita-se que os padrões de gênero nos papéis parentais ainda se mostram rígidos e complementares nas famílias de baixa renda. Foi bastante comum tanto nas entrevistas individuais quanto grupais o maior envolvimento materno ou feminino por meio da intensa participação das avós e frequente distanciamento paterno após a separação. Ademais, o cuidado e afeto como sendo prioritariamente função materna e proventos por parte dos homens mantém o distanciamento parental após uma separação conjugal. A significativa presença de

conflitos e violência durante o relacionamento conjugal também retrata esses padrões rígidos de gênero e dificulta a comunicação parental diante da necessidade do compartilhamento de responsabilidades, que resta prejudicado.

Síntese do segundo grupo de resultados

Os processos e construções grupais foram analisados ao longo das sessões, bem como ao longo do desenvolvimento da pesquisa-ação. Melo et al. (2014) afirmam ser fundamental que o mundo acadêmico se debruce sobre o funcionamento e desenvolvimento grupal, uma vez que houve uma diminuição da produção científica sobre o processo grupal. Segundo esses autores, a pesquisa-ação mostra-se como metodologia apropriada nessa área, estabelecendo o diálogo entre a ciência e a prática.

Na pesquisa-ação, os papéis de profissional e pesquisador encontram-se dialeticamente interligados. Propõe-se uma ação de um campo da ciência em que também se está produzindo conhecimento científico. A intervenção realizada por meio de perguntas favorece esse duplo papel profissional e de pesquisador, pois coloca o profissional/pesquisador em uma postura de não saber. Ao longo das sessões de grupo da presente pesquisa, buscou-se privilegiar as intervenções por meio de perguntas, que visavam a ampliar mutuamente a compreensão do pesquisador e dos próprios participantes em relação às suas situações de vida, bem como desafiar aspectos não funcionais da homeostase familiar. Nesse processo, podem ocorrer mudanças decorrentes da pesquisa-ação (Melo et al., 2014; Minuchin & Fishman, 2003).

Foram observados diversos processos recursivos ao longo dos núcleos temáticos desse grupo de resultados. O processo grupal, o desenvolvimento dos temas, as intervenções realizadas e as iniciações de mudança em direção à diferenciação conjugal e parental ocorreram de maneira recursiva e paradoxal. Momentos de repetições, avanços, novos recuos e iniciações de mudanças são característicos de fenômenos dinâmicos e complexos. A recursividade e o

paradoxo estão presentes, mas eles demonstraram caminhar em direção a uma transformação, especialmente quando provido de um espaço de diálogos, escuta e reflexões.

O contexto grupal favorece o compartilhamento de experiências e reflexões por pais e mães separados no sentido de buscarem de forma individual e coletiva melhores condições de convivência parental (Brito et al., 2010). No caso das famílias da presente pesquisa-ação, houve avanços significativos no processo de diferenciação conjugal e parental, especialmente no que se refere à diminuição da intensidade conjugal. Entretanto, não foi observado o desenvolvimento de um relacionamento coparental entre os ex-cônjuges em sete sessões. Acredita-se que ainda há pouca discussão prática com essas famílias sobre a coparentalidade e sobre a rigidez de gênero nos papéis parentais. Avalia-se como necessário o desenvolvimento de trabalhos de médio e longo prazo, especialmente na promoção primária, sobre equidade de gênero na criação dos filhos.

Ademais, há de ser realizada uma crítica a outros resultados não favoráveis desta pesquisa-ação, especialmente no que se refere à exaustiva repetição de conteúdos relacionados à conjugalidade, bem como à ausência da maioria dos participantes nas entrevistas grupais. Em relação ao primeiro aspecto, acredita-se que o fato desta pesquisa-ação ter sido realizada principalmente por meio de intervenções com caráter mais reflexivo possa ter contribuído para essa repetição. Ainda que essas intervenções tenham favorecido transformações importantes ao longo do processo grupal em direção aos seus objetivos, a reflexividade parece não ser um valor tão significativo para essa população, centralizando suas falas mais nas queixas e desabafos que em reflexões sobre suas situações. Segundo Perez e Bairon (2013), as famílias de baixa renda atualmente demandam diversos tipos de orientação, uma vez que obtiveram ascensão social e de consumo acentuada nos últimos anos, mas ainda carecem de informações sobre direitos básicos e legais. Ressalta-se, portanto, a necessidade de intervenções mais diretas e baseadas

na literatura científica para essa população, no sentido de oferecer maiores possibilidades práticas de resolução de seus conflitos familiares.

Com relação às recorrentes ausências dos participantes nos encontros grupais, acredita-se que o contexto da clínica-escola desvinculado de programa ou instituição que preste serviços continuados à população de baixa renda se mostrou insuficiente para motivar os participantes a manterem-se vinculados à proposta realizada. Ademais, considera-se que uma exaustiva entrevista individual acrescida de sete entrevistas grupais se mostram excessivas para a realidade dessas famílias, que geralmente não possuem demanda para um trabalho psicossocial, possuem dificuldades de mobilidade e encontram-se exauridas na luta pela sobrevivência.

Neste sentido, tornam-se fundamentais as parcerias entre pesquisadores, profissionais e programas ou instituições que possuem maiores chances de recrutamento de famílias separadas, como defensoria, judiciário, conselhos tutelares e centros de assistência social, podendo inclusive oferecer espaço físico na comunidade para realização do trabalho. Sugere-se, ainda, a diminuição da extensão ou até mesmo a exclusão da entrevista individual, considerando que seu conteúdo certamente será contemplado durante os encontros grupais. Além disso, considera-se que um menor número de encontros grupais favoreça a participação e engajamento da população de baixa renda.

O grupo psicossocial com famílias de baixa renda evidenciou algumas particularidades no que se refere aos temas e à metodologia. A separação conjugal pode ser uma situação desencadeadora de crise e desorganização intensa para essas famílias que, além de reviverem um processo de ruptura, são fortemente impactadas pela diminuição dos recursos econômicos, demonstrando a necessidade de ações voltadas a isso. Ademais, pesquisas e intervenções com essas famílias devem contextualizar, adaptar e criar métodos e formas de intervenção de modo a produzirem conexão e sentido entre pesquisadores e participantes.

GRUPO DE RESULTADOS 3: AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA PSICOSSOCIAL GRUPAL

O presente grupo de resultados refere-se à avaliação da metodologia de intervenção psicossocial grupal com pais e mães separados de baixa renda. Foram utilizados como fonte de análise os questionários preenchidos pelos participantes antes da entrevista individual e ao final da última sessão grupal, bem como trechos das entrevistas individuais e grupais que se referiam ao trabalho desenvolvido. Ainda que as entrevistas iniciais tenham sido realizadas de forma individual, já dava início ao processo de construção do grupo e seus objetivos, devendo ser avaliadas como parte do processo grupal.

Ao longo do processo de análise dos primeiros grupos de resultados, foram selecionadas falas dos participantes relacionadas às expectativas em relação aos grupos, como também as avaliações espontâneas ou motivadas que eles realizaram ao longo das entrevistas. Também foi construído um quadro comparativo (Tabela 3), a fim de analisar modificações nas respostas dos participantes aos questionários respondidos pré e pós-grupo e estabelecer relações com as mudanças ocorridas ao longo do processo grupal. A partir da leitura extensiva desses resultados, foram construídos quatro núcleos temáticos, quais sejam: 1) contexto psicossocial como espaço de fala e escuta; 2) medos e confianças no espaço grupal; 3) permanências e mudanças relacionadas ao processo grupal; 4) expansão dessa intervenção psicossocial para outras pessoas.

Tabela 3. *Comparação das respostas dos questionários pré e pós grupo*

Questões do Questionário	Pré-Grupo	Pós-Grupo
Participação no cuidado com os filhos e frequência da visitação	Forte presença das mães e avós, figuras femininas e pouca participação dos pais.	Repetição (Mesmo Bruno que estava com a guarda mantém resposta de maior cuidado por parte da avó).
Avaliação das relações dos participantes e ex-cônjuges com os filhos	Maioria se percebe próxima dos filhos, especialmente as mães. Os pais se percebem mais distantes.	Respostas semelhantes em relação a si e aos filhos, mas diferentes em relação aos ex-cônjuges e filhos (afastamento no caso de Antônia e aproximação no caso de Bruno).
Tipos de casamento/união conjugal e de separação	Maioria das relações antes e após separação conflituosas. A forma de relacionamento durante a união se repete após a separação.	Mesmas respostas.
Relação atual com o ex-cônjuge e comunicação coparental	Heterogeneidade de respostas (todas as respostas presentes: muito ruim, ruim, média, boa e muito boa).	Leve mudança de percepção no caso de Antônia, passando de muito ruim para ruim e diminuindo a agressividade na comunicação.
Presença de violência durante o casamento e após a separação	Maioria minimiza ou nega a violência.	Maior visibilidade da violência no caso de Bruno e diminuição da violência com a avó no caso de Antônia.
Traição conjugal	Maioria respondeu não (apenas um sim).	Mesmas respostas.
Abuso de bebida alcoólica ou outras drogas na família	Metade respondeu não e outra metade respondeu sim por parte do ex-companheiro(a).	Mesmas respostas.
Dificuldades na separação conjugal	Distanciamento promovido pela separação, que afeta principalmente os filhos; preocupação com os filhos.	Sem respostas.
Rede social nas dificuldades com ex-cônjuge	Família e amigos, mas também isolamento social após separação.	Família e amigos.
Expectativa da relação com o ex-cônjuge no futuro	Respostas heterogêneas (amizade, afastamento ou participação no cuidado com os filhos).	Mesmas respostas (Antônia afastamento e Bruno amigável).
Expectativa da relação com filhos no futuro	Esperam uma relação próxima com os filhos e fazer de tudo pelos filhos.	Mesmas respostas.

Núcleo Temático 1) Contexto psicossocial como espaço de fala e escuta

“Aqui a gente fala tudo.”

Ao longo do grupo, os participantes valorizaram o fato de estar em um espaço diferenciado em que podem falar, desabafar sobre seus problemas, como sintetizou Antônia na sessão 4: *“Aqui a gente fala tudo, parece que desabafa, põe tudo pra fora e a gente mesmo vai organizando a cabeça da gente, foi o que eu achei até agora... A importância do grupo assim na nossa vida.”* É sabido que a importância de expressar sobre si para outro(s) pode favorecer a autonomia do sujeito, por tornar-se autor da própria história (Veríssimo, 2011). Ainda que o desabafar por si não traga transformações profundas, ele pode contribuir para a diminuição da animosidade presente nas questões conjugais, no caso desses participantes separados.

Para que os participantes se sintam à vontade em falar, precisa haver a construção de um contexto respeitoso de escuta, o que foi alcançado segundo a fala de Antônia na sessão: *“A vantagem do grupo que eu achei, da época que eu estou aqui, é que aqui a gente fala tudo e ninguém dá uma opinião. (...) E em casa quando a gente vai conversar, sempre, a gente não se acha, a gente continua perdido quando a gente vai conversar lá.”* Antônia confirma a necessidade de um contexto de não julgamento a partir de opiniões e conselhos do que deve ser feito. Essa foi uma postura adotada pela equipe de pesquisa que acredita no potencial das famílias em encontrar seus próprios recursos para buscarem soluções mais adequadas para suas dificuldades. Buscou-se favorecer a ampliação da compreensão dos participantes sobre seus potenciais e não oferecer respostas prontas sobre o que fazer. Essa postura de respeito aos valores das famílias foi adotada tanto pela equipe quanto pelos participantes, o que pode ser confirmado na fala de Bruno: *“Cada um falando e respeitando a opinião do outro, né”*. Rapizo (2013) ressalta a importância de uma escuta grupal respeitosa com os outros participantes e consigo próprio.

A literatura aponta a necessidade de criar espaços de fala e escuta para as pessoas que se separam ou se divorciam poderem discutir sobre preocupações com os filhos e as mudanças decorrentes da dissolução conjugal. É comum também as redes de apoio primárias das pessoas descasadas não mostrarem disponibilidade e até aversão em ouvir e auxiliar no enfrentamento dos problemas individuais e familiares, levando ao isolamento familiar e social (Brito et al., 2010; Rapizo, 2013; Sluzki, 1997). Esses desafios vividos após a separação conjugal quanto à preocupação com os filhos e o isolamento social foram mencionados nos questionários. Neste sentido, o grupo mostrou-se espaço significativo de fala e escuta para melhor lidar com essas situações.

Esse espaço dialógico propicia o desenvolvimento de interações interpessoais, nas quais os participantes buscam aspectos semelhantes e diferentes e vão refletindo sobre sua própria história, como disse Bruno na última sessão: *“Acho que o sentimento é muito parecido, o que muda mais é a realidade de cada um, né.”* Esse contexto que propicia identificações amplia a compreensão sobre suas próprias histórias e sobre a separação conjugal (Brito et al., 2010; Costa et al., 2015). Ademais, considera-se que a homogeneidade de contextos de baixa renda favoreceu a formação dessas interações e identificações por partilharem de valores semelhantes em relação à família e cultura.

Para além das semelhanças, as diferenças presentes no grupo, como por exemplo a heterogeneidade de gênero, também enriquecem as interações, uma vez que há trocas de diferentes olhares e posições que contribuem para a flexibilização e compreensão desse processo de transição. Ademais, evidencia a disponibilidade dos participantes em criarem conversações com outras pessoas, ampliando possibilidades de escuta, diálogo e consensos (Rapizo, 2012).

O compartilhamento de experiências semelhantes leva ao sentimento de pertencimento, diminuindo o isolamento social que esse momento familiar pode propiciar (Rapizo, 2013),

como se pode observar na fala de Antônia na quarta sessão: *“Todo mundo sofre, não é só eu! Porque que é só eu? Se os outros superam, a gente também consegue! E como consegue!”* O grupo constituiu naquele momento parte da rede de apoio dos participantes, e a constituição de uma rede pessoal sensível, ativa e confiável é geradora de resiliência e saúde (Sluzki, 1997).

Além disso, o espaço grupal traz diferentes perspectivas de um mesmo assunto e promove a multiplicação de sentidos, ampliando as possibilidades de caminhos (Rapizo, 2013; Souza, Oliveira, Silva, Andrade, & Martins, 2014). Os participantes trouxeram esses aspectos desde a entrevista individual e durante as sessões grupais: Cláudio: *Eu acredito que às vezes ouvindo outra pessoa, a gente dá um alerta na nossa mente, você percebe ou vê o erro em outra pessoa ou vê o acerto na outra pessoa. Acho muito produtivo, acho bom.* (Entrevista Individual)
Bruno: *Você vai vendo as outras pessoas, você vai vendo, digamos, o mesmo assunto de um ângulo diferente. Isso que eu acho mais interessante, né? Então você, às vezes, para, pensa, olha e fala: “Poxa, desse jeito eu nunca pensei”. Às vezes isso te ajuda também.* (Sessão 3)

As mudanças de perspectiva de outros posicionamentos auxiliam a ver e encarar as situações de forma diferente (Rapizo, 2013). Ademais, considera-se que o compartilhamento de sentimentos, pensamentos e vivências no contexto psicossocial grupal contribuíram para uma melhor adaptação e ajustamento da família à situação de separação conjugal, tal como encontrado por outros autores (Brotherson et al., 2010; Cookston & Fung, 2011; Rose, 2009). Ressalta-se a relevância da realização desse trabalho com famílias de baixa renda, que possuem pouco acesso a serviços em que possam compartilhar de maneira mais imparcial seus dilemas, dificuldades e possibilidades.

Núcleo Temático 2) Medos e confianças no espaço grupal

“Muita gente confunde Psicologia com doidura.”

O contexto grupal inicialmente pode trazer desconfianças por parte dos participantes. Essa proposta grupal aos participantes nem sempre é comum de ser realizada. Ainda que as pessoas estejam o tempo todo inseridas em contextos grupais, propor a união de pessoas desconhecidas com objetivo de dialogarem sobre temas em comum, pode gerar o surgimento de receios sobre o que irá acontecer. Acredita-se que esse seja um dos motivos do não engajamento de grande parte dos participantes entrevistados individualmente nas sessões grupais, como disse Cláudio na entrevista individual: *"Olha, eu acredito, quando fala em grupo, me assusta um pouco, porque o ser humano é muito complexo, né?"*

Outras falas que traziam desconfiança em relação à proposta realizada revelaram o preconceito e desconhecimentos em relação à Psicologia, uma vez que a equipe de pesquisa se apresentava como integrante dessa área do conhecimento. Esses aspectos podem ser observados no diálogo a seguir da sessão 4: *Antônia: Porque muita gente, Mariana, confunde Psicologia com "doidura". / Bruno: Tem preconceito né? Sempre teve.* Ao longo das sessões, os participantes puderam compreender o trabalho psicossocial de forma diferenciada do senso comum.

A visão estigmatizada da Psicologia e as práticas que contribuem para a manutenção desse discurso afastam as pessoas de buscarem espontaneamente um trabalho psicossocial. Esse foi um dos grandes desafios da presente pesquisa-ação: engajar pessoas que não possuíam uma demanda específica e formulá-la ao longo do processo de escuta para aqueles que se dispuseram. Essa instigação é frequente nos trabalhos psicossociais realizados, especialmente nos serviços públicos em que as famílias são encaminhadas por profissionais sem apresentarem uma demanda clara (Costa et al., 2015).

A construção e a implementação dessas práticas psicossociais grupais no contexto brasileiro ainda enfrentam diversas dificuldades, especialmente no engajamento ativo e efetivo de participação da população nesse processo. Profissionais e usuários ainda se relacionam de forma assimétrica, situando o saber técnico de maneira hierárquica e que gera dependências, impedindo o desenvolvimento de autonomia e cidadania (Souza et al., 2014).

Diante desses desafios, é fundamental a construção de um ambiente respeitoso que favoreça o desenvolvimento da confiança dos participantes no grupo. Inicialmente, essa confiança deve ser construída no relacionamento dos participantes com a equipe de pesquisa, uma vez que eles representam a garantia da facilitação de um processo construtivo. Acredita-se que isso aconteceu desde as entrevistas individuais e primeira sessão grupal, quando participantes sinalizaram terem falado coisas que não são geralmente compartilhadas: Elza: *Eu gosto de conversar e tem coisas também que eu nunca falei para ninguém, que eu falei hoje.* (Entrevista individual)

Cláudio: *E aqui a gente tem segurança, não porque você não conhece as pessoas da família, mas tem segurança de falar, né? Me sinto à vontade de falar, não vou correr nenhum risco de ser exposto ou humilhado, né? Enfim, pelo contrário.* (Sessão 1)

Ademais, os próprios participantes, influenciados pela postura da equipe de pesquisa, também devem participar ativamente da construção da confiança no espaço grupal. Ao longo do processo grupal, percebeu-se que os participantes se engajaram na construção desse relacionamento de confiança, como diz Antônia na terceira sessão: *“Tem coisa que eu falo aqui que eu não vou chegar para o meu filho, minha filha falar, porque dá até briga lá. O que eu falo aqui é coisa que eles nem sabem lá. Não pode falar tudo para eles.”* Ao longo das sessões, foi visível o sentimento de conforto nos participantes em compartilharem aspectos que são difíceis de dialogar com outras pessoas. O oferecimento de espaços individual e grupal se mostrou importante na construção dessa confiança na equipe e nos demais participantes.

Núcleo Temático 3) Mudanças relacionadas ao processo grupal

“De muito ruim para ruim!”

O contexto grupal se mostrou favorável para a iniciação de mudanças importantes diante da situação de separação conjugal com filhos pequenos. Como já apontado no segundo grupo de resultados, o grupo psicossocial se mostrou como um importante ativador de movimentos recursivos em direção a uma separação menos carregada de afetos negativos e voltados à conjugalidade. Houve também alguns avanços na comunicação com ex-cônjuge por parte de Bruno, embora o questionário não tenha evidenciado melhoras.

Acredita-se que esses avanços também estejam relacionados à demarcação clara dos objetivos da pesquisa-ação. É comum as pessoas confundirem o trabalho com famílias separadas no sentido de buscar uma reconciliação conjugal. Desde o início, a equipe de pesquisadores posicionou-se no sentido de não interferir nas decisões dos participantes em termos de união ou dissolução conjugal. O objetivo era minimizar o sofrimento dos membros da família a partir da diferenciação entre os papéis conjugais e parentais. A fala de Cláudio representa a compreensão desse objetivo: *“Vim nessa reunião não pensando em resgatar meu casamento, mas em ter um ambiente legal. Inclusive, para finalizar.”* Essa fala demonstra o entendimento da necessidade de finalização da conjugalidade, mas mantendo um relacionamento respeitoso enquanto pais.

A respeito do relacionamento com o ex-cônjuge, os questionários pré e pós grupo demonstraram mudanças no caso de Antônia. Embora continuasse desejando um distanciamento em relação a Arnaldo, ela melhorou um pouco sua avaliação do relacionamento, passando de “muito ruim” para “ruim” após a passagem pelo grupo, bem como diminuindo a agressividade antes presente na comunicação parental. Acredita-se que a diminuição da intensidade dos sentimentos de raiva ao longo das sessões tenha contribuído para essa leve mudança em sua percepção do relacionamento coparental, ainda que o conflito permaneça.

Segundo Costa et al. (2015), ainda que haja algumas mudanças em relação ao sofrimento após a passagem pelo grupo, nem sempre ele é suficiente para cessar os conflitos familiares.

Ademais, no questionário, Antônia avaliou o relacionamento entre o ex-cônjuge e a filha Alice de “próximo” para “eventual”, confirmando suas falas ao longo das sessões desse distanciamento entre pai e filha. Analisando sistemicamente, a triangulação de Alice com o relacionamento conflituoso e cada vez mais distante entre seus pais pode ter levado a um conflito de lealdade da criança com a mãe, ocasionando um processo de parentalização e afastamento do genitor. Esse processo é prejudicial ao seu desenvolvimento e manutenção de seu direito à convivência familiar (Penso & Sudbrack, 2004).

Por outro lado, no caso de Bruno, seu reconhecimento da importância da família materna na vida do filho parece ter contribuído para uma melhora em sua percepção do relacionamento entre sua ex-companheira e o filho, passando de “distante” a “eventual” no pós-grupo. Da mesma forma que o afastamento entre o par parental pode levar ao distanciamento do filho com um dos genitores como o caso de Antônia, a valorização do outro genitor na vida do filho e o desejo de ter um relacionamento parental traz mais benefícios aos filhos, que podem manter contato com ambos os genitores e seus familiares, sem ser exigida sua lealdade exclusiva.

Outra mudança observada nos questionários foi em relação aos conflitos e violência. Após a passagem pelo grupo, houve maior disponibilidade de Bruno em perceber a violência durante o período de convivência conjugal, quantificando inicialmente em “raras vezes” e passando para “frequente” a presença de violência. Essa mudança também pode estar relacionada à maior confiança desse participante em registrar essa informação, que frequentemente é mantida em segredo. Outra hipótese refere-se a maior discussão no contexto grupal sobre esse tema, ampliando as possibilidades de nomeação da violência, antes minimizada. No caso de Antônia, após o grupo houve uma diminuição da percepção da participação da avó nas situações de violência, que pode ter sido influenciada por uma melhora

no relacionamento entre elas, como ficou demonstrado nas falas dessa participante ao longo das sessões.

De forma geral, as respostas dos questionários pré e pós-grupo não mudaram de forma significativa. Ficou claro que os conflitos com o ex-cônjuge ainda se mostram presentes e o relacionamento parental mudou pouco. Ainda que as entrevistas grupais tenham evidenciado uma diminuição dos conflitos conjugais, isso não proporcionou uma melhora no relacionamento parental. As questões de ordem conjugal e parental, embora relacionadas, parecem assumir aspectos diferentes. Enquanto a conjugalidade se esvai com o passar do tempo, e a intervenção grupal pode favorecer nesse processo, a coparentalidade possui desafios ainda maiores, de compartilhamento de cuidados com os filhos que por vezes nunca existiu de forma equilibrada, mesmo durante a união. Neste sentido, consideram-se importantes intervenções que tenham como foco a coparentalidade.

Núcleo Temático 4) Expansão dessas intervenções para outras pessoas

“Essa intervenção tinha que ser lei!”

Diante da participação no grupo, os membros por algumas vezes ressaltaram a importância de ampliação desse trabalho psicossocial grupal para outras pessoas que estejam vivenciando situação de separação conjugal. Na segunda sessão, Cláudio manifesta essa sugestão: *“Devia ser lei, todo cara que separou, toda mulher que separou devia passar por um processo desses”*. Essas manifestações também apareceram nos grupos realizados por Brito et al. (2010). A ideia de transformação desse trabalho com famílias separadas em lei ainda se mostra incipiente. Em outros países, como nos Estados Unidos, vários estados possuem normas que garantem o acesso das famílias que possuem filhos em contexto de disputa na Justiça a programas psicoeducativos sobre separação e divórcio. No Brasil, existe apenas uma recomendação por parte do Conselho Nacional de Justiça de oferecer oficinas de parentalidade

a pais, mães e filhos a fim de prevenir e buscar solucionar conflitos familiares (CNJ, 2014). Mesmo de forma lenta, esses incentivos demonstram avanços na necessidade de ampliar os recursos das famílias no enfrentamento de seus desafios diante da situação de separação conjugal.

A relevância desse trabalho pode ser observada na fala de Antônia na sétima sessão: *“Mas é como eu falo, a importância do grupo, as pessoas tinham que se conscientizar, porque se aquilo tá lá dentro te machucando, você põe pra fora, se muitos tivessem como conversar, como falar...”* Ao longo da pesquisa-ação, os participantes perceberam a importância e a necessidade de discussão desses temas, que não estão presentes nos programas sociais. De maneira geral, as pessoas separadas não possuem acesso a espaços dialógicos em que podem ampliar suas compreensões, especialmente no contexto de famílias de baixa renda. Além dos serviços estarem sobrecarregados e possuírem estruturas precárias, os profissionais ainda se focam no trabalho individual e se mantêm em posições hierárquicas e moralizantes diante dessa população (Minuchin et al., 2011). Faz-se necessária a ampliação da compreensão sistêmica e abordagem psicossocial grupal para esses espaços que lidam com questões complexas e de vulnerabilidades.

No estudo de Brito et al. (2010), os membros do grupo também reivindicaram a abordagem sobre os papéis parentais após a separação conjugal em espaços profissionais, como nas escolas, Justiça e universidades. Os participantes daquela pesquisa se mostraram indignados com pessoas que atuaram em seus casos de maneira pouco esclarecida a respeito das pluralidades de configurações familiares e particularidades desse momento do ciclo de vida familiar. Ainda que os participantes da presente pesquisa-ação tenham se mostrado claramente insatisfeitos com profissionais da Justiça, educação e saúde, eles não demonstraram reivindicações de ordem mais política e social que interferem na vida das pessoas. Mesmo não podendo ser realizadas generalizações, acredita-se que a população de baixa renda ainda esteja

afastada da vida política e democrática e de discussões sobre direitos e cidadania. A histórica formação da sociedade brasileira pelo colonialismo e imperialismo e uma construção política atual ainda marcada pelo elitismo e capitalismo mantém apartada grande parte da população brasileira na construção popular e emancipatória de sua democracia (Nunes, 2006).

Síntese do terceiro grupo de resultados

A partir desse grupo de resultados, evidenciou-se a relevância da intervenção psicossocial grupal como espaço que propicia o compartilhamento de experiências e sentimentos diante da situação de separação conjugal com filhos. No início do processo grupal, como em qualquer começo de um novo trabalho, podem surgir medos por parte dos participantes, que precisam ser acolhidos e respeitados. Ao longo do tempo, a partir da postura ética, profissional e integrativa da equipe técnica, os membros sentem-se seguros e confiantes para aprofundarem seus diálogos e reflexões.

O contexto grupal também demonstrou ser favorável para movimentos iniciais de mudança de diferenciação dos papéis parentais conjugais e parentais, ainda que conflitos continuem. Entretanto, a dimensão da parentalidade compartilhada não é favorecida apenas por essa distinção de papéis. Avalia-se que são necessárias intervenções mais voltadas para a coparentalidade, no sentido de ampliar a garantia de direitos de convivência familiar dos filhos após a separação conjugal.

Assim como os participantes, sugere-se a expansão dessas intervenções para outros contextos e pessoas que vivenciam a separação conjugal com filhos, especialmente para as famílias de baixa renda, que são mais desfavorecidas na garantia de seus direitos. O formato grupal mostrou-se significativo com essas famílias, que compartilham sofrimentos e passam a desvendar seus próprios recursos a partir dos diálogos reflexivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da epistemologia do Pensamento Sistêmico, que evidenciou sua riqueza na visão ampla, complexa e crítica sobre os fenômenos estudados. A pesquisa-ação foi uma escolha metodológica condizente com esse aporte teórico, bem como com o compromisso social de articular e integrar a pesquisa e a prática para a realidade brasileira (Bock, 2007). As urgentes necessidades das famílias de baixa renda exigem uma atuação vinculada com a pesquisa, no sentido de conferir cientificidade e reflexão à ação.

A presente pesquisa-ação não teve como objetivo realizar generalizações sobre famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos, mas, sim, buscar compreender um pouco mais sobre essa realidade negligenciada pela ciência. A pesquisa qualitativa prioriza a qualidade dos fenômenos humanos, construída a partir da relação entre equipe de pesquisadores e participantes. Neste sentido, essas escolhas se mostraram adequadas no estudo dessas famílias.

Um dos avanços do presente trabalho refere-se à diferenciação entre os termos separação e divórcio na literatura, que frequentemente são tratados como sinônimos. O divórcio exige a formalização do casamento e a judicialização da dissolução conjugal quando se tem filhos. Segundo o IBGE (2010b), essa é uma experiência mais observada nas famílias que possuem maior renda, não sendo uma realidade comum nas classes de baixa renda. Ressalta-se, portanto, a valorização do uso do termo separação, por ser mais amplo que o termo divórcio. Dessa forma, a ciência tem o papel político de tornar mais acessível e integrativa a literatura sobre os aspectos psicossociais relacionados aos rompimentos conjugais.

A perspectiva sistêmica e complexa dos fenômenos humanos foi primordial na análise do extensivo volume de dados. Os resultados construídos ao longo desta pesquisa-ação, de forma geral, demonstraram o quanto a realidade das famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos é paradoxal, contraditória, dialógica e recursiva. Esse cenário de repetições,

avanços, novos recuos e iniciações de mudanças evidencia a dinamicidade dos fenômenos familiares, especialmente em momentos de intensas transformações.

A diferenciação entre conjugalidade e parentalidade é fundamental para as famílias separadas e divorciadas, uma vez que se deve dissolver a união conjugal e fortalecer a união dos adultos no cuidado e proteção das crianças. Os sentimentos de mágoa e raiva decorrentes da conjugalidade tornam-se evidentes após uma separação, podendo prejudicar o desempenho da parentalidade e a garantia do direito dos filhos à convivência familiar. A conjugalidade foi um aspecto bastante presente ao longo das entrevistas individuais e grupais, movida principalmente por esses fortes sentimentos. A vivência de violência doméstica e conjugal foi outra dimensão marcante nas histórias dos participantes, mostrando o quanto as relações de poder estão entranhadas nos vínculos familiares, perpetuando os conflitos conjugais mesmo após a dissolução conjugal.

As triangulações, já mencionadas em outros estudos sobre famílias separadas, parecem ser intensificadas nos momentos transitórios do término da união conjugal. Filhos, familiares e a Justiça são frequentemente incluídos nos conflitos conjugais, no sentido de aliviar as ansiedades entre o ex-casal. Os filhos pequenos ficam sobrecarregados diante de responsabilidades não adequadas para o seu desenvolvimento. As avós são frequentemente acionadas, tanto por parte das mães quanto dos pais, para o compartilhamento de cuidados e sustento dos netos. A Justiça, por sua vez, embora seja movida ou usada como ameaça diante de conflitos familiares, ainda se mantém distante das realidades dessas famílias, principalmente devido à formalidade e à morosidade que a caracterizam.

Sob o ponto de vista das contendas familiares e judiciais, foi interessante notar a presença de disputas patrimoniais nas famílias estudadas. Deve-se reconhecer a melhora nas condições econômicas e sociais das famílias brasileiras nos últimos anos, com maior acesso à educação, cultura e informação. Essa ascensão insere valores de ordem mais individualista

típicos das famílias de classes média e alta, refletindo, por exemplo, no aumento do litígio nas situações de separações conjugais. Objetos domésticos e eletrônicos representam símbolos concretos dessa ascensão social, tornando-se alvos de disputas familiares após a separação (Perez & Bairon, 2013; Zordan, Wagner, & Mosmann, 2012).

A respeito da metodologia de atendimento psicossocial grupal, ficou evidenciado na presente pesquisa-ação que o grupo favoreceu a diferenciação entre os papéis conjugais e parentais. Ainda que poucos participantes tenham aderido ao trabalho, por indisponibilidade e dúvidas quanto à atuação psicossocial e grupal, a construção de um espaço respeitoso permitiu o compartilhamento e ressignificações acerca dos desafios enfrentados por essas famílias. Além disso, houve uma ampliação, realizada pelos próprios participantes, de alternativas e soluções aos problemas existentes.

Um fator significativo para a construção da coesão grupal foi a integração entre a equipe de pesquisa, que se mostrou presente e atenta às necessidades do grupo. Sua atuação de forma conjunta e colaborativa trouxe aspectos relevantes para a discussão grupal e incluiu outras perspectivas. O trabalho integrado em equipe também se mostrou fundamental nas necessidades de flexibilidade e adaptação grupal, por exemplo, quando parte da equipe permaneceu em atividade com o filho de Bruno durante duas sessões, a fim de permitir a participação do pai durante as sessões.

Portanto, os objetivos desta tese foram respondidos na medida em que houve um aprofundamento do conhecimento da distinção entre os papéis conjugais e parentais nas famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos, bem como foi construída e avaliada uma metodologia psicossocial grupal voltada para essas famílias. Por sua vez, a tese inicial que se tinha foi confirmada parcialmente. Compreendeu-se que as mágoas e os sentimentos decorrentes da conjugalidade são intensas e interferem no relacionamento parental. Ademais, o contexto psicossocial grupal contribuiu para a diminuição da intensidade das questões conjugais

e dos conflitos familiares e um início de diferenciação entre os papéis conjugais e parentais. Entretanto, o relacionamento parental entre os ex-companheiros continuou empobrecido e pouco compartilhado.

A qualidade dessa relação, associada à percepção positiva ou negativa que um dos genitores tem sobre o outro parecem influenciar o relacionamento da criança com seus pais. Quando há uma visão mais positiva sobre o outro genitor, a criança fica mais liberada para se aproximar dele, enquanto a visão negativa sobre o outro contribui para um maior distanciamento entre este genitor e o filho. Neste sentido, diferenciar conjugalidade de parentalidade é importante, mas representa apenas o primeiro passo para a manutenção da convivência familiar saudável da criança com seus familiares após uma separação. Mais ainda, é necessário investimento no fortalecimento da coparentalidade, o que é tarefa árdua em uma cultura patriarcal e com valores rígidos de gênero, especialmente acerca dos papéis paterno e materno.

Ainda que intervenções psicossociais possam contribuir para esse processo, o compartilhamento de cuidados com as crianças deve ser um dos focos dos programas sociais com famílias de baixa renda. A crença cultural da onipotência da maternidade é divergente das complexas necessidades desenvolvimentais de crianças e adolescentes. A sobrecarga das mulheres especialmente após uma separação contribui para a manutenção dessas famílias em contextos de pobreza (Oliveira, 2015). As discussões sobre gênero e direitos das mulheres devem ser ampliadas no sentido de incluir homens e mulheres nas tarefas parentais de cuidado, proteção e educação dos filhos nas instituições escolares, de saúde e de assistência social.

A comunicação também exerce papel essencial no desenvolvimento da coparentalidade, seja durante a união ou após a separação. Esse foi um tema difícil de ser trabalhado com os participantes, na medida em que falar sobre como as pessoas se comunicam parecia óbvio e de pouca importância aos participantes. Aprender a dialogar só é possível a partir do

desenvolvimento da linguagem, da capacidade de reflexão e da compreensão empática sobre si e sobre o outro. A pobreza, a fome, a forte presença da violência, a ausência ou baixa qualidade das políticas públicas de educação e saúde afetam a dignidade humana e são entraves para a construção de uma comunicação clara e respeitosa entre os membros da família.

Os profissionais devem mudar sua forma de atuação com essas famílias no sentido de buscar os recursos de proteção e de saúde nas famílias e nas redes sociais e comunitárias, evitando práticas moralistas e punitivas às famílias, especialmente às mães. Os trabalhos com essas famílias amparados nas políticas públicas de saúde, assistência social e dos direitos das crianças e dos adolescentes precisam considerar esses recursos familiares e comunitários, bem como compreender as particularidades e desafios enfrentados pelas famílias separadas de baixa renda com filhos. Esses serviços devem oferecer apoio às famílias para superar as crises provocadas pelo rompimento conjugal.

Embora a trajetória da legislação sobre separações e divórcios esteja demonstrando uma diminuição da regulação do Estado sobre a vida privada, ela ainda caminha de forma morosa, evidenciando ainda o conservadorismo presente nas discussões legislativas e jurídicas sobre famílias. Se, por um lado, o Estado deve interferir menos na normatização familiar carregada de preconceitos e moralismos, por outro, as famílias necessitam de suporte para lidar com suas crises previsíveis ao longo de seu desenvolvimento vital. Ademais, a Lei nº 13.058/2014 (Brasil, 2014), que determina a guarda compartilhada quando não houver acordo entre os genitores aptos a exercerem o papel parental, impõe um modelo pouco discutido com a população em geral. É necessário um apoio a essas famílias, que deve ser realizado de forma colaborativa por meio das políticas públicas de saúde, assistência social e de direitos infanto-juvenis, valorizando as potencialidades que as famílias e as comunidades possuem.

É fundamental que essas políticas amparem suas ações em princípios éticos e científicos, que considerem as particularidades da população alvo. Um dos questionamentos desta pesquisa

referiu-se a falta de trabalhos científicos sobre famílias separadas de baixa renda, representando um desbravamento nessa área. A pesquisa e a construção do saber científico brasileiro precisam voltar-se para sua população majoritária, compreendendo e criando alternativas e possibilidades de acordo com os recursos existentes.

Ressalta-se, também, a demarcação da ação psicossocial na fase inicial de transição familiar promovida pela separação conjugal, quando ainda se mostram intensos os sofrimentos relacionados à conjugalidade. Esse trabalho possui um caráter preventivo tanto para os adultos quanto para os filhos, que poderão receber menor carga emocional de seus genitores. Entretanto, esse é um trabalho introdutório que ainda suscita questionamentos sobre sua efetividade a médio e longo prazo para essas famílias.

Como em muitas pesquisas realizadas no Brasil, foram diversos os desafios da presente pesquisa-ação. Estabelecer contatos e parcerias com instituições, realizar o recrutamento de possíveis interessados, incluir famílias dentro dos critérios estabelecidos, agendar e realizar as entrevistas individuais, motivar os participantes a continuarem nos encontros grupais foram algumas das dificuldades encontradas ao longo do caminho.

Diante dessas dificuldades, é importante que sejam realizadas parcerias para a realização de trabalho desse tipo com famílias separadas de baixa renda com locais ou programas que possuam essa população como foco, como a Justiça e os Conselhos Tutelares. Sugere-se que esse trabalho seja vinculado, por exemplo, ao trabalho inicial de sensibilização que já ocorre nos centros de justiça e cidadania e de mediação que realizam as oficinas de parentalidade em apenas um encontro. Ademais, considera-se que o local escolhido deve estar próximo à comunidade atendida e seja de fácil acesso.

Um dos aspectos que dificultou o engajamento dos participantes na proposta grupal está relacionado com a quantidade de encontros propostos. Acredita-se que possa haver uma

diminuição da quantidade de encontros grupais associada a intervenções mais voltadas à parentalidade após a separação.

As limitações da presente pesquisa-ação também são várias. A limitação geográfica do presente estudo não retrata as múltiplas realidades regionais das famílias brasileiras de baixa renda. A situação das famílias do Distrito Federal possui particularidades de urbanidade e renda *per capita* bastante diferentes das de outros estados e cidades deste país continental. Pesquisas regionais e nacionais são importantes de serem realizadas, mas esse parece ainda um futuro distante, ante a não priorização dessa temática nas políticas sociais brasileiras. As elevadas diferenças nas taxas de separações e divórcios estaduais merecem pesquisas e estudos até então não realizados.

Os instrumentos, ainda que tenham suscitado a construção de diversos temas, precisam ser melhor avaliados e modificados de acordo com a população pesquisada. Os questionários se mostraram complicados durante sua autoaplicação e poderiam ter sido melhor explorados junto aos participantes. Ademais, intervenções de caráter mais reflexivo e metafórico não fizeram tanto sentido para os participantes quanto as intervenções mais diretivas. As orientações psicossociais e educativas sobre as questões objetivas e subjetivas diante da dissolução conjugal com filhos são importantes de serem realizadas. A pesquisa-ação com essas famílias deve elaborar métodos e intervenções de forma a favorecer a produção de sentidos para pesquisadores e participantes. Desta forma, faz-se necessário também um investimento maior nos papéis individuais e compartilhados relacionados à parentalidade após a separação, especialmente quando os filhos são pequenos e exigem essa responsabilidade e intenso cuidado por parte de seus pais.

Como pesquisas e metodologias futuras, sugere-se a realização de grupos multifamiliares com famílias separadas de baixa renda, incluindo-se além dos pais, os filhos e

avós nas intervenções. Essas múltiplas vozes podem favorecer uma compreensão mais ampla dos impactos que eles também recebem da separação em contextos de baixa renda.

Outra questão que pode ser melhor explorada e que foi mencionada pelos participantes de forma tangencial refere-se às questões relacionadas à raça/etnia e religião. Temas relacionados à religião surgiram em alguns momentos de forma espontânea pelos participantes, no sentido de refletirem sobre a união conjugal como indissolúvel e como forma de apoio. As questões raciais surgiram apenas quando diretamente perguntadas durante as entrevistas individuais. Os participantes demonstraram a invisibilidade desse tema pouco discutido e refletido, bem como minimizaram diferenças raciais ou ainda que elas tenham influenciado de alguma forma no relacionamento conjugal e parental. Entretanto, ficaram evidentes algumas manifestações preconceituosas, como por exemplo quando Gerson afirmou que sua mãe discriminava sua companheira por ser negra e foi influenciado por essa visão. Compreende-se que esses temas necessitam de maiores estudos com essa população.

Finalmente, a experiência do estágio de doutorado no exterior ampliou as reflexões e análises sobre o contexto brasileiro. Viver a realidade de outro país, com valores, cultura e recursos diferentes, contribuiu para um olhar mais crítico para a realidade brasileira. Além da revolta com a miséria em que as famílias vivem, a alegria, o bom humor e a criatividade de um povo que enfrenta dificuldades, violências e sofrimentos cotidianos são surpreendentes. A resiliência diante das adversidades é um dos maiores patrimônios da cultura brasileira. O compromisso ético, social e político deve visualizar os problemas e os desafios, ressaltar os recursos e caminhar na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural. A presente pesquisa-ação é apenas um começo. Sua dinamicidade e complexidade devem continuar pelas reflexões e questionamentos gerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahrons, C. R. (1995). *O bom divórcio: Como manter a família unida quando o casamento termina*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Ahrons, C. R. (2005). We're still family: What grown children have to say about their parents' divorce. *Journal of Marriage and Family*, 67, 784-786. doi:10.1111/j.1741-3737.2005.00172.x
- Ahrons, C. R. (2007). Family ties after divorce: Long-term implications for children. *Family Process*, 46, 53-65. doi: 10.1111/j.1545-5300.2006.00191.x
- Alpert-Gillis, L. J., Pedro-Carroll, J. L., & Cowen, E. L. (1989). The Children of Divorce Intervention Program: Development, implementation, and evaluation of a program for young urban children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 583-589. doi: 10.1037/0022-006X.57.5.583
- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72, 650-666. doi: 10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x
- Anderson, H. (2012). Dialogue: People creating meaning with each other and finding ways to go on. In H. Anderson, & D. Gehart (Eds.), *Collaborative therapy: Relationships and conversations that make a difference* (pp. 33-43). Chicago: Routledge.
- André, A. L. P. (2007). As ordenações e o direito privado brasileiro. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos*, 3. Retrieved from <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18254>.
- Araújo, M.R.G.L., & Dias, C.M.S.B. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de Psicologia*, 7, 91-101. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n1/10957.pdf>.
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.

- Aun, J. G., Esteves de Vasconcellos, M. J., & Coelho, S. V. (2006). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: Volume I – Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Azeredo, V. G. (2010). Entre paredes e redes: O lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social e Sociedade, 103*, 576-590. doi:10.1590/S0101-66282010000300009
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro.
- Barbosa, L. de P. G., & Nascimento, M. da C. M (2012). (Des)Caminhos do amor parental: Estudo de caso sobre os processos de ressignificação do conflito no contexto judicial. In V. Brito (Ed.). *Conexões: Teoria e prática do trabalho em redes na Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDF* (pp. 87-108). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Belchior (1976). Como nossos pais. *Alucinação* [CD]. São Paulo: Polygram.
- Blaisure, K. R., & Geasler, M. J. (2006). Educational interventions for separating and divorcing parents and their children. In M. A. Fine & J. H. Harvey (Eds.), *Handbook of Divorce and Relationship Dissolution* (pp. 575-602). New Jersey: Laurence Erlbaum Associates.
- Bock, A. M. B. (2007). Psicologia e saúde: Desafios às políticas públicas no Brasil. *Anais do 4º Encontro Regional de Psicologia Social, 1*, 13-13.
- Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2010). O psicólogo na atenção básica: Uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. *Psicologia Ciência e Profissão, 30*, 634-649. doi: 10.1590/S1414-98932010000300014
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & More, C. L. O. O. (2009). A epistemologia sistêmica como substrato à atuação do psicólogo na atenção básica. *Psicologia Ciência e Profissão, 29*, 828-845. doi: 10.1590/S1414-98932009000400013
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (1973). *Invisible loyalties: Reciprocity in intergenerational family therapy*. New York: Harper & Row.

- Bowen, M. (1991). *De la família al individuo: La diferenciación del si mismo en el sistema familiar*. Barcelona: Paidós.
- Brasil. (1962). *Lei nº 4.121: Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm
- Brasil. (1977). *Lei nº 6.515: Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Brasil. (1990a). *Lei nº 8.080: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm
- Brasil. (1990b). *Lei nº 8.069: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF. Retrieved from <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>
- Brasil. (1993). *Lei nº 8.742: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.406: Institui o Código Civil Brasileiro*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm
- Brasil. (2007). *Lei nº 11.441: Altera dispositivos da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa*. Brasília, DF.

- Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11441.htm
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.698: Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm
- Brasil. (2010a). *Emenda Constitucional nº 66: Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm
- Brasil. (2010b). *Lei nº 12.318: Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.058/2014: Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação*. Brasília, DF. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm
- Brito, L. M. T. de, Cardoso, A. R., & Oliveira, J. D. G. de (2010). Debates entre pais e mães divorciados: Um trabalho com grupos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(4), 810-823. doi: 10.1590/S1414-98932010000400011
- Brito, L. M. T. de & Gonsalves, E. N. (2013). Guarda compartilhada: Alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. *Revista Direito GV*, 9, 299-318. Retrieved from http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/artigo-Edicao-revista/11-rev17_299-318_-_leila_maria_torraca_de_brito.pdf

- Brotherson, S. E., White, J., & Masich, C. (2010). Parents Forever: An assessment of the perceived value of a brief divorce education program. *Journal of Divorce & Remarriage*, *51*, 465–490. doi: 10.1080/10502556.2010.504095
- Cacciamali, M. C. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, *14*, 153-174. Retrieved from <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=507&tp=a>
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *22*, 214-222. doi: 10.1590/S0102-79722009000200007
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, *4*, 1-17. Retrieved from <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>
- Carter, B., & McGoldrick, M. (Eds.). (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trans). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castillo, J. T. (2010). The Relationship between non-resident fathers' social networks and social capital and the establishment of paternity. *Child and Adolescent Social Work Journal*, *27*, 193-211. doi:10.1016/j.childyouth.2008.10.008
- Castro, R. C. R. de & Santos, L. E. C. de V. (2012). Justiça e família pós-divórcio: Sociodrama da coparentalidade. In V. Brito (Ed.). *Conexões: Teoria e prática do trabalho em redes na Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDF* (pp. 109-127). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Cervený, C. M. de O. (2006). Família e filhos no divórcio. In C. M. de O. Cervený (Ed.). *Família e...* (pp. 83-95). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2008). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP. Retrieved from <http://www.cprj.Ed.br/publicacoes/cartilhas/referencias-crepop-cras-suas.pdf>
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ. (2013a). *Cartilha do divórcio para os pais*. Escola Nacional de Mediação e Conciliação. Retrieved from http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/cartilha_divorcio_pais.pdf
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ. (2013b). *Cartilha do divórcio para os filhos adolescentes*. Escola Nacional de Mediação e Conciliação. Retrieved from http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/cartilha_divorcio_filhos.pdf
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ. (2014). *Recomendação nº 50: Recomenda aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais realização de estudos e de ações tendentes a dar continuidade ao Movimento Permanente pela Conciliação*. Retrieved from http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n50-08-05-2014-presidencia.pdf
- Cookston, J. T., & Fung, W. W. (2011). The Kids' Turn Program evaluation: Probing change within a community-based intervention for separating families. *Family Court Review*, 49(2), 348–363. doi:10.1111/j.1744-1617.2011.01376.x
- Costa, F. A. de O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: Risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21, 141-153. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&tlng=pt
- Costa, L. F. (2008). Peculiaridades e cuidados da pesquisa com famílias de baixa renda. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 1, 17-23.

- Costa, L. F. (2011). Participação de famílias no Grupo Multifamiliar de adolescentes ofensores sexuais: Vergonha e confiança. *Psicologia Clínica*, 23(1), 185-201. doi:10.1590/S0103-56652011000100012
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Conceição, M. I. G. (Eds.). (2015). *Manual de grupos multifamiliares*. Brasília: Central de Produções Gráficas e Editora.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F, Stroher, L. M. C., & Bravin, C. S. (2013). Atendimento às famílias em contexto de grande complexidade. In M. R. Seixas, & M. L. Dias (Eds.), *A violência doméstica e a cultura da paz* (pp. 125-135). São Paulo: Roca.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). O afastamento paterno após o fim do relacionamento amoroso: Um estudo qualitativo. *Interação em Psicologia*, 17, 99-108. doi:10.5380/psi.v17i1.27560
- Decorét, B. (2001). Organisation parentale et persistance du lien après divorce. *Dialogue*, 151(1), 39-50. Retrieved from <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2001-1-page-39.htm>
- DeGarmo, D. S., Patras, J., & Eap, S. (2008). Social support for divorced fathers' parenting: Testing a stress-buffering model. *Family Relations*, 57, 35-48. doi:10.1111/j.1741-3729.2007.00481.x
- Despert, J. L. (1970). *Crianças e Divórcio* (E. V. R. Lins, Trans.). São Paulo: Brasiliense.
- Diniz, G. R. S., & Féres-Carneiro, T. (2012). Casamento e família: Uma reflexão sobre os desafios da conjugalidade contemporânea. In T. C. Viana, G. S., Diniz, L. F. Costa, & V. Zanello (Eds.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (pp. 443-460). Brasília: Liber Livros. Retrieved from http://www.ip.unb.br/images/M_images/psicologia-clinica-e-cultura-contemporanea.pdf

- Diniz, G. R. S., & Coelho, V. L. D. (2005). A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In T. Féres-Carneiro (Ed.). *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 138-157). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Draibe, S. (2003). A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social, 15*, 63-101. doi:10.1590/S0103-20702003000200004
- Emery, R. E. (2012). *Renegotiating family relationships: Divorce, child custody, and mediation*. New York: The Guilford Press.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2003). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2008). Valores na contemporaneidade da família brasileira: Crise? In R. M. S. Macedo (Ed.). *Terapia familiar no Brasil na última década* (pp. 2-5). São Paulo: Roca.
- Eurostat (2011). *Marriage and divorce statistics*. Luxembourg: European Union. Retrieved from http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Marriage_and_divorce_statistics
- Evans, C. R., & Dion, K. L. (2012). Group cohesion and performance: A meta-analysis. *Small Group Research, 43*, 690-701. doi:10.1177/1046496491222002
- Falcón, M. T. (2009) ¡Viva la familia! Un panorama de la legislación vigente en México. *Alteridades, 19*(38), 41-54. Retrieved from http://www.scielo.Ed.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172009000200004&lng=es&tlng=es
- Farias, C. C. de, & Rosenvald, N. (2013). *Curso de direito civil: Direito das famílias* (Vol. 6). Salvador: JusPodivm.
- Farmer, S., & Galaris, D. (1993). Support groups for children of divorce. *The American Journal of Family Therapy, 21*, 40-50. doi:10.1080/01926189308250994

- Fávero, E. T., & Mazuelos, E. P. Q. (2010). Serviço social e acesso à Justiça: Reflexões com base na prática de mediação familiar. *Serviço Social & Saúde*, 9, 39-67. doi:10.20396/sss.v9i9.8634875
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19958.pdf>
- Féres-Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2008). De onde viemos? Uma revisão histórico-conceitual da psicoterapia de casal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 487-496. doi:10.1590/S0102-37722008000400012
- Féres-Carneiro, T., & Ziviani, C. (2010). Conjugalidade contemporâneas: Um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In T. Féres-Carneiro (Ed.). *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 83-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T., Ponciano, E. L. T., & Magalhães, A. S. (2007). Família e casal: Da tradição à modernidade. In C. M. de O. Cerveny (Ed.). *Família em movimento* (pp. 23-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Forgatch, M. S., & DeGarmo, D. S. (1999). Parenting Through Change: An effective prevention program for single mothers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67(5), 711-724.
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14, 139-152. doi:10.1590/S0103-863X2004000200004
- Freitas, W. M. F., Silva, A. T. M. C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., Lucena, K. D. T., & Costa, A. P. T. (2009). Paternidade: Responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de Saúde Pública*, 43, 85-90. Retrieved from

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000100011&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000100011>
- Frieman, B. B. (2002). Challenges faced by fathers in a divorce support group. *Journal of Divorce & Remarriage*, 37, 163-173. doi:10.1300/J087v37n01_10
- Fuks, S. I. (2007). La relación de pareja como organización social: Desafíos y oportunidades. *Sistemas Familiares*, 23, 5-25. Retrieved from http://www.taosinstitute.net/Websites/taos/images/ResourcesManuscripts/Fuks_la_rela_cion_de_pareja_como_organizacion_social.pdf
- Gadoni-Costa, L. M., Frizzo, G. B., & Lopes, R. de C. S. (2015). A guarda compartilhada na prática: Estudo de casos múltiplos. *Temas em Psicologia*, 23, 901-912. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n4/v23n4a09.pdf>
- Galano, M. H. (2006). Família e história: A história da família. In C. M. de O. Cervenly (Ed.). *Família e...* (Vol. 2; pp. 115-148). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gauthier, A. H. (1996). *The state and the family: A comparative analysis of family policies in industrialized countries*. Oxford: Clarendon Press.
- Gómez-Días, J. A. (2011). Fenomenología del divorcio (o la esencia de la separación) en mujeres. *Psicología & Sociedade*, 23(2), 391-397. doi:10.1590/S0102-71822011000200020
- Greene, S. M., Anderson, E. R., Forgatch, M. S., DeGarmo, D. S., & Hetherington, E. M. (2012). Risk and resilience after divorce. In F. Walsh (Ed.). *Normal family processes: Growing diversity and complexity* (pp. 102-127). New York: The Guilford Press.
- Greenwood, D. J., & Levin, M. (2006). Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (pp. 91-113). Porto Alegre: Artmed.

- Grosman, C. F., & Mandelbaum, H. G. (Eds.). (2011). *Mediação no Judiciário: Teoria na prática*. São Paulo: Edu Primavera Editorial.
- Grzybowski, L. S. (2007). *Parentalidade em tempo de mudanças: Desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Retrieved from tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=839
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 77-87. doi:10.1590/S0102-37722010000100010
- Guimarães, F. L. (2015). *“Ela não precisava chamar a polícia...”: Anestésias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal*. (Tese de doutorado, Universidade de Brasília).
- Guimarães, J. G., & Carneiro, T. R. Q. S. (2014). Trabalhos psicoterapêuticos em grupo: Diferentes contextos. *Fragmentos de Cultura*, 24, 139-149. Retrieved from <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/3642/2132>
- Haley, J. (1993). *As táticas e o jogo de poder de Jesus Cristo e outros ensaios*. (J. Gargioni & W. Zotz, Trans.) Rio de Janeiro: Nórdica.
- Hines, P. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 440-467). Porto Alegre: Artmed.
- Holvino, E. (2010). Intersections: The simultaneity of race, gender and class in organization studies. *Gender, Work and Organization*, 17, 248-277. doi:10.1111/j.1468-0432.2008.00400.x
- Hung, S. L. (2012). An empowerment model on reconstituting the meanings of divorce. *Journal of Women and Social Work*, 27, 289-299. doi:10.1177/0886109912452641

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010a). *Estatísticas do Registro Civil (Vol. 37)*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Retrieved from <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/rc2010.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010b). *Censo demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Retrieved from http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/default_nupcialidade_fecundidade_migracao.shtm
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014a). *Estatísticas do registro civil: 2014*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Retrieved from http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014b). *Contas regionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Retrieved from <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv89103.pdf>
- Juras, M. M. (2009). *Papéis conjugais e parentais na situação de divórcio destrutivo com filhos pequenos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2010). Aspectos transgeracionais no divórcio destrutivo. *Pensando Famílias, 14*, 25-44.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011a). Divórcio destrutivo e Justiça. *Revista de Direito Privado, 45*, 265-297.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011b). O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. *Estilos da Clínica, 16*(1), 222-245. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v16n1/a13v16n1.pdf>

- Kerner, I., & Tavorari, B. (2012). Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos – CEBRAP*, 93, 45-58. doi:10.1590/S0101-33002012000200005
- Kessler, S. (1976). Divorce adjustment groups. *The Personnel and Guidance Journal*, 54, 250-255. doi: 10.1002/j.2164-4918.1976.tb04241.x
- Klever, P. (2008). Triangles in marriage. In P. Titelman (Ed.). *Triangles: Bowen Family System Theory perspectives*. New York: Routledge.
- Kliman, J. (2003). A classe social vista como um relacionamento. In M. McGoldrick (Ed.). *Novas abordagens da terapia familiar: Raça, cultura e gênero na prática clínica* (pp. 57-71). São Paulo: Roca.
- Kübler-Ross, E. (1992). *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). PApi – Pais por Inteiro: Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica*, 4(27), 493-507. doi:10.1590/S0102-79722010000200016
- Lamela, D. J. P. do V. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19, 114-121. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v19n1/12.pdf>.
- Leone, E. T., Maia, A. G., & Baltar, P. E. (2010). Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, 19, 59-77. doi:10.1590/S0104-06182010000100003
- Lima, H. G. D. de, & Campos, N. M. V. (2003). A importância da subjetividade nos processos de família: A desconstrução da disputa. In Lima, H. G. D. de (Ed.). *Construindo caminhos para a intervenção psicossocial no contexto da Justiça* (pp. 181-189). Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

- Longo, L. A. F. de B., & Miranda-Ribeiro, P. (2010). Convivendo com as diferenças: União inter-racial, status marital e religião [Abstract]. In *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Caxambu: Universidade Federal de Minas Gerais. Retrieved from http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_7/abep2010_2356.pdf
- Magalhães, A. S. (2009). Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In T. Féres-Carneiro (Ed.). *Casal e famílias: Permanências e rupturas* (pp. 205-217). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Maldonado, M. T. (1986). *Casamento: Término e reconstrução*. Petrópolis: Vozes.
- McGoldrick, M. (1995). Etnicidade e o ciclo de vida familiar. In M. McGoldrick (Ed.). *As Mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 65-83). Porto Alegre: Artmed.
- McGoldrick, M. (2003). *Novas abordagens da terapia familiar: Raça, cultura e gênero na prática clínica*. São Paulo: Roca.
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Melo, A. S. E., Maia Filho, O. N., & Chaves, H. V. (2014). Conceitos básicos em intervenção grupal. *Revista de Psicologia*, 17, 47-63. Retrieved from <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/renc/article/view/2414/2316>.
- Miermont, J., Angel, P., Angel, S., Cordina, A., Christian, D., Garrigues, P., . . . Segond, P. (1994). *Dicionário de terapias familiares: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minayo, M. C. de S. (2008). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (2011). *O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social: Uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Roca.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. (J. A. Cunha, Trans.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (2003). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Mitcham-Smith, M., & Henry, W. J. (2007). High-conflict divorce solutions: Parenting coordination as an innovative co-parenting intervention. *The Family Journal, 15*, 368-373. doi:10.1177/1066480707303751
- Molina, O., Lawrence, S. A., Azhar-Miller, A., & Rivera, M. (2009). Divorcing abused latina immigrant women's experiences with domestic violence support groups. *Journal of Divorce & Remarriage, 50*, 459-471. doi:10.1080/10502550902970561
- Morici, A. C. (2008). Pós-modernidade: Novos conflitos e novos arranjos familiares. In R. M. S. Macedo (Ed.). *Terapia familiar no Brasil na última década* (pp. 64-71). São Paulo: Roca.
- Morin, E. (2003). Da necessidade de um pensamento complexo. In F. M. Martins & J. M. da Silva (Eds.), *Para navegar no século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura* (pp.13-36). Porto Alegre: Sulina.
- Moura, M. L. S. de, & Ferreira, M. C. (2005). *Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Nunes, C. A. (2006). Ensino jurídico, educação e política no Brasil: Marcos históricos, matrizes teóricas e possibilidades de superação. *Revista de Educação, 9*, 11-20. Retrieved from <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/view/2160/2057>
- Oliveira, A. L. P. de (2015). *“Se você ficar com nossos filhos, eu te mato!” Violência doméstica e familiar contra a mulher e as disputas de guarda de filhos/as em trâmite nas Varas de Família de Ceilândia/DF* (Dissertação de Mestrado). Universidade de

- Brasília, Brasília. Retrieved from http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18401/1/2015_AndreLuizPereiradeOliveira.pdf
- Osório, L. C. (2011). Novos rumos da família na contemporaneidade. In L. C. Osório & M. E. P. do Valle (Eds.), *Manual de terapia familiar: Volume II* (pp. 17-26). Porto Alegre: Artmed.
- Osório, L. C., & Valle, M. E. do (2002). *Terapia de famílias: Novas tendências*. Porto Alegre: Artmed.
- Øygaard, L. (2004). Divorce support groups: What factors are of importance regarding friendship development in the groups? *Social Work With Groups*, 26(4), 59-77. doi:10.1300/J009v26n04_05
- Paechter, C. (2013). Concepts of fairness in marriage and divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 54, 458-475. doi:10.1080/10502556.2013.810981
- Papp, P. (2002). *Casais em perigo: Novas diretrizes para terapeutas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Paula, C. R. D. N. de (2012). Representações sociais e acesso à Justiça. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 14, 87-103. Retrieved from <http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/208/48>
- Peck, J. S., & Manocherian, J. R. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para terapia familiar* (pp. 291-320). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Penso, M. A. (2009). As complexidades relações entre álcool, drogas e violência intrafamiliar em contextos de exclusão social. In F. R. de Lima & C. Santos (Eds.), *Violência doméstica: Vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar* (pp. 243-254). Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

- Penso, M. A., & Costa, L. F. (Eds.). (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Penso, M. A., & Sudbrack, M. F. (2004). Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental. *Psicologia USP*, 15, 29-54. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pusp/v15n3/24604.pdf>
- Perez, C., & Bairon, S. (2013). Universos de sentido da população de baixa renda no Brasil: Semânticas da estabilidade, da ascensão social e da mobilidade. *Matrizes*, 7, 177-191. Retrieved from <http://www.matrizes.usp.br/matrizes/index.php/matrizes/article/view/298/pdf>
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2009). Famílias em vulnerabilidade social: Rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 403-408. doi:10.1590/S0102-37722009000300014
- Rae, J., Jasper-Jacobsen, J., & Blatter, C. J. (1991). Support groups for persons experiencing divorce in later life. *Behavioral Sciences and the Law*, 9, 477-486. doi:10.1002/bsl.2370090410
- Ramos Escobedo, A. (2011). La mirada del profesional: Justicia y toma de decisiones en el proceso de divorcio. *Nueva Antropología*, 24, 71-92. Retrieved from http://www.scielo.Ed.mx/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0185-06362011000200005&lng=es&nrm=iso&tlng=es
- Rapizo, R. L. (2012). Construindo espaços de diálogo com pais, mães e adolescentes nos contextos de divórcio. In L. M. T. de Brito (Ed.). *Escuta de crianças e adolescentes: Reflexões, sentidos e práticas* (pp. 119-153). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Rapizo, R. L. (2013). *Entre laços e nós, perdas e ganhos: Um espaço de conversas sobre divórcio* (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de

- Janeiro. Retrieved from
http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6140
- Rapizo, R. L., Falcão, C., Costamilan, M., Scodro, M., & Moritz, N. (1998). A construção da parentalidade pós-divórcio. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 12, 32-38.
- Rapizo, R. L., Costamilan, M., Moritz, N., & Hinds, S. (2001). Continuando a experiência: Os grupos de mulheres e adolescentes que viveram o divórcio. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 19, 36-42.
- Rasera, E. F., & Japur, M. (2004). Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia. *Estudos de Psicologia*, 9, 431-439. doi:10.1590/S1413-294X2004000300005
- Ribeiro, M. A., & Albuquerque, M. da S. (2008). Separação e recasamento: Aspectos transgeracionais dos novos arranjos familiares. In M. A. Penso & L. F. Costa (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 224-250). São Paulo: Summus.
- Rose, S. R. (2009). A review of effectiveness of group work with children of divorce. *Social Work With Groups*, 32, 222-229. doi:10.1080/01609510902774315
- Saffioti, H. I. B. (2004). Diferença ou indiferença: Gênero, raça/etnia, classe social. In T. Godinho & M. L. Silveira (Eds.), *Políticas públicas e igualdade de gênero* (pp. 35-42). São Paulo: Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher. Retrieved from <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>.
- Santana, A. M. de. (2010). As relações de gênero, sexualidade e violência nos processos de separação/divórcio. *Aurora*, 6, 89-99. Retrieved from <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1235/1102>
- Santos, J. D. C. dos, & Lima, H. G. D. de (2003). O ritual e a Justiça na construção de um caminho de ajuda. In H. G. D. de Lima (Ed.). *Construindo caminhos para a*

intervenção psicossocial no contexto da Justiça (pp. 157-178). Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Sarti, C. A. (2011). *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.

Sater, A., & Teixeira, R. (1991). Tocando em frente. *Ao vivo* [CD]. [S.I.]: Columbia Records.

Shelton, B. (1987). Variations in divorce rates by community size: A test of the social integration explanation. *Journal of Marriage and Family*, 49, 827-832.
doi:10.2307/351975

Silva, I. M. da, & Lopes, R. de C. S. (2012). As relações entre o sistema conjugal e parental durante a transição para a parentalidade. *Pensando Famílias*, 16, 69-90.

Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Souza, L. V. e, Oliveira, C. C. B., Silva, M. R. da, Andrade, L. C. S. de, & Martins, M. A. (2014). Construção de uma prática grupal em uma unidade básica de saúde. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster, & L. V. e Souza (Eds.), *Construcionismo social: Discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 187-216). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Teixeira, E. C. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Revista Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia*, 1-11. Retrieved from http://www.aatr.Ed.br/site/uploads/publicacoes/o_papel_das_politicas_publicas_no_de_senvolvimento_local.pdf. Acesso em 02/06/2014.

Therborn, G. (2006). *O sexo e o poder: A família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto.

Trindade, J. (2004). *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

- Valle, M. P. do, Faggiani, F., Fogaça, J. L., & Pires, L. P. (2008). Duelo de titãs: Considerações acerca da coesão grupal e liderança. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, 2, 1-19. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452008000200009&lng=pt&tlng=pt
- Vargas, G. A. (2007). Cambios legislativos en la formación y disolución de familias: Una mirada de contexto. In I. Arriagada (Ed.). *Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros* (pp. 201-210). Santiago de Chile: Naciones Unidas.
- Varner, F., & Mandara, J. (2009). Marital transitions and changes in African American mothers' depressive symptoms: The buffering role of financial resources [Abstract]. *Journal Family Psychology*, 23(6), 839-847. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20001142>.
- Vasconcelos, T. T. de, Melo, C. M. de, Vargas, M. M., & Costa, C. F. T. (2016). Factors related to stress in divorces with child custody. *Estudos de Psicologia*, 33, 335-344. doi:10.1590/1982-02752016000200015
- Veríssimo, L. J. (2011). Colóquio com Martin Buber: A contribuição da filosofia do diálogo para a psicoterapia. In V. A. Angerami-Camon (Ed.). *Psicoterapia e brasilidade* (pp. 231-280). São Paulo: Cortez.
- Wallerstein, J. S., & Blakeslee, S. (1991). *Sonhos e Realidades no Divórcio* (E. L. C. Correa, Trans.) São Paulo: Saraiva.
- Wallerstein, J., Lewis, J., & Blakeslee, S. (2002). *Filhos do Divórcio*. São Paulo: Loyola.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1990/1967). *Pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix. (Original published in 1967).

- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. de (2010). Política social e psicologia: Uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24. doi:10.1590/S0102-37722010000500002
- Yárnoz, S., Plazaola, M., & Etxeberria, J. (2008). Adaptation to divorce: An attachment-based intervention with long-term divorced parents. *Journal of Divorce & Remarriage*, 49, 291-307. doi:10.1080/10502550802222246
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. de M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: Entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20, 444-453. doi:10.1590/S0102-79722007000300012
- Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24, 563-578. doi:10.1590/S1984-02922012000300009
- Zarias, A. (2008). *Das leis ao avesso: Desigualdade social, direito de família e intervenção judicial* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Retrieved from www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde.../ZARIAS_USP.pdf
- Zhang, Y., & Van Hook, J. (2009). Marital dissolution among interracial couples. *Journal of Marriage and Family*, 71, 95-107. doi: 10.1111/j.1741-3737.2008.00582.x
- Zordan, E. P. (2010). *A separação conjugal na contemporaneidade: Motivos, circunstâncias e contextos* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Retrieved from <http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4828/1/000422211-Texto%2BCompleto-0.pdf>
- Zordan, E. P., Wagner, A., & Mosmann, C. (2012). O perfil de casais que vivenciam divórcios consensuais e litigiosos: Uma análise das demandas judiciais. *Psico-USF*, 17, 185-194. doi:10.1590/S1413-82712012000200002

ANEXOS**Anexo I****DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA
PELO CENTRO DE ATENDIMENTOS E ESTUDOS PSICOLÓGICOS – CAEP**

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos - CAEP

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o projeto de pesquisa intitulado "Atendimento Psicossocial Grupal com Famílias em Situação de Separação Conjugal" a ser coordenado por Mariana Martins Juras, sob a orientação da Profa. Dra. Liana Fortunato Costa foi apreciado por este Centro. Assim sendo, autorizamos a realização dos trabalhos relacionados a este projeto. No entanto, ressaltamos que seu início somente poderá se dar após a devida aprovação do Comitê de Ética.

Brasília, 11 de setembro de 2013.


Profa. Dra. Eliana Rigotto Lazzarini
Coordenadora do CAEP
Matrícula 1048414


MsC. Bruno Nogueira da Silva Costa
Vice- coordenador do CAEP
Matrícula 1041339

Sala AT-33, ICC Sul, Gleba A, Térreo - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - 70.910-900

Fones: (61) 3107-6898/ 3107-9636

<http://www.ip.unb.br/caep.htm> e-mail: caep@unb.br

Anexo II

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Atendimento psicossocial grupal com famílias em situação de separação conjugal com filhos pequenos*”, de responsabilidade de Mariana Martins Juras, aluno(a) de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é *Construir uma metodologia de atendimento psicossocial grupal a famílias de baixa renda em situação de separação conjugal com filhos pequenos, visando oferecer reflexão para compreensão e diferenciação dos papéis conjugais e parentais*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevista individual com aplicação de questionário e genograma e de sete encontros em grupo*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Poderão ocorrer riscos e desconfortos emocionais e psicológicos na ocasião das entrevistas por se tratar de um tema mobilizador ao participante. Caso estes riscos e desconfortos sejam observados ou relatados, será oferecido suporte emocional ao participante por meio de atendimentos psicológicos individualizados.

Espera-se com esta pesquisa *bem-estar por compartilhar situações problemas comuns; reflexões que promovam bem-estar pessoal, familiar e coletivo; colaboração na construção de conhecimento científico sobre o tema das separações e divórcios e grupos com essa população específica; contribuição para o enriquecimento literário acerca do tema pesquisado neste projeto*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9968-1983 ou pelo e-mail *marijuras@gmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de encontro grupal, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH *cep_ih@unb.br*.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

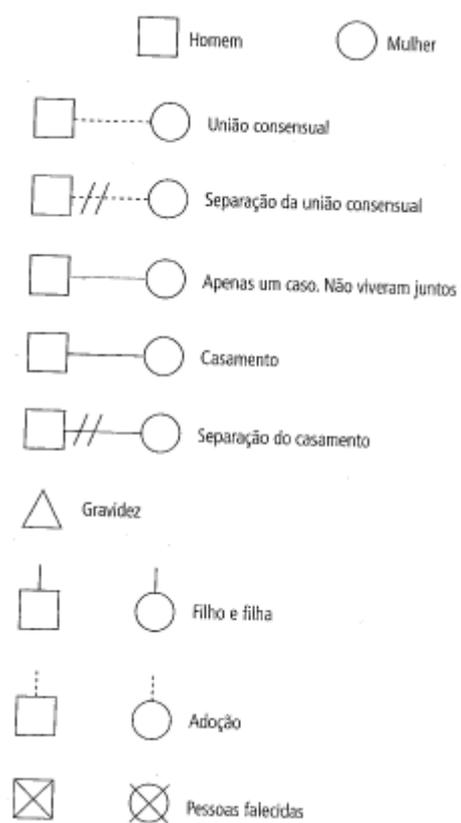
Anexo III

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO INDIVIDUAL INICIAL

- Como foi o início do relacionamento conjugal?
- O que te levou a escolher essa pessoa para se relacionar?
- O que seus familiares achavam de seu relacionamento conjugal?
- Como era o relacionamento de vocês com suas famílias de origem?
- Conte uma história marcante do relacionamento conjugal.
- Como era o relacionamento entre vocês antes dos filhos nascerem?
- Como era o relacionamento entre vocês após o nascimento dos filhos?
- Houve mudanças após o nascimento dos filhos? Se sim, quais?
- Como você é como pai/mãe?
- Como é seu ex-companheiro(a) como pai/mãe?
- O que levou vocês a se separarem?
- Como foi passar por essa separação?
- Como estão os filhos após a separação?
- Existe diferença entre ser pai/mãe casado e separado?
- A separação conjugal é diferente para homens e mulheres? De que forma?
- E como foi para você e para seu ex-companheiro(a)?
- O dinheiro influencia na separação? De que forma?
- A união ou a separação conjugal está relacionada à cor da pele?
- Sobre o que você gostaria de conversar nos encontros grupais com outras pessoas separadas? Que assuntos você acha que são importantes?
- O que você espera dos encontros em grupo com outras pessoas separadas?

Anexo IV**SÍMBOLOS PARA CONSTRUÇÃO DO GENOGRAMA FAMILIAR**

(Penso & Costa, 2008)



Presença de violência durante o casamento: () frequente; () raras vezes; () nunca

Em caso positivo, que tipo: () física; () psicológica; () moral; () patrimonial; () sexual

Presença de violência após a separação conjugal: () frequente; () raras vezes; () nunca

Em caso positivo, que tipo: () física; () psicológica; () moral; () patrimonial; () sexual

Em caso positivo, quem praticava a violência: () você; () ex-companheiro(a); () filhos;

() padrasto/madrasta; () avós; () outros _____

Em caso positivo, contra quem a violência era direcionada: () você; () ex-companheiro(a);

() filhos; () padrasto/madrasta; () avós; () outros _____

Houve traição conjugal? () sim; () não

Existe abuso de bebida alcoólica ou outras drogas em sua família? () sim; () não

Em caso positivo, por parte de quem: () você; () ex-companheiro(a); () pais;

() padrasto/madrasta; () outros _____

Quais dificuldades você identifica na separação conjugal?

Nos momentos de dificuldade com ex-cônjuge, a quem você recorre e por quê?

Qual sua expectativa da sua relação com ex-cônjuge no futuro?

Qual sua expectativa da sua relação com o(s) filho(s) no futuro?

Anexo VI

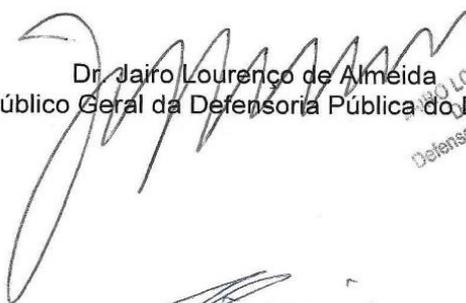
**CARTA AUTORIZAÇÃO DEFENSORIA PÚBLICA
CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**

O Dr. Jairo Lourenço de Almeida, Defensor Público Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal, autoriza a realização de encaminhamentos da Defensoria Pública ao projeto de pesquisa intitulado ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL GRUPAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL COM FILHOS PEQUENOS, de responsabilidade da pesquisadora Mariana Martins Juras, aluna de doutorado no Departamento de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Profa. Dra. Liana Fortunato Costa, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

A pesquisa de campo junto à Defensoria Pública envolve divulgação por meio de cartaz e folder, convite e encaminhamento de participantes. Os critérios de seleção dos participantes são: estar separado ou divorciado entre quatro meses e um ano, ter filhos de menos de 12 anos desse relacionamento, possuir renda familiar entre um e três salários mínimos e não possuir processo judicial de violência doméstica. A pesquisa de campo terá duração de nove meses, com previsão de início em abril de 2014 e término em dezembro de 2014.

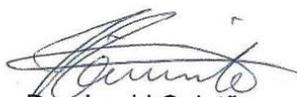
Brasília, 02/04/2014.

Dr. Jairo Lourenço de Almeida
Defensor Público Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal



DR. JAIRO LOURENÇO DE ALMEIDA
Defensor Público Geral
Defensoria Pública do Distrito Federal

Ciente:



Dra. Ingrid Quintão
Diretora do Departamento de Atividade Psicossocial

Ingrid Pereira Quintão
Diretora
Depart. de Atividade Psicossocial
Mat. 216789-1

Anexo VII
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO (CARTAZ)

Grupo de pais e mães separados.

Se você está separado há pouco tempo e tem filhos dessa relação, compartilhe essa experiência



conosco e com outras pessoas que estão passando pela mesma situação!

Entre em contato:
Pesquisadora e Psicóloga Mariana Juras
Telefones:
(61) 9968-1983 (Vivo)
(61) 8372-3752 (Tim)
E-mail: marijuras@gmail.com

Benefícios esperados:

Bem-estar por dividir experiências e problemas com outras pessoas que também estão separadas;

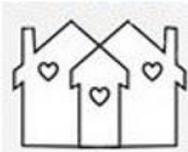
Reflexões sobre separações e divórcios com filhos;

Conhecimento sobre como lidar com os filhos na separação;

Ajudar no conhecimento científico sobre separações.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO (FOLDER)

Pesquisa com pessoas em situação de separação conjugal e com filhos pequenos



Se você está separado há

pouco tempo e tem filhos dessa relação, compartilhe essa experiência conosco e com outras pessoas que estão passando pela mesma situação!



Entre em contato:

Pesquisadora Mariana Juras

Telefones:

(61) 9968-1983 (Vivo)

(61) 8372-3752 (Tim)

E-mail: marijuras@gmail.com

Separação Conjugal



▶ Grupo de pais e mães separados

Pesquisa de Doutorado

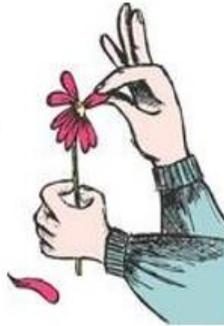
Mariana Juras –
Vivo (61) 9968-1983
Tim(61) 8372-3752
marijuras@gmail.com

Separação conjugal

As pessoas estão em busca de um casamento feliz e respeitoso.

Entretanto, cada dia mais os casais estão se

separando, o que não significa o fracasso da família. A separação pode ser um momento muito difícil para pais e filhos, e nem sempre os adultos sabem como agir. Por esta razão, estamos propondo um grupo de pais e mães separados com o objetivo de conhecer seus desafios e suas competências.



Participe!

Benefícios esperados:

Bem-estar por dividir experiências e problemas com outras pessoas que também estão separadas;

Reflexões sobre separações e divórcios com filhos;

Conhecimento sobre como lidar com os filhos na separação;

Ajudar no conhecimento científico sobre separações.

Atividades:

- ♦ Uma entrevista individual
- ♦ Sete encontros em grupo.

Local:

- ♦ CAEP (Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos) -ICC Sul, AT 073, Campus Darcy Ribeiro (Plano Piloto), UnB.

Critérios de seleção:

- ♦ Estar separado ou divorciado entre quatro meses e um ano;
- ♦ Ter filho(s) de menos de 12 anos desse relacionamento;
- ♦ Possuir renda familiar entre um e três salários mínimos;
- ♦ Não ter processo judicial de violência doméstica.



Anexo VIII

ROTEIRO DE LIGAÇÃO TELEFÔNICA

Ter em mãos: papel branco e lápis/caneta

As ligações podem ser realizadas pelo telefone do CAEP, utilizando a senha que está no quadro e anotar no livro de registro de anotações telefônicas do CAEP a ligação efetuada.

- Eu gostaria de falar com o(a) Sr(a). Fulana. Meu nome é XXX, faço parte de uma pesquisa em Psicologia na UnB e temos uma parceria com a Defensoria Pública, que me passou o seu contato. Você pode falar no momento ou prefere que eu te ligue um outro horário?
- A pesquisa é com pessoas que estão separadas ou divorciadas. Você está separado(a)?
- Se sim, há quanto tempo? (Critério para continuar: até um ano e meio separada)
- Tem filhos desse relacionamento? Qual idade? (Critério para continuar: ter filhos menores de 12 anos)

[Se não se encaixar nos critérios da pesquisa, agradeça o contato e informe que a pesquisa trata de pessoas separadas há no máximo 1 ano e meio/com filhos menores de 12 anos.]

- Você trabalha? De que? Onde?
- Você mora onde? Com quem?
- Como foi a separação? Você que saiu de casa ou seu(sua) ex-companheiro(a)?
- Como está sendo para você essa fase de separação? E para os filhos?

[Se chegar ao ponto de ser uma pessoa que se adequa aos critérios da pesquisa, tentem sondar a renda pessoal, informando que a pesquisa é com pessoas de baixa renda. Pela profissão, conseguimos ter uma ideia, mas se quiser aprofundar, pode perguntar se a pessoa se importa em informar a renda pessoal, em torno de quantos salários mínimos.

Se vocês se sentirem a vontade e a pessoa também, vocês podem deixar a pessoa falar livremente sobre a situação que está vivendo, lembrando de anotar o máximo de informações. Se estiver conversado bastante com a pessoa, já pode convidá-la para a pesquisa. Se não, informe que a psicóloga responsável irá fazer o contato telefônico posteriormente. Se possível, pergunte o melhor dia e horário para a psicóloga responsável ligar.]

- Estamos fazendo uma pesquisa com pessoas separadas e gostaria de te convidar a conversarmos pessoalmente sobre essas questões relacionadas à separação. Pode ser um espaço interessante para você conversar sobre isso, depois iremos fazer um grupo com outras pessoas que estão passando pela mesma situação e pode ser bastante proveitoso. Essa é uma área que tem poucas pesquisas e seria muito bom que pudéssemos conversar pessoalmente.

[Pode sondar com a pessoa os melhores dias e horários para participar. Pergunte os dias e horários de trabalho da pessoa, para se adequar a eles. Proponha o sábado de manhã se é possível. Informe que a pesquisa é na UnB, na clínica escola de Psicologia.]

[Se já quiser marcar no sábado, já pode pré-agendar. Se puder outro dia durante a semana, não agende ainda uma data.]

Anexo IX
PARECER CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL GRUPAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL COM FILHOS PEQUENOS

Pesquisador: Mariana Martins Juras

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21967113.9.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 527.255

Data da Relatoria: 31/01/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de doutorado do Departamento de Psicologia Clínica da UnB, a ser realizada no CAEP/Psicologia e sob a orientação da Profa. Liana Costa, cujo objetivo é analisar e trabalhar a distinção entre conjugalidade e parentalidade a partir de casais em separação, com filhos pequenos e de camadas populares, buscando dirimir situações de conflito. Para tanto, a presente pesquisa se dispõe a promover um atendimento psicossocial a famílias, essencialmente aos pais e mães e não às crianças, em situação de separação conjugal, a partir da Teoria Familiar Sistêmica. Participarão da presente pesquisa 12 pessoas que estão vivenciando situação de separação conjugal, sendo seis pais e seis mães. Serão realizadas entrevistas individuais com cada um dos participantes, entrevistas em grupo ao longo de sete encontros e aplicado questionário semiestruturado em dois momentos: inicialmente individualmente e ao final do último encontro em grupo. Os resultados construídos ao longo do processo de pesquisa-ação serão analisados conforme a metodologia de análise temática. O método a ser utilizado será a pesquisa-ação. Este método consiste em unificar a construção do conhecimento e a ação, em um processo de retroalimentação. A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ̀ ALA NORTE ̀ MEZANINO ̀ SALA B1 ̀ 606 (MINHOCÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 527.255

coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. A contribuição na transformação de situações problema reais dos participantes atrelada à construção de conhecimento sobre assuntos de interesse científico são dois objetivos do processo de pesquisa-ação.

Objetivo da Pesquisa:

O presente trabalho tem como objetivo geral construir uma metodologia de atendimento psicossocial em grupo à famílias separadas de baixa renda com filhos pequenos. Foram estabelecidos como objetivos específicos: conhecer dificuldades, recursos e competências de famílias em situação de separação conjugal; compreender a parentalidade exercida nas famílias separadas com filhos pequenos; analisar as conversações grupais facilitadoras da distinção entre parentalidade e conjugalidade após a separação; avaliar a proposta metodológica de atendimentos psicossocial grupal, apontando suas possibilidades e limitações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como possíveis riscos aos participantes, esta pesquisa pode trazer desconfortos emocionais e psicológicos por tratar de situações-problema vivenciadas pelos participantes. Caso sejam identificados ou mencionados por um ou mais participantes estes desconfortos, será oferecido pela pesquisadora suporte emocional e psicológico por meio de atendimentos psicológicos individualizados.

Benefícios:

Consideram-se benefícios da presente pesquisa: possibilidade de desenvolvimento de estratégias pessoais e relacionais de diferenciação da conjugalidade e da parentalidade; bem-estar por compartilhar situações problema comuns; reflexões que promovam bem-estar pessoal, familiar e coletivo e colaboração na construção de conhecimento científico sobre o tema das separações, divórcios e grupos com essa população específica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa importante que pretende ofertar outro olhar aos processos de separação conjugal e para crise emocional e familiar que lhe são inerentes, para, assim, escapar da lógica da clínica tradicional. Como bem pontuado pela autora essa é a sua riqueza, tendo em vista o alto número de separações no Brasil e principalmente no DF; sobretudo, entre camadas populares, para os quais o acesso a ajuda psicossocial é mais difícil. Diante disso, percebe-se sua valiosa

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC 2 ALA NORTE 2 MEZANINO 2 SALA B1 2 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 527.255

contribuição social e para o campo da
psicologia clínica brasileira.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a autora apresentou a Folha de Rosto assinada pelo coordenador da pós-graduação em psicologia clínica na universidade

- a autora esclareceu sobre o sigilo da pesquisa e o trabalhos dos auxiliares dizendo que todos terão cursado a disciplina de ética e que se comprometerão a guardar as informações. Para além disso, comentou que haverá uma senha de proteção para os arquivos.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado, pois as pendências anteriores foram solucionadas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BRASILIA, 11 de Fevereiro de 2014

Assinador por:
Soraya Fleischer
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC à ALA NORTE à MEZANINO à SALA B1 à 606 (MINHOCÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

Anexo X
POESIA SOBRE O PERÍODO DE DOUTORADO SANDUICHE NO
EXTERIOR

O ano de 2015 em Saint Louis
(M. M. Juras, Saint Louis, novembro de 2015)

Onze meses, 336 dias
Um inverno, uma primavera, um verão e um outono
Inicialmente foi um teste
Para saber como eu reagiria longe de casa por tanto tempo
Longe da família, dos amigos, da minha cidade, do meu país

O primeiro mês foi bastante agitado, apesar do frio
Conhecer -20 graus Celsius pela primeira vez foi interessante
Sobrevivi ao frio e me apaixonei pela neve
Patinar no gelo e ver os campos cheios de neve alegravam o inverno
Até esquiamos em uma estação de *ski*!
Alugar apartamento, me instalar na universidade, contratar luz e gás
Mobilier a casa, comprar cama, mesa, talheres, microondas
Abrir conta no banco, comprar carro, fazer carteira de motorista...
Foram tantas atividades em tão pouco tempo!
Sem falar na adaptação cultural, da língua, da comida, do lugar...
Mas desde que chegamos, me apaixonei por Saint Louis
A cidade, as pessoas, as atrações
O parque, o jardim botânico, os museus, a universidade

A primavera foi algo fabuloso
Ver as árvores florescendo, os jardins cheios de flores
Tulipas, minha flor favorita, por todos os lados!
O verão foi bastante animado!
A cidade toda se anima
Festivais de teatro, musicais e cinema ao ar livre
Piqueniques e muitos passeios!
Um calor que não esperava
E senti muita falta de uma piscina para refrescar!
O outono também é maravilhoso!
As árvores mudando de cor e perdendo as folhas
Um alívio para o calor do verão e a espera pelo novo inverno

Vivi intensamente a vida acadêmica
Particpei de palestras, *workshops*, reuniões, aulas
Um privilégio receber tanto conhecimento sem pagar nada mais por isso
O ponto alto do mundo profissional foi o estágio
Por meses, vivenciei a clínica com famílias divorciadas
Crianças de todas as idades, adolescentes, adultos
Pude compreender mais de perto o sofrimento e a resiliência que o divórcio traz
Aprendizado para a vida pessoal e profissional

Fiz também excelentes amizades em pouco tempo
Brasileiros, latinos, europeus e americanos
Uma rede de apoio que foi crescendo aos poucos
Passeios ao parque, jogar boliche, ir ao cinema, sair para jantar
Todos os finais de semana agitados e em ótimas companhias

Mas também foram muito importantes os dias de solidão
Encontrar-me comigo mesma
Experienciar minhas qualidades e meus defeitos mais de perto
Foi um ano de muito aprendizado espiritual
As práticas de oração, meditação e yoga ajudaram muito nesse processo

Foi um ano de transformações
Um ano de intensos aprendizados
De ampliar perspectivas e visão de mundo
Uma mudança de vida, de pensamentos, de ser e estar
De amadurecimento no relacionamento conjugal
Apoio, carinho, incentivo, mas também discussões e muitas ansiedades
Passei no teste!
Que venham as próximas aventuras!

Anexo XI**O LAÇO E O ABRAÇO**

(Mário Quintana)

Meu Deus! Como é engraçado!

Eu nunca tinha reparado como é curioso um laço... uma fita dando voltas. Enrosca-se, mas não se embola, vira, revira, circula e pronto: está dado o laço. É assim que é o abraço: coração com coração, tudo isso cercado de braço. É assim que é o laço: um abraço no presente, no cabelo, no vestido, em qualquer coisa onde o faço.

E quando puxo uma ponta, o que é que acontece? Vai escorregando...

devagarzinho, desmancha, desfaz o abraço.

Solta o presente, o cabelo, fica solto no vestido.

E, na fita, que curioso, não faltou nem um pedaço.

Ah! Então, é assim o amor, a amizade.

Tudo que é sentimento. Como um pedaço de fita. Enrosca, segura um pouquinho, mas pode se desfazer a qualquer hora, deixando livre as duas bandas do laço. Por isso é que se diz: laço afetivo, laço de amizade.

E quando alguém briga, então se diz: romperam-se os laços. E saem as duas partes, igual meus pedaços de fita, sem perder nenhum pedaço. Então o amor e a amizade são isso...

Não prendem, não escravizam, não apertam, não sufocam.

Porque quando vira nó, já deixou de ser um laço!

Anexo XII**COMO NOSSOS PAIS**

(Belchior)

Não quero lhe falar, meu grande amor
Das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi
E tudo o que aconteceu comigo

Viver é melhor que sonhar
E eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto
É menor do que a vida
De qualquer pessoa

Por isso cuidado, meu bem, há perigo na esquina!
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós
Que somos jovens
Para abraçar seu irmão e beijar sua menina na rua
É que se faz o seu braço, o seu lábio e a sua voz

Você me pergunta pela minha paixão
Digo que estou encantado como uma nova invenção
Eu vou ficar nesta cidade
Não vou voltar pro sertão
Pois vejo vir vindo no vento
O cheiro da nova nova estação
Eu sei de tudo na ferida viva do meu coração

Já faz tempo eu vi você na rua cabelo ao vento gente jovem reunida
Na parede da memória essa lembrança é o quadro que dói mais

Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como nossos pais

Nossos ídolos ainda são os mesmos e as aparências não se enganam, não
Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém
Você pode até dizer que tou por fora ou então que tou inventando
Mas é você que ama o passado é que não vê
Mas é você que ama o passado é que não vê
Que o novo sempre vem

Hoje eu sei que quem deu me deu a idéia de uma nova consciência e juventude
Está em casa guardado por Deus contando vil metal

Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos
Nós ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais

Anexo XIII**TOCANDO EM FRENTE**
(Almir Sater & Renato Teixeira)

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.

Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz de ser feliz.

Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história,
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
de ser feliz.

Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.

Anexo XIV
DESENHO ANTÔNIA



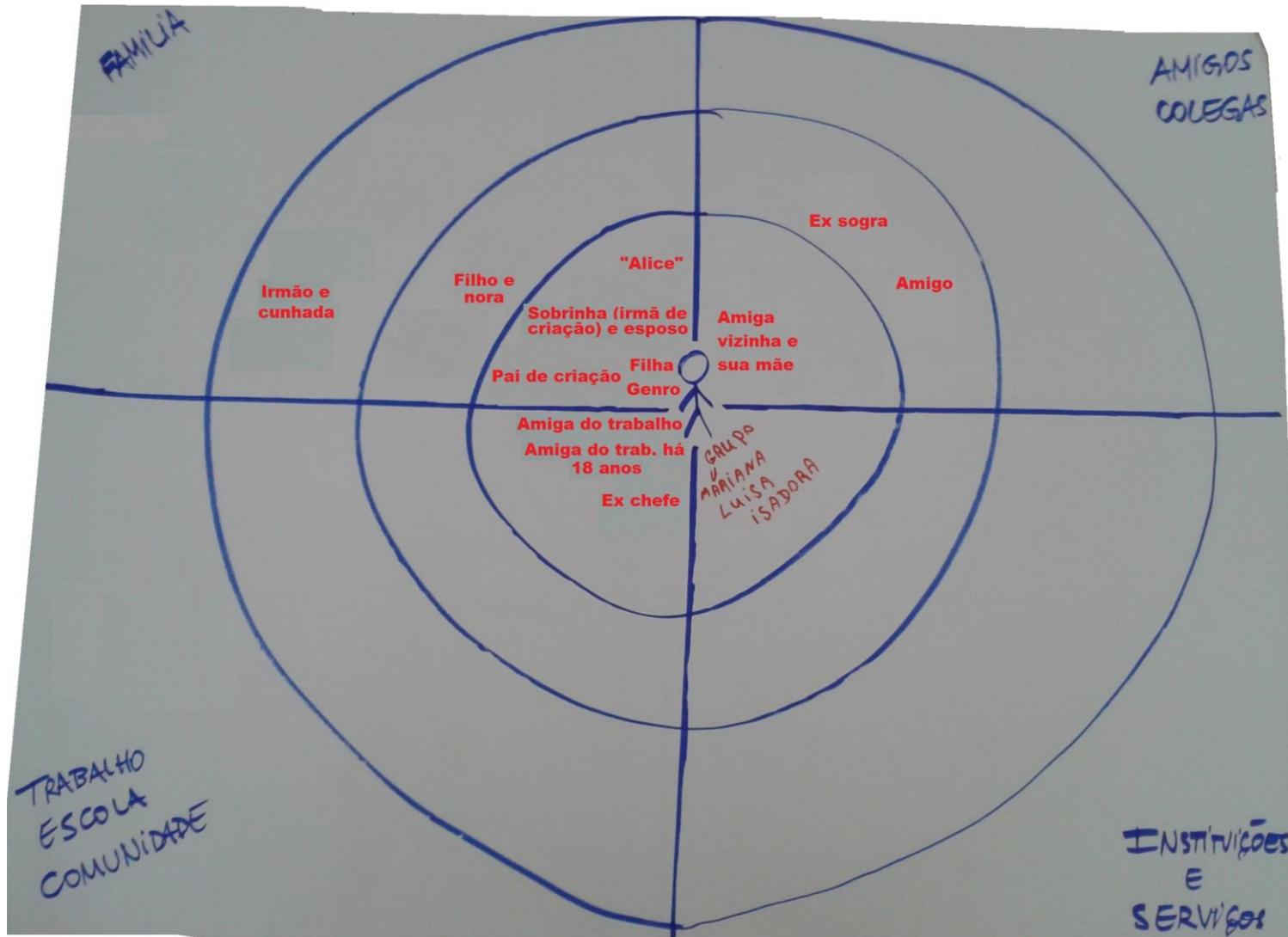
DESENHO BRUNO



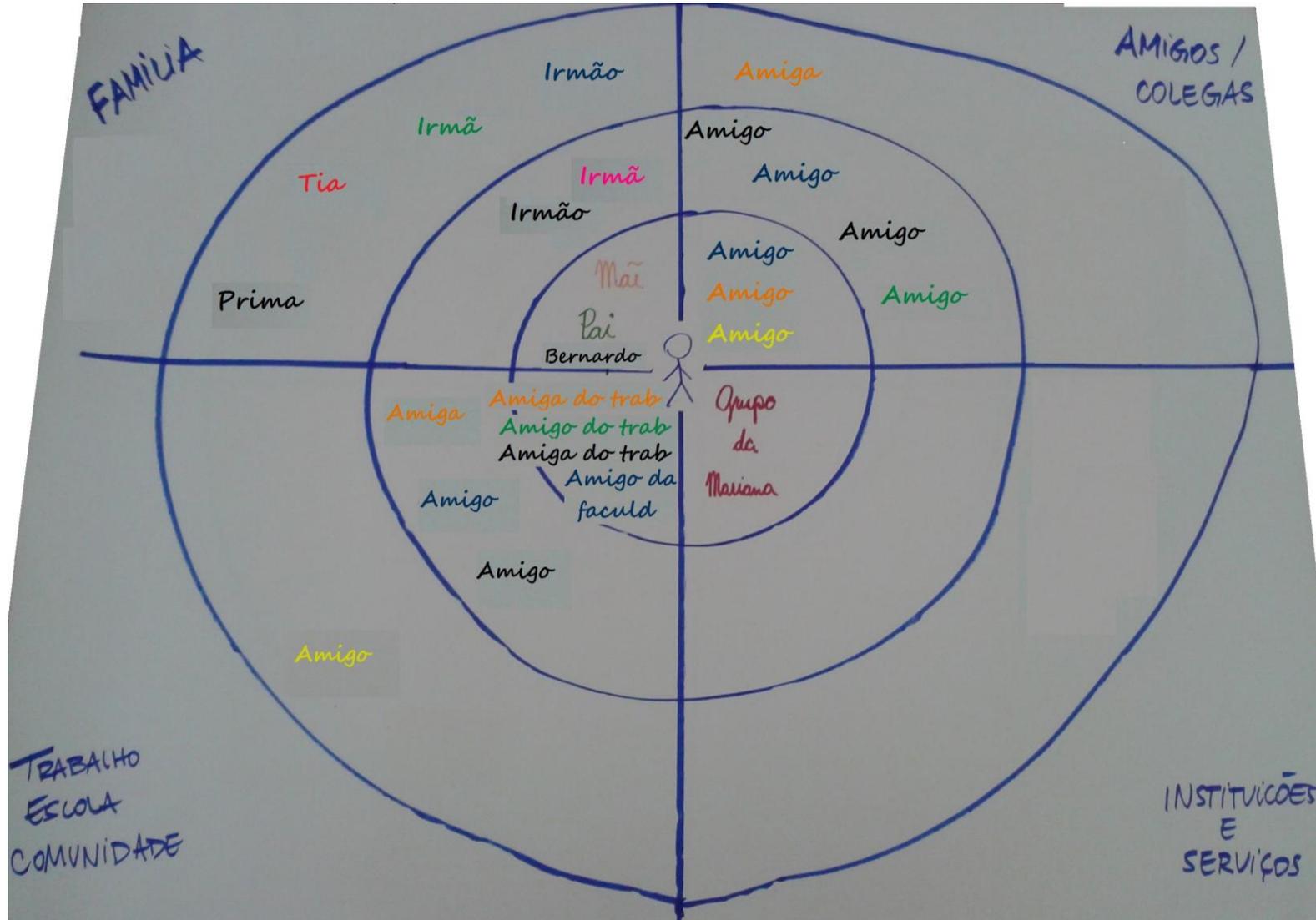
DESENHO CLÁUDIO



Anexo XV
MAPA DE REDES ANTÔNIA



MAPA DE REDES BRUNO



Anexo XVI
COLAGEM GENOGRAMA ANTÔNIA

